



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Iago Weber Pitz

**Teia de Relações na Elaboração do Currículo Base do Ensino Médio do
Território Catarinense: Investigando as Redes de Influência**

Florianópolis
2025

Iago Weber Pitz

**Teia de Relações na Elaboração do Currículo Base do Ensino Médio do
Território Catarinense: Investigando as Redes de Influência**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Juarez da Silva Thiesen.
Coorientadora: Prof^a Dr.^a Graziella Souza dos Santos.

Florianópolis

2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Pitz, Iago Weber

Teia de Relações na Elaboração do Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense: : Investigando as Redes de Influência / Iago Weber Pitz ; orientador, Juarez da Silva Thiesen, coorientadora, Graziella Souza dos Santos, 2025.

121 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2025.

Inclui referências.

1. Educação. 2. Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense. 3. Redes Políticas. 4. Etnografia de Redes. 5. Ciclo de Políticas. I. Thiesen, Juarez da Silva. II. Santos, Graziella Souza dos. III. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Educação. IV. Título.

Iago Weber Pitz

**Teia de Relações na Elaboração do Currículo Base do Ensino Médio do Território
Catarinense: Investigando as Redes de Influência**

O presente trabalho em nível de Mestrado foi avaliado e aprovado, em 11 de junho de 2025,
pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof^a. Cássia Ferri, Dr^a.

Instituição FURB

Prof^a. Edna Araújo dos Santos de Oliveira, Dr^a.

Instituição UFSC

Prof^a. Idorlene da Silva Hoepers, Dr^a.

Instituição IFC

Prof^a. Filomena Lúcia Gossler Rodrigues da Silva,, Dr^a.

Instituição IFC

Prof^o. Rodrigo Diego de Souza, Dr.

Instituição UFSC.

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado
adequado para obtenção do título de Mestre em Educação pelo Programa de
Pós-Graduação em Educação.

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação

Prof^o Juares da Silva Thiesen, Dr.

Orientador

Prof^a. Graziella Souza dos Santos, Dr^a..
Coorientadora

Florianópolis, 2025

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de expressar minha profunda gratidão à CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pelo apoio financeiro que possibilitou a realização desta pesquisa e minha formação acadêmica. Esse incentivo foi fundamental para o desenvolvimento deste trabalho.

À Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), meu sincero agradecimento por proporcionarem um espaço de estudo, debate livre e produção de conhecimento comprometidos com uma educação pública, gratuita e de qualidade. Desde minha graduação, esta instituição tem sido meu lar acadêmico, onde pude crescer intelectual e pessoalmente.

Ao meu orientador, Prof^o Dr^o Juares, e à minha coorientadora, Prof^a Dr^a. Graziella, dedico meu especial agradecimento. A dedicação, paciência e orientação constante de ambos foram pilares essenciais neste percurso. Agradeço pelo apoio generoso, pelas trocas e pelas críticas construtivas que tanto contribuíram para o amadurecimento desta pesquisa e do meu crescimento como pesquisador. A influência positiva de ambos em minha vida acadêmica e formação docente vem de muito antes deste mestrado. Seguem como imensas referências em minha trajetória, e ter tido a oportunidade de aprender com vocês neste processo foi um privilégio que levarei para toda a minha vida. Suas orientações e reflexões ultrapassam os limites desta dissertação e ecoarão em meus futuros trabalhos e práticas educativas.

Aos membros da banca examinadora, minha gratidão pelo tempo e atenção dedicados e pelas valiosas contribuições que são tão essenciais a este trabalho.

Aos meus colegas de mestrado, companheiros de jornada, obrigado pelas trocas, apoio nos momentos desafiadores e por tornarem este percurso mais leve e significativo.

Por fim, mas não menos importante, à minha família, pelo apoio incondicional em todas as minhas decisões. E ao meu namorado, Tauã, obrigado por todo o carinho, paciência e incentivo diário. Este trabalho é fruto de todas essas redes de relações e apoios que tornaram possível a conclusão desta importante etapa da minha vida acadêmica e pessoal.

RESUMO

Esta pesquisa, realizada no Programa de Pós-Graduação em Educação na linha de Pesquisa Sujeitos, Processos Educativos e Docência (SUPED) e com apoio do Grupo de Pesquisa em Currículo Itinera, objetivou identificar as redes de relações envolvidas na produção do texto do Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense (CBEMTC). Utilizando a Abordagem do Ciclo de Políticas e a Etnografia de Rede de Ball (2022), o estudo explorou as redes políticas nos contextos de influência e produção de texto que moldaram o Caderno 02 - Formação Geral Básica do currículo do ensino médio catarinense. Ao longo da pesquisa, foi desenvolvido um caminho metodológico fundamentado nessas abordagens, evitando uma análise dispersa das interações entre os atores envolvidos na elaboração do CBEMTC. O estudo mapeou 113 atores políticos atuantes nos contextos de influência e produção de texto entre 2019 e 2021. A análise revelou uma estrutura em rede marcada por três características principais: a predominância da Secretaria de Estado da Educação (SED/SC), responsável por 56% dos participantes; a atuação estratégica de entidades como UNDIME/SC, CEE/SC, Consed, UNCME/SC e Fecam na definição das diretrizes curriculares; e a participação limitada, porém qualificada, de docentes de instituições de ensino superior como consultores. O processo foi profundamente influenciado pelo Programa de Apoio à Implementação da BNCC (ProBNCC), que estabeleceu os mecanismos de financiamento e as estruturas organizacionais da rede para a elaboração do documento. Identificou-se um fluxo constante de atores, com substituições em cargos ao longo dos três anos, e uma significativa sobreposição de funções, em que os participantes acumularam múltiplos cargos simultaneamente. A pesquisa demonstrou como as contradições entre a ampla participação de professores da rede pública e a redução de espaços para modalidades como Educação do Campo e Educação Indígena refletiram as tensões inerentes ao processo de reforma curricular. Os resultados evidenciaram que, apesar da aparente descentralização proporcionada pela participação de 19 entidades diferentes, as decisões fundamentais permaneceram concentradas no núcleo formado por SED/SC e UNDIME/SC, demonstrando certa natureza política e não meramente técnica ou pedagógica na produção curricular, com um histórico de produção marcado por mudanças, influências e incoerências. O estudo contribui para o entendimento dos processos de elaboração de políticas curriculares no Brasil, destacando como as redes de relações e os arranjos institucionais locais reinterpretem as diretrizes nacionais, integrando processos de glocalização, produzindo documentos que carregam tanto as marcas das disputas por hegemonia supralocal quanto às especificidades da rede de elaboração dos textos orientadores curriculares no contexto catarinense.

Palavras-chave: CBEMTC; Etnografia de Redes; Redes Políticas; Ciclo de Políticas.

ABSTRACT

This research, conducted within the Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFSC) under the research line Sujeitos, Processos Educativos e Docência (SUPED) and supported by the Itinera Curriculum Research Group, aimed to identify the networks of relationships involved in the production of the Currículo Base do Ensino Médio de Santa Catarina (CBEMTC). Using Ball's (2022) Policy Cycle Approach and Network Ethnography, the research explored the political networks in the contexts of influence and text production that shaped the *Caderno 02 - Formação Geral Básica* of the Santa Catarina high school curriculum. The research mapped 113 political actors active between 2019 and 2021, revealing a network structure marked by three main characteristics: the predominance of the State Department of Education (SED/SC), accounting for 56% of participants; the strategic role of entities such as UNDIME/SC, CEE/SC, CONSED, UNCME/SC, and FECAM in defining curricular guidelines; and the limited but qualified participation of higher education faculty as consultants. The process was significantly influenced by the Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular (ProBNCC), which established funding mechanisms and organizational structures for document development. Key findings included constant actor turnover in crucial positions over the three-year period and significant role overlap, with participants holding multiple positions simultaneously. The study demonstrated how contradictions between broad participation of public school teachers and the reduction of spaces for modalities like Rural Education and Indigenous Education reflected inherent tensions in the curricular reform process. Despite apparent decentralization through the participation of 19 different entities, fundamental decisions remained concentrated in the core formed by SED/SC and UNDIME/SC, confirming the political, rather than purely technical or pedagogical, nature of curricular production, marked by historical flows of influence and inconsistencies. This research contributes to understanding curriculum policy development processes in Brazil, highlighting how local relationship networks and institutional arrangements reinterpret national guidelines through glocalization processes. The resulting documents bear both the marks of supralocal hegemony disputes and the specificities of curriculum text development in the Santa Catarina context.

Keywords: CBEMTC; Network Ethnography; Political Networks; Policy Cycle.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Hierarquia de Grupos e Funções no ProBNCC.....	59
Figura 2 - Grafo da Rede de Relações na Elaboração do Caderno 02 - Formação Geral Básica do CBEMTC.....	63
Figura 3 - Formação Acadêmica dos Atores Políticos.....	65

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Análise Quantitativa das Produções: Seleção e Filtros em Bancos de Dados.....	21
Quadro 2 - Estrutura, Continuidades e Rupturas no Contexto de Influência da elaboração do Texto do CBEMTC.....	78

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ARS	Análise de Redes Sociais
ACAFE	Associação Catarinense das Fundações Educacionais
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CBEMTC	Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense
CBTC	Currículo Base do Território Catarinense
CEE/SC	Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina
Consed	Conselho Nacional de Secretários de Educação
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ER	Etnografia de Rede
FECAM	Federação Catarinense dos Municípios
FeUSP	Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo
FURB	Fundação Universidade Regional de Blumenau
GT	Grupo de Trabalho
IEE	Instituto Estadual de Educação
IFC	Instituto Federal Catarinense
IFSC	Instituto Federal de Santa Catarina
MPB	Movimento Pela Base Nacional Comum
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
Ongi	Organização Não Governamental Internacional
PEE/SC	Plano Estadual de Educação de Santa Catarina
PIBID	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência
ProBNCC	Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular
ProNEM	Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio
SED/SC	Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina
UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNCME/SC	União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação de Santa Catarina
UNDIME/SC	União dos Dirigentes Municipais de Educação de Santa Catarina
UNESC	Universidade do Extremo Sul Catarinense
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIVALI	Universidade do Vale do Itajaí
UnoChapecó	Universidade Comunitária da Região de Chapecó

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 METODOLOGIA.....	20
2.1 OBJETO DE PESQUISA: A POLÍTICA CURRICULAR DO CBTC PARA O ENSINO MÉDIO.....	20
2.2 BREVE PANORAMA DAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS BRASILEIRAS SOBRE ETNOGRAFIA DE REDE E POLÍTICAS CURRICULARES.....	25
2.3 O CICLO DE POLÍTICAS E A ETNOGRAFIA DE REDE COMO PERSPECTIVAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS.....	28
2.4 CAMINHO METODOLÓGICO.....	39
3 O CBEMTC NO CONTEXTO DAS REFORMAS EDUCATIVAS BRASILEIRAS...	49
4 ETNOGRAFIA DE REDES DO CURRÍCULO BASE DO ENSINO MÉDIO DO TERRITÓRIO CATARINENSE.....	57
4.1 A REDE POLÍTICA NA CONSTRUÇÃO DO CBEMTC: ESTRUTURA, CONTINUIDADES E RUPTURAS NO CONTEXTO DE INFLUÊNCIA NA CONSTRUÇÃO DOS DOCUMENTOS CURRICULARES CATARINENSES.....	66
4.2 ENTIDADES E PROGRAMAS NA REDE POLÍTICA DE ELABORAÇÃO DO TEXTO DO CBEMTC - FORMAÇÃO GERAL BÁSICA.....	79
4.3 A REDE DE ATORES POLÍTICOS NA ELABORAÇÃO DO CADERNO 02 DO CBEMTC: PERFIS, ARTICULAÇÕES E INFLUÊNCIAS NO CONTEXTO DE ELABORAÇÃO DE TEXTO.....	87
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	98
REFERÊNCIAS.....	101
APÊNDICE A - ATORES POLÍTICOS IDENTIFICADOS NA REDE POLÍTICA DE ELABORAÇÃO DO CADERNO 02 - FORMAÇÃO GERAL BÁSICA DO CBEMTC.....	111

1 INTRODUÇÃO

Este estudo tem como objetivo identificar as redes de relações envolvidas na produção do texto do Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense (CBEMTC). O foco desta investigação surgiu a partir dos contatos do pesquisador com o campo das políticas curriculares durante a graduação em Licenciatura em Ciências Biológicas e sua subsequente atuação como docente de Biologia no Ensino Médio em escolas do sistema de ensino público estadual de Santa Catarina.

O debate em torno da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) esteve presente antes mesmo do ingresso do pesquisador na Licenciatura, ainda durante seu ensino médio. Entretanto, o contato com as discussões envoltas com a proposta de um currículo nacional ganhou centralidade nas atividades ligadas à educação, como o Programa de Iniciação à Docência (PIBID), do qual o pesquisador participou durante sua formação.

As reflexões propostas no ambiente universitário conduziram o pesquisador a questionamentos voltados para o currículo: o que era esse documento? Qual a sua origem? Qual o impacto do documento no trabalho em sala de aula? As inquietações levaram-no a entender melhor a BNCC, seguindo para o estudo de um contexto local de uma rede educacional municipal em seu trabalho de conclusão de curso¹.

Nesse processo, o contato com autores dos estudos de políticas educacionais e curriculares expandiu a perspectiva do pesquisador sobre os objetos de estudo de seu interesse. Essas novas perspectivas o acompanharam durante seus primeiros momentos como docente, ao lecionar em turmas de ensino médio pós-elaboração dos documentos curriculares nacionais e estaduais, observando a efetivação do Novo Ensino Médio após a pandemia de COVID-19 no ensino público estadual de Santa Catarina.

Apesar de ter tocado a superfície das inquietações durante a graduação, a atuação do pesquisador como docente na etapa do ensino médio durante a introdução do Novo Ensino Médio trouxe novos questionamentos. Vários foram os encontros entre professores e gestores para formações com foco na adaptação e uso da proposta da BNCC e sua versão regionalizada, com constantes acomodações no ambiente escolar para contemplar elementos limitadas pelas

¹ Para mais, acesse Pitz (2022).

condições materiais nas escolas públicas, e promessas de ações que tomaram outras direções ou não foram cumpridas.

A experiência de estar em um contexto escolar que expressava o dever de subordinação aos documentos curriculares com as quais o pesquisador não se identificava e a ausência de reflexão no espaço escolar, geraram inquietações relacionadas ao Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense, especialmente no que diz respeito aos processos, atores da política (*experts*) e contextos envolvidos na construção desse documento.

Dessa forma, o pesquisador buscou, no avanço de sua formação, aprofundar essas inquietações. Afortunadamente, tais inquietações se encontraram alinhadas com os interesses de pesquisa do Grupo de Pesquisa em Currículo - Itinera², do qual faz parte. O grupo mencionado, aliado ao suporte de um programa de pós-graduação, possibilitam a construção e aprimoramento de trabalhos acadêmicos, permitindo ao pesquisador expandir seus horizontes de pesquisa concomitantemente com o seu desenvolvimento profissional e acadêmico.

O desenvolvimento de estudos acadêmicos, principalmente pesquisas de base, conforme dados da Academia Brasileira de Ciências (2019), continuam a prosperar no Brasil em grande parte devido aos esforços do funcionalismo público, seus servidores e comunidades científicas, notadamente em universidades públicas. No campo educacional, as universidades federais têm sido cruciais para os avanços no entendimento sobre os complexos processos educacionais que envolvem formação humana ao ofertarem programas de pós-graduação que capacitem pesquisadores a contribuir significativamente para o avanço da construção do conhecimento nesta área. Por um lado as Universidades Públicas Brasileiras são cruciais para o desenvolvimento de pesquisas, por outro, é atingida por políticas neoliberais que acendem no contexto brasileiro e fragilizam os processos de produção científica livre e a formação de novos profissionais (Godim e Johann, 2021). É nesse contexto acadêmico que esta pesquisa de dissertação de mestrado encontra espaço/lugar para investigar o campo curricular, mais

² O Itinera é um grupo de pesquisa criado em Novembro de 2011 e vinculado ao Centro de Educação – UFSC. Tem por objetivo desenvolver estudos e pesquisas acadêmicas envolvendo problemáticas do campo curricular com ênfase em teorias de currículo, políticas curriculares, currículo e tecnologias, currículo e escola, além de outras.

especificamente questões que envolvem a produção dos textos do Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense (CBEMTC).

O texto do Currículo Base do Território Catarinense (CBTC), formulado com uma coordenação ampla³ envolvendo a Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina (SED/SC), Conselho Nacional de Secretário da Educação (Consed), União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação de Santa Catarina (UNDIME/SC), União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação de Santa Catarina (UNCME/SC) e Federação Catarinense de Municípios (FECAM) e aprovado pelo Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina (CEE/SC) em 2019, representa uma peça fundamental no cenário educacional de Santa Catarina, tendo em vista que delinea os princípios, diretrizes e objetivos para os Anos Iniciais, Ensino Fundamental e Ensino Médio nas redes públicas de ensino no Estado.

A construção do documento curricular catarinense está inserida em um complexo processo político que apresenta como grande plano de fundo a consolidação de outras políticas, em geral, alinhadas às diretrizes educacionais de Organismos Internacionais Ocidentais e, em especial, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)⁴. No Brasil, como discutem Vasconcelos, Magalhães e Martineli (2021), um exemplo da mesclagem entre políticas nacionais e políticas transnacionais, no contexto das políticas curriculares é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada pelo MEC em 2018.

A BNCC resultou, em parte, de diversas ofensivas e articulações de movimentos oriundos de entidades e instituições que compartilham ideais e padrões promovidos pela OCDE na educação brasileira, expandindo suas influências globais nas políticas educacionais com foco no campo curricular (Ball, 2022; Estormovski, 2023; Martins e Ferreira, 2022; Araujo e Lopes, 2021; Silva; Lima; Silva, 2019; Da Rosa e Ferreira, 2018). Esses movimentos ganharam força também no Brasil com a criação de organizações específicas para dar suporte e apoiar projetos nessa linha de ação política, a exemplo do chamado *Movimento Pela Base Nacional Comum* (MPB), organização financiada por grupos privados, com intensidade a Fundação

³ A constituição e entidades dessa ampla coordenação será aprofundada no Capítulo 4 deste estudo, referente à Etnografia de Redes do CBEMTC.

⁴ A OCDE é uma organização intergovernamental com 38 países membros, fundada em 1961 para promover o crescimento econômico e o comércio mundial. Os seus objetivos incluem a promoção de padrões de desenvolvimento econômico, social e ambiental, a troca de experiências e a coordenação de políticas entre os países membros (OECD, 2025).

Lemann⁵, cujos atores realizaram grande pressão social e no próprio campo educacional para o atendimento de suas pautas e demandas (Araújo, 2022). Desse amplo e complexo processo político, que transita dos espaços transnacionais aos locais, tem origem a BNCC, documento acolhido no Brasil e que estimulou sua recontextualização nos espaços dos Estados da Federação. Em Santa Catarina, com base nesse movimento há a formulação e aprovação do CBTC em 2019 pelo Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina (CEE/SC) e versão posterior voltada para o ensino médio, também aprovado pelo CEE/SC, o CBEMTC, documento esse cuja produção será explorada na presente pesquisa.

A BNCC, em seu processo de construção, como evidenciado por Araújo (2022) ao identificar as redes da Fundação Getúlio Vargas, evidencia ligações do sistema educacional do país com as reformas (neo)liberais, com ações nacionais e internacionais da rede, buscando consolidar o projeto empresarial de sociedade. Nos movimentos para orientar o currículo das etapas de Educação Básica, há certa centralidade na etapa do Ensino Médio, como observado por Macedo (2021), ao aprofundar os estudos acerca das redes de influências de atores do terceiro setor na elaboração da BNCC.

A Reforma do Ensino Médio ou o chamado Novo Ensino Médio de 2018, reforçou uma “nova” abordagem curricular prescrevendo uma educação mais alinhada às exigências do mercado global e das classes sociais hegemônicas. A reforma do Ensino Médio propôs reconfiguração significativa dos currículos, priorizando competências específicas e adequação da formação aos padrões internacionais, em detrimento de uma formação ampla e crítica. Essas pressões não apenas alteram o foco da educação para atender às necessidades do mercado, mas também impactam a formação das identidades juvenis e o futuro da sociedade (Ferreti e Silva, 2017; Silva, 2018; Souza Neto, 2019).

A BNCC e documentos dela derivados, tais como o CBEMTC, são componentes essenciais da maquinaria que sustenta o "Novo Ensino Médio", um sistema projetado para atender às exigências da lógica neoliberal de fundo privado.

⁵ A Fundação Lemann (2025, n.p.) se intitula como “uma organização filantrópica familiar e apartidária”, que trabalha em conjunto com organizações, coinvestidores, governos, universidades de excelência, centros de pesquisa e outros parceiros, buscando causar impactos em políticas públicas educacionais. Para mais informações da entidade acesse o site da entidade: <<https://fundacaolemann.org.br>>.

Esses documentos não são isolados. Eles integram um sistema mais amplo e sofisticado que busca a normatização e o controle do currículo escolar, alinhando-o às diretrizes do mercado global. A BNCC, ao estabelecer padronizações na prescrição da formação a nível nacional, e o CBEMTC, ao adaptar esse modelo ao contexto estadual, colocam-se como peças normativas centrais nesse processo político, possibilitando a difusão de uma visão instrumental de educação, privilegiando a formação de trabalhadores adaptáveis, empreendedores de si mesmos e, como já reforçado, alinhados às demandas econômicas (Ferreti e Silva, 2017; Silva, 2018; Souza Neto, 2019).

Essas reflexões oferecem precedentes para aprofundar o olhar sobre esses processos. Apesar de mencionados grupos e organizações atrelados ao foco empresarial sobre a educação, as dinâmicas de construção desses documentos, aqui em foco o CBEMTC, não ocorrem de forma isolada por eles ou descoladas das múltiplas realidades brasileiras e seus membros. O CBEMTC foi elaborado e moldado por muitas mãos, com suas próprias convicções e origens; questiona-se então, quais foram os atores ligados à construção desse documento? Quais organizações fizeram parte desse processo? Como os atores acessaram os espaços para construção dos documentos? Suas atuações nos processos de elaboração dos documentos foram isoladas ou ocorreram em redes?

As reflexões e considerações construídas por Ball (2022) e Avelar e Ball (2023) abrem possibilidades para identificar os processos envolvidos na produção do texto do CBEMTC de forma densa e objetiva. Ao direcionar atenção ao fluxo das políticas e os elementos associados (atores, relações, textos, influências, etc...) apresenta-se a possibilidade da investigação holística das políticas educacionais e seu atores, requerendo uma compreensão dos processos políticos em forma de relações de teias ou redes, as redes políticas.

Redes Políticas ou Redes de Políticas, como defendido por Ball (2022), são complexas e dinâmicas interações entre diversos atores sociais, que moldam e direcionam políticas. O autor defende a percepção de novas configurações das relações sociais, que se tornam cada vez mais articuladas "em rede". Essas redes são flexíveis e mutáveis, com conexões que se formam e se desfazem constantemente, permitindo a expansão e interconexão com outras redes, atingindo o nível local ao global. As redes políticas representam um "novo social", onde atores

com diferentes motivações e interesses se unem para propor soluções para problemas sociais, constituindo não mais o governar, mas o que Ball (2022) defende como uma nova forma de governança.

A investigação da rede de relações envolvida na produção do Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense (CBEMTC), neste estudo, fundamenta-se no pressuposto de que os processos de formulação curricular não se configuram como sistemas de hierarquia de decisão, nos quais o Estado exerceria monopólio na elaboração de políticas educacionais, marginalizando outros atores sociais. Pelo contrário, parte-se da compreensão de que a participação plural de diferentes atores como gestores, especialistas, educadores e representantes da sociedade civil, é condição essencial para a construção de políticas públicas educacionais, possibilitando responder às demandas diversificadas dos contextos sociais em que se inserem. Tal perspectiva descentralizada sustenta-se nos estudos de Ball (2022) sobre os processos de formulação de políticas. Como defende o autor, em diversos países ocidentais, há um caráter cada vez mais heterárquico. Heterarquia refere-se a um sistema de organização onde os elementos têm níveis de poder ou autoridade equivalentes, em contraste com uma hierarquia tradicional onde o poder é verticalizado. Na heterarquia discutida por Ball (2022), os indivíduos que constituem e produzem as políticas estão sempre em movimento e fluxo, mantendo relações diversas entre si e formando redes de contato e influência que transcendem as fronteiras nacionais. Esse deslocamento de uma estrutura hierárquica para uma heterárquica é significativo, pois gera uma espécie de "névoa" ou "neblina", representando a complexidade e a opacidade que surgem quando as relações de poder e influência se tornam mais descentralizadas e interconectadas. Nessa configuração, os atores e interesses envolvidos deixam de ser facilmente reconhecíveis ou delimitados, operando em redes mais dinâmicas e difusas, com sobreposição de papéis e responsabilidades menos explícitas. A opacidade presente dificulta discernir com clareza quem são os principais atores e quais interesses estão efetivamente orientando as ações e decisões dentro das dinâmicas políticas.

Indivíduos alinhados com os interesses de grupos do terceiro setor e empresariais transnacionais também constituem parte dessas redes de relações, contribuindo para a descentralização da autoridade e do protagonismo dos Estados-nação na formulação de suas políticas. Além disso, diversos outros grupos

sociais e atores do Estado também se mesclam nessa rede, participando ativamente. Embora se reconheça a força dos grupos subsidiados por financiamentos do terceiro setor e empresarial, é importante destacar que a formulação de políticas envolve uma complexa interação de múltiplos atores e seu estudo abre portas para agregar na compreensão das políticas curriculares, suas contradições, intencionalidades e agendas que se misturam nos processos políticos. Dessa forma, os processos políticos neste estudo são compreendidos como redes de relações sociais complexas e dinâmicas, onde diversos atores com diferentes relações e contatos, desempenham papéis significativos na gestão de serviços públicos e elaboração de políticas (Da Rosa; Ferreira; Silva, 2020; Avelar e Ball, 2023).

Ao observar os processos políticos e relacionar as redes com o contexto de influência na política, Ball avança ao descrevê-las como uma expansão do território de influência sobre políticas. Ele destaca que as redes políticas não apenas desfocam as fronteiras entre Estado, mercado e sociedade, mas também expõem o processo de elaboração de políticas a jogos de poder particularistas. Nesse território de influência, as redes proliferam como novos locais dentro do contexto de influência e produção de políticas, aumentando a opacidade na elaboração dessas políticas e tornando mais difícil discernir claramente os objetivos e efeitos das decisões relacionadas. Assim, se torna necessário um olhar minucioso sobre tais redes, ação que permite ao pesquisador, a observação da institucionalização das relações de poder entre os atores envolvidos (Da Rosa; Ferreira; Silva, 2020; Ball, 2022; Avelar e Ball, 2023).

Ao avançar na investigação do CBEMTC, pretendeu-se aprofundar a compreensão sobre os atores políticos, as dinâmicas, fluxos, estruturas e influências envolvidas nesse processo. Isso acrescenta ao entendimento do contexto da política curricular e dos avanços e envolvimento de diferentes setores sociais na sua formulação (Mainardes, 2006; Ball, 2022). Ao investigar a formulação de uma proposta de diretriz curricular tal como o CBEMTC, derivado da política da BNCC, pode-se, entre tantos outros aspectos, refletir sobre quais projetos de futuro, de país e de sociedade que determinadas redes políticas estão engendrando.

Apesar de estudos envolvendo Redes Políticas com foco nos currículos educacionais já terem abordado o cenário político educacional brasileiro, é evidente

que esse campo está pouco explorado e problematizado dentro da comunidade acadêmica no que diz respeito, especialmente, a análises sobre os contextos locais (Estormovski, 2023; Martins e Ferreira, 2022; Araújo e Lopes, 2021; Silva; Lima; Silva, 2019; Da Rosa e Ferreira, 2018). Espera-se que esse estudo contribua para identificar lacunas existentes no campo das políticas curriculares e permita apontar para novas direções de pesquisa e reflexões para estudos futuros.

Essa pesquisa qualitativa, com coleta de dados de fonte documental e empírica, ancorada teórico-metodologicamente na Abordagem do Ciclo de Políticas e o método da Etnografia de Rede (ER), ambos propostos por Stephen Ball (2022; Mainardes, 2006), tem como objetivo geral identificar as redes de relações envolvidas na produção do texto do Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense (CBEMTC). Para o alcance do propósito geral da investigação, espera-se atingir os seguintes objetivos específicos: I) Investigar o envolvimento de atores na produção do texto do CBEMTC; II) Mapear relações entre os atores durante a construção do texto curricular; III) Analisar a rede política envolvida na produção do texto do CBEMTC à luz da Etnografia de Rede e Ciclo de Políticas.

2 METODOLOGIA

Esta seção da pesquisa tem como foco apresentar o objeto da pesquisa, os fundamentos e respectivos procedimentos metodológicos que serviram de orientação e base para o desenvolvimento do trabalho.

2.1 OBJETO DE PESQUISA: A POLÍTICA CURRICULAR DO CBTC PARA O ENSINO MÉDIO.

O Currículo Base do Território Catarinense (CBTC), como já mencionado, originou-se da recontextualização da BNCC em Santa Catarina. A construção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi um processo complexo, iniciado com uma equipe de 14 assessores e 116 especialistas, posteriormente ampliada para incluir todas as áreas do conhecimento (Brasil, 2015). O grupo, composto por professores universitários, docentes da educação básica e técnicos de secretarias de educação, elaborou a primeira versão do documento, submetida a uma ampla consulta pública em 2015, que recebeu mais de 12 milhões de contribuições (Silva, 2019). A análise dessas contribuições, realizada por universidades como UnB e PUC-Rio, resultou na segunda versão da BNCC, entregue em 2016. No entanto, o processo foi marcado por instabilidades políticas, como o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, que levou a mudanças na equipe do Ministério da Educação e a uma redução significativa no número de especialistas envolvidos (Silva, 2019).

Instituída como um referencial curricular nacional, a BNCC orientou a estruturação e implementação de novos documentos locais, dos municípios aos estados, impulsionando e marcando a base para o movimento de construção do Currículo Base do Território Catarinense (CBTC) (Brasil, 2017a). A terceira versão da BNCC, entregue em 2017, excluiu inicialmente o Ensino Médio, que foi tratado em um documento separado após a Reforma do Ensino Médio instituída pela Lei nº 13.415/2017 (Brasil, 2017b). A BNCC também foi complementada por resoluções do Conselho Nacional de Educação (CNE), como a Resolução CNE/CEB nº 03/2018, que atualizou as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, e a Resolução CNE/CP nº 04/2018, que formalizou a BNCC para essa etapa (Brasil, 2018a; 2018b). Essa reforma estabeleceu um novo marco legal, com versão final

para o Ensino Médio homologada em dezembro de 2018; entretanto, cabe mencionar que críticas apontaram a falta de participação democrática em partes do processo, em que menos de 25% das escolas participaram das discussões envolvendo a construção do documento nacional (Marsiglia et al., 2017; Silva, 2019).

O legado da BNCC reflete diversos desafios, destacando-se a mobilização inicial de educadores e a posterior descontinuidade envolvendo o processo democrático (Silva, 2019). Enquanto serviu como base para reformas curriculares estaduais, como o CBTC, sua implementação no Ensino Médio foi marcada por críticas quanto à flexibilização excessiva, ausência de estrutura material nas redes de ensino, à falta de diálogo e foco neoliberalista da proposta (Marsiglia et al., 2017; Silva, 2019). Apesar disso, a BNCC permanece como um marco na educação brasileira, influenciando políticas públicas e reorganizando os currículos em todo o país (Brasil, 2017a).

No estado catarinense, o processo de produção do currículo teve início em 2015, antes da homologação da BNCC, com a criação da Comissão Executiva Estadual da BNCC. Em 2016, o projeto tomou continuidade com a fundação de um Comitê Executivo em regime de colaboração paritária, constituído pela Secretaria de Estado da Educação (SED-SC), pelo Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina (CEE/SC), pela União dos Dirigentes Municipais de Educação de Santa Catarina (UNDIME/SC) e pela União dos Conselhos Municipais de Educação (Uncme) (Santa Catarina, 2019b; Oliveira; Rosa; Silva, 2019).

Entretanto, a preparação e escrita do documento curricular teve início somente em 2018, após a aprovação da BNCC. Para isso, foram realizados encontros formativos para os redatores e consultas públicas para a escrita do texto. O "dia D", como exemplo, foi um marco importante, ocorrido em 20 de março de 2018 em Santa Catarina, onde abriu-se espaço para que cada município discutisse as mudanças e os impactos da implementação da BNCC na formação. O documento intitulado **Currículo Base da Educação Infantil e Ensino Fundamental do Território Catarinense** teve sua versão final aprovada pelo governo do estado por meio do Conselho Estadual de Educação, via Resolução CEE/SC 070 e Parecer 117, de 7 junho de 2019.

Já, o documento denominado **Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense** (CBEMTC) teve sua aprovação, também no Conselho

Estadual, pela Resolução 004 e Parecer 040, ambos de 09 de março de 2021⁶ (Santa Catarina, 2021c; 2021d). Junto ao documento nacional (BNCC), estes novos documentos estaduais redefiniram as orientações curriculares para as escolas catarinenses, modificando substancialmente as atuais bases teóricas e metodológicas da política curricular estadual iniciada em 1991 com a Proposta Curricular de Santa Catarina (Thiesen, 2021a).

Conforme já mencionado, esta pesquisa toma como objeto investigar apenas textos dos documentos oficiais voltados ao ensino médio e que fazem parte da política curricular do CBEMTC. Entretanto, devido aos limites temporais de uma dissertação de mestrado, o estudo focou nos atores envolvidos com o texto do Caderno 2 da Política do CBEMTC.

O documento final do CBEMTC é composto por 6 cadernos, com orientações e normativas distintas e produções em diferentes momentos históricos. O primeiro caderno intitulado **“Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense: Caderno 1 - Disposições Gerais”** aborda as bases legais e teóricas que ancoram a diretriz, contendo os textos introdutórios e gerais do Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense; O segundo texto intitulado **“Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense: Caderno 2 - Formação Geral Básica”** apresenta orientações curriculares para Formação Geral Básica, por Área do Conhecimento. O terceiro volume do CBEMTC intitulado **“Caderno 3 - Parte Flexível do Currículo: Portfólio de Trilhas de Aprofundamento”** aborda o Portfólio de Trilhas de Aprofundamento, componentes que integram os chamados Itinerários Formativos no Território Catarinense e o quarto intitula-se **“Caderno 4 - Parte Flexível do Currículo: Portfólio de Componentes Curriculares Eletivos”** que apresenta o Portfólio de Componentes Curriculares Eletivos, que também integram os Itinerários Formativos. Em 2022 foram adicionados **“Caderno 5 - Trilhas de Aprofundamento: Educação Profissional e Tecnológica”** e **“Caderno 6 - Trilhas de Aprofundamento: Formação Docente Curso Normal em Nível Médio - Magistério”**, este último em versão preliminar no momento de redação deste texto.

⁶ A implementação inicial ocorreu em 2020 em 120 escolas piloto do estado, servindo de subsídios para a elaboração do documento final destinado ao ensino médio, com posterior abrangência em todas as escolas da Rede em 2022 (Santa Catarina, 2024).

Importante demarcar que embora este estudo dirija atenção principal ao texto do Caderno 2 - Formação Geral Básica, o trabalho de discussão e análise envolveu a política do CBEMTC como um todo. Atores presentes no texto também participaram da produção de outros cadernos e atuaram de formas diversas dentro da política geral do CBEMTC, inclusive na posterior processo de implementação nas escolas estaduais. Dessa forma, mesmo que os textos sejam produtos separados, todos os cadernos confluem em uma rede que constituiu a proposta reformista e integrou a política educacional na linha de recontextualização da BNCC em Santa Catarina. Compreende-se que a produção dos seis cadernos está implicada na rede de influências entre atores da política que participaram da produção dessa política curricular. Não é possível dissociar um texto da política de maneira isolada; pelo contrário, é necessário compreender que eles estão inter-relacionados e que cada parte, de forma indissociável, contribui para a política do CBEMTC como um todo.

A centralidade no Caderno 2 neste estudo também se deve a sua abrangência e interesse pessoal do pesquisador, uma vez que este caderno abarca as disciplinas obrigatórias para todo o ensino médio, delimitando orientações comuns a todo o sistema de ensino catarinense. O referido Caderno estabelece as diretrizes comuns a todas as escolas públicas, exercendo um papel unificador e normativo na educação do estado. Ao definir os conteúdos e habilidades essenciais por Área do Conhecimento, influencia diretamente a prática pedagógica nas escolas, moldando tanto as experiências educacionais dos estudantes, quanto a vida profissional dos docentes.

As dinâmicas envolvidas na definição da formação geral exercem uma influência significativa sobre as decisões tomadas no ambiente escolar, as práticas pedagógicas adotadas e os processos de formação das novas gerações (Da Rosa; Ferreira; Silva, 2020). Portanto, identificar as redes políticas envolvidas na produção desse material permite expandir as análises abrangentes e significativas dos processos curriculares. Ao direcionar a análise para os atores envolvidos neste caderno específico, busca-se não apenas identificar as dinâmicas relacionadas à elaboração do currículo em um nível mais amplo, mas também permitir o aprofundamento de questões centrais que permeiam a estruturação do ensino médio atual em Santa Catarina.

Dessa forma, a análise da rede de relações, com o foco no Caderno 2, investigou autores que atuaram na construção de outros processos envolvidos na política da Reforma do Ensino Médio em Santa Catarina, permitindo a construção de uma base de dados relevante para estudos futuros que busquem se aprofundar. Dessa forma, este estudo buscou identificar as redes de relações que envolveram a produção do Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense, partindo-se do texto do Caderno 2 como foco principal, porém, compreendendo e levando em consideração durante todo o processo de pesquisa e análise, as relações indissociáveis entre os textos, os atores e as diversas outros elementos que compõem a totalidade da política circular do CBEMTC.

Destaca-se que este trabalho não busca realizar análises de conteúdos e outros elementos presentes no documento que não sejam referentes aos atores presentes na rede política envolvida nos textos do Currículo Base. Os materiais textuais foram uma fonte essencial de dados, porém não a única neste estudo. Com base no texto do CBEMTC, ocorreu o processo inicial de coleta de dados, no caso o levantamento dos atores da política. O documento foi um ponto de partida para as análises posteriores referentes aos atores com base em pesquisas online. Estes procedimentos do estudo documental e de produção da Etnografia de Redes serão aprofundados no terceiro subitem deste capítulo.

Para uma análise aprofundada das relações entre os agentes formuladores do CBEMTC e as redes políticas que permeiam sua construção, este estudo articulou a Abordagem do Ciclo de Políticas (Bowe; Ball; Gold, 1992) com o método da Etnografia de Rede (Ball, 2022), combinando a compreensão dos processos de produção do documento curricular com o mapeamento das redes políticas entre os atores envolvidos. Entretanto, antes de detalhar esses referenciais, é necessário examinar o estado do conhecimento sobre a temática, etapa fundamental para situar a pesquisa no contexto acadêmico existente, identificar lacunas e justificar os caminhos metodológicos adotados, conforme preconizado por Romanowski e Ens (2006) quanto à importância desse procedimento para o rigor científico.

2.2 BREVE PANORAMA DAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS BRASILEIRAS SOBRE ETNOGRAFIA DE REDE E POLÍTICAS CURRICULARES.

O levantamento de produções conhecido como “estado do conhecimento” busca levantar as produções em um determinado setor de banco de dados e permite a compreensão sobre as temáticas e pesquisas envolvendo determinado campo do conhecimento. Além disso, permite a qualificação de pesquisas que passam por esse processo, permitindo a construção de referenciais teóricos e metodológicos úteis para o pesquisador (Romanowski e Ens, 2006) e a expansão dos conhecimentos acerca do tema investigado.

Para realizar este tipo de pesquisa, como defendem Romanowski e Ens (2006), é importante seguir procedimentos metodológicos que permitam a organização sistêmica dos dados, viabilizando a interpretação do material coletado. Inicialmente, para direcionar as buscas de maneira a se restringirem ao âmbito da pesquisa, é essencial definir descritores e incorporá-los às bases de dados a fim de localizar as obras relevantes.

O mapeamento, no processo desta pesquisa, foi realizado entre os meses de outubro de 2023 e maio de 2024, visando não apenas compreender as abordagens teórico metodológicas e os resultados apresentados, mas também identificar suas implicações e contribuições para o campo específico de estudo relacionado ao objetivo desta pesquisa. Foram mapeadas as seguintes plataformas de pesquisa online em Português Brasileiro na ordem cronológica de pesquisa: Periódico CAPES; Teses e Dissertações CAPES; Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD); Scientific Electronic Library Online Brasil (SciELOBr); OasisBr Ibict; Google Acadêmico. Ao utilizar as plataformas, foram catalogados todos os trabalhos de pesquisa acadêmica envolvendo Periódicos Publicados, Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado, utilizando para primeira filtragem o descritor: "Etnografia de Rede". Importante destacar que não houve seleção de um período de tempo em que as produções acadêmicas foram publicadas, visto que a Etnografia de Rede de Ball foi proposta em 2012 (Ball, 2022). Dessa forma, todos os resultados que envolviam o descritor foram analisados para o mapeamento. O número total de resultados encontrados, somando todas as plataformas de busca, foi 153 no dia 26

de outubro de 2023. Devido à pequena quantidade de resultados relacionados ao tema e à repetição de trabalhos nas plataformas, um segundo filtro foi aplicado.

No segundo filtro, os resumos foram lidos e, quando necessário, os trabalhos na íntegra foram analisados para a seleção das produções mais adequadas ao estado do conhecimento. Os trabalhos deveriam possuir os seguintes critérios para serem selecionados: utilizarem o método qualitativo da Etnografia de Rede proposta por Ball (2022) e mapear as relações de redes políticas envolvendo políticas educacionais. Após o processo de seleção, dos 153 resultados iniciais, foram escolhidas 30 produções, incluindo 1 identificada por meio de referências presentes nos trabalhos selecionados nas plataformas.

Uma terceira filtragem foi realizada sobre as 29 produções, selecionando os trabalhos que abordassem as discussões voltadas ao campo das Políticas Curriculares e Currículo, lendo o resumo e, quando necessário, o documento na íntegra. Em 2024 uma publicação relevante ao tema surgiu no cenário acadêmico, sendo adicionada ao estado de conhecimento desta pesquisa. Por fim, 12 produções foram selecionadas pelos critérios estabelecidos, com 6 Periódicos, 4 Dissertações de Mestrado e 2 Teses de Doutorado. As informações quantitativas quanto às produções mapeadas pelos bancos de dados pesquisados estão disponível no Quadro 1:

Quadro 1 - Análise Quantitativa das Produções: Seleção e Filtros em Bancos de Dados.

	Descritor: Etnografia de Rede	Seleção de Produções Adequadas	Currículo; Políticas Curriculares.	
Banco de Dados	Número de Obras Selecionadas			Data da Pesquisa
Periódicos Capes	16	10	3	19/10/2023
Teses e Dissertações Capes	45	9	6	20/10/2023
BDTD*	25	1	0	26/10/2023
Scielo	0	0	0	26/10/2023
OasisBr Ibict	67	4	0	26/10/2023
Google Acadêmico	76	3	0	26/10/2023
Citações	ND*	2	2	26/10/2023
Citações	ND*	1	1	20/05/2024

Total	153	30	12	20/05/2024
--------------	------------	-----------	-----------	-------------------

* DBTD: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações.

ND: Não definido.

Fonte: Elaborado pelo autor com base na análise dos resultados da pesquisa, 2024.

O mapeamento das produções acadêmicas revelou três eixos temáticos principais, ordenados aqui por sua representatividade: (1) a análise da BNCC como modelo das políticas curriculares neoliberais (presente em cerca de 80% dos trabalhos), com estudos como o de Martins e Ferreira (2022) destacando o caráter de consolidação das parcerias público-privadas, embora com pouca atenção às dinâmicas pós-implementação; (2) a atuação de organizações do terceiro setor (cerca de 73% dos estudos), onde se destacam como nós centrais a Fundação Lemann, Instituto Ayrton Senna e Movimento pela Base Nacional Comum nas redes de implementação curricular, conforme demonstrado por Araújo (2022); e (3) as pesquisas com recorte regional (18% da amostra). Neste recorte regional foi inserido o estudo de Martini, Silva e Dias, publicado em 2024 sobre o CBEMTC, analisando as redes de influência na SED/SC entre 2019-2021 com ênfase na presença de entidades do terceiro setor.

A análise das produções acadêmicas revelou que, embora exista uma produção, ainda que insuficiente, sobre redes políticas e currículo em nível nacional, com ênfase na BNCC e na atuação de organizações do terceiro setor, os estudos com recorte regional permanecem extremamente escassos. Essa lacuna evidencia a urgência de pesquisas que explorem as dinâmicas locais em sua complexidade, considerando suas particularidades e contextos específicos. O processo de construção do estado do conhecimento mostrou-se essencial não apenas para mapear essas limitações do campo, mas também para instrumentalizar o pesquisador, permitindo-lhe identificar as principais tendências nesse campo de estudo e fundamentar de maneira consistente as escolhas metodológicas da presente investigação.

Na próxima seção, será delineada a Abordagem do Ciclo de Políticas e a Etnografia de Redes, referenciais teórico-metodológicos centrais desta dissertação.

2.3 O CICLO DE POLÍTICAS E A ETNOGRAFIA DE REDE COMO PERSPECTIVAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS.

Objetivando identificar as redes de relações envolvidas na produção do Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense, esta pesquisa apropriou as lentes teóricas da Abordagem do Ciclo de Políticas e da Etnografia de Redes. Ambas perspectivas teórico-metodológicas, quando relacionadas, despertam grande interesse ao possibilitar investigar as Redes Políticas envolvidas. Isso inclui pesquisadores, figuras públicas, gestores educacionais, professores, estudantes, instituições e organizações e outros envolvidos na definição das diretrizes e conteúdos do currículo de grande impacto na educação estadual, permitindo um olhar mais denso sobre o contexto que o fenômeno se desdobra.

A Abordagem do Ciclo de Políticas, como mencionada anteriormente, foi desenvolvida pelo sociólogo inglês Stephen J. Ball e colaboradores, (Bowe; Ball; Gold, 1992; Ball; Bowe, 1992; Ball, 1994), e seu principal intuito foi “servir como uma ferramenta para investigação sobre as formas pelas quais políticas são feitas” (Avelar, 2016, p. 8). Nessa abordagem, é delineado um ciclo contínuo composto por três contextos indissociáveis às políticas educacionais: o contexto de influência, o contexto da produção de texto e o contexto da prática.

O contexto de influência representa a fase inicial do ciclo de políticas. Neste contexto estabelecem-se as bases discursivas e conceituais que orientarão a formulação das políticas públicas. Neste cenário, atores diversos, incluindo redes sociais, atores governamentais, partidos políticos e representantes do legislativo, engajam-se na construção e validação de narrativas que fundamentaram as futuras ações políticas. Este espaço caracteriza-se por intensos debates e conflitos, nos quais diferentes grupos com interesses específicos na área educacional disputam influência sobre o rumo das políticas (Mainardes, 2006).

A dinâmica deste contexto envolve múltiplas formas de articulação em diversas escalas de poder, desde o local até o global. Organismos internacionais como o Banco Mundial⁷ e instituições nacionais como a Fundação Lemann

⁷ O Banco Mundial é um dos principais bancos de desenvolvimento multilaterais do mundo, com sede em Washington. A instituição financeira internacional oferece empréstimos, consultoria e assistência técnica a países em desenvolvimento para apoiar, segundo o site da instituição, o desenvolvimento econômico, a redução da pobreza e a melhoria dos padrões de vida, auxiliando no desenvolvimento de políticas internas (World Bank, 2025).

desempenham papel relevante nesse processo, promovendo modelos educacionais, financiando iniciativas e incentivando a adoção de políticas similares em diferentes países. Contudo, esse fluxo de influências não resulta em mera cópia, mas sim em processos complexos de adaptação às realidades nacionais, onde as políticas são reinterpretadas e ressignificadas (Mainardes, 2006).

O contexto de produção de texto caracteriza-se pela materialização das disputas discursivas em documentos e manifestações oficiais. Embora mantenha estreita relação com o contexto de influência, diferencia-se pelo enfoque na construção de linguagens acessíveis ao interesse público. As políticas ganham forma concreta através de diversos suportes textuais: legislações, pronunciamentos oficiais, produções audiovisuais e até manifestações em redes sociais de autoridades políticas (Mainardes, 2006).

Os textos resultantes deste processo frequentemente apresentam inconsistências e contradições internas, reflexo das negociações e conflitos entre os diversos grupos de interesse envolvidos em sua elaboração. Esses documentos não são estáticos, estando sujeitos a contínuas revisões e adaptações. Como expressões textuais das políticas, carregam tanto limitações estruturais quanto potencialidades transformadoras, cujos efeitos concretos serão manifestados plenamente no contexto seguinte, o da prática (Mainardes, 2006).

O contexto da prática engloba a implementação das políticas educacionais através de processos dinâmicos de interpretação e adaptação pelos atores locais. Diferentemente de uma aplicação mecânica, as políticas sofrem significativas transformações quando em contato com a realidade cotidiana das instituições educacionais. Os profissionais da educação, professores, gestores e equipes pedagógicas, apropriam-se das diretrizes políticas a partir de seus repertórios experienciais, contextos de atuação e valores pessoais, recriando-as na prática diária (Mainardes, 2006).

Neste contexto, as políticas revelam sua natureza processual e dialógica, transformando-se através da interação com os atores educacionais e os outros membros das comunidades escolares. As experiências individuais, trajetórias profissionais e visões de mundo dos educadores funcionam como filtros interpretativos que modificam substancialmente as propostas originais. Desta forma, o contexto da prática constitui o espaço onde as políticas ganham significado

concreto, através das ações e reinterpretações dos sujeitos que as operacionalizam no cotidiano escolar (Mainardes, 2006).

Como já mencionado e tendo em vista que o objetivo deste estudo é investigar as redes de relações que envolveram a produção do Currículo Base do Território Catarinense do Ensino Médio (CBEMTC), a abordagem terá ênfase no contexto de influência e no contexto de produção de texto. O objetivo de analisar os dois contextos é aprofundar a investigação dos autores do documento da política curricular do estado de Santa Catarina, os quais estão inseridos principalmente dentro de ambos os contextos mencionados.

Entende-se que a análise de ambos os contextos ocorre simultaneamente, visto a configuração simbiótica que apresentam. Como destacado por Mainardes (2006), os contextos são inter relacionados e podem influenciar a diversos atores envolvidos na política, inclusive os de sua produção, não excluindo a atividade dos mesmos indivíduos e grupos organizados em ambos os contextos. Entretanto, compreende-se que todos os contextos são interligados e apresentam relações simbióticas, confluindo e se influenciando para a materialização das políticas educacionais, com os atores envolvidos nesse processo apresentando suas arenas específicas de atividade, criando relações e participando de grupos de interesse, estando envolvidos em conflitos e confrontos constantes (Mainardes, 2018).

Importante mencionar que as políticas não se restringem ao momento legislativo e os textos devem ser interpretados levando em consideração o tempo e o local específico de sua produção. Dessa forma, para atingir o escopo proposto, esta pesquisa não se prendeu apenas aos dados encontrados no texto do documento curricular. O documento será o ponto de partida para a análise exploratória dos autores envolvidos e suas relações dentro de ambos os contextos.

Embora possa parecer simples, a abordagem do ciclo de políticas é um referencial complexo, que demanda diversas investigações e ainda a adoção de um referencial teórico que dê sustentação para a análise de políticas específicas. (Mainardes, 2018). Sendo assim, essa pesquisa também se apoia no método da Etnografia de Rede proposto por Ball (2022), ampliando as bases teórico-metodológicas para o aprofundamento da investigação e análise realizada.

O Abordagem, como discute Mainardes (2006), recebeu críticas e sugestões de membros comunidade acadêmica⁸ direcionadas à necessidade de se estender o terreno do contexto de influência de uma nação individual para o contexto global; a necessidade de destacar, explicitamente, as inter-relações entre os diferentes níveis e contextos do processo político, do macro ao micro, ao examinar como esses contextos estão continuamente inter-relacionados; e, a influência do Estado precisava ser compreendida de forma mais ampla do que está evidente no Ciclo de Políticas (Mainardes e Marcondes, 2009; Ball, 2022).

Segundo Mainardes (2006), os trabalhos mais recentes de Ball têm enriquecido a análise do Ciclo de Políticas ao considerar as influências globais e internacionais no processo de formulação de políticas nacionais. A disseminação de influências internacionais pode ser entendida de ao menos duas formas. A primeira e mais direta é o fluxo de ideias por meio de redes políticas e sociais que envolvem a circulação internacional de ideias, o processo de “empréstimo de políticas” e os grupos e indivíduos que “vendem” suas soluções no mercado político e acadêmico por meio de periódicos, livros, conferências e “performances” de acadêmicos que viajam para vários lugares para expor suas ideias, realizarem consultorias, etc.

A segunda forma de disseminação de influências internacionais diz respeito ao financiamento e, em alguns casos, à imposição de certas “soluções” sugeridas e recomendadas por organizações multilaterais, como o Banco Mundial e outras. O Banco Mundial desempenha um papel particularmente relevante, já que suas intenções são vistas como uma expressão ideológica voltada para promover um sistema global integrado com as diretrizes político-econômicas de mercado.

Além do Banco Mundial, outras instituições, como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), também exercem influência sobre o processo de formulação de políticas nacionais, contribuindo para um fenômeno de transnacionalização das políticas (Ball, 2022). No entanto, é crucial ressaltar que essas influências são sempre reinterpretadas e recontextualizadas pelos Estados-nação. (Mainardes, 2006). Segundo argumenta Mainardes (2006), diversos estudos destacam a interação dialética entre os contextos global e local. Esta interação implica uma

⁸ Ver Henry (1993), Hatcher e Troyna (1994), Lingard (1996) e Vidovich (2002).

relação dinâmica e complexa, na qual há uma constante troca e influência entre os níveis global (por exemplo, tendências, padrões ou políticas globais) e local (por exemplo, realidades específicas de um país ou região). Esses estudos evidenciam que, embora a globalização promova a disseminação de políticas, essa disseminação não ocorre de maneira simplesmente direta, pois as políticas são reinterpretadas e adaptadas dentro de contextos nacionais específicos.

Assim, a globalização está constantemente sujeita a um "processo interpretativo" associado aos atores que integram essas políticas, dentre eles, os produtores das políticas locais no contexto de influência. Esses conceitos e reflexões, em 2012, foram aprofundados por Ball (2022) em sua obra, **“Educação Global S.A.: Novas redes políticas e o imaginário neoliberal”**, onde busca explorar as atividades políticas de empresas educacionais, de empreendedores de políticas, de redes de influência neoliberal, de empresas sociais e da “nova” filantropia e suas relações com o envolvimento de provedores privados de prestações de serviços educacionais, tanto de forma independente quanto via o Estado. Neste livro também é proposto o método da Etnografia de Redes (ER).

Ao aprofundar a compreensão que os processos políticos envolvem diversas outras esferas sociais, Ball em entrevista, reafirma sua compreensão de como as políticas educacionais tem se apresentado como redes globais, atingindo diversos países.

Meu interesse em política foi expandido para este foco sobre a mobilidade de políticas, e para o surgimento do que eu chamo *rede global de política educacional*, que é um conjunto de relacionamentos ligados à política que agora se estendem pelo mundo e adentram diferentes países, através dos quais se movem ideias políticas, tecnologias políticas, pessoas e dinheiro. Estou interessado na interação do global com o local, e o espaço de análise não é definido por entidades geográficas, mas pelo espaço configurado através da intersecção do local e elementos situados. E eu vejo isto como parte de um movimento necessário na análise de políticas (Avelar, 2016, p. 8).

As reflexões e inquietações de Ball potencializaram suas pesquisas oferecendo bases para o desenvolvimento da Etnografia de Redes. O método da Etnografia de Redes constitui um dos pilares desta pesquisa, na medida que sustenta a expansão da análise do contexto de influência e do contexto de produção de texto, oferecendo ferramentas teóricas-metodológicas indispensáveis para a compreensão das redes de relações envolvidas na formulação de políticas do Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense. O método da ER

aprofunda e subsidia o Ciclo de Políticas, proporcionando uma compreensão mais substantiva das interações e relações que moldam a formulação e implementação de políticas educacionais, principalmente no contexto de influência e produção de texto. O método possibilita uma observação abrangente dos diversos movimentos, influências, grupos e relações de poder envolvidos nas políticas curriculares. A combinação entre essas lentes metodológicas permite uma observação mais ampla e essencial para análise da produção do texto do CBEMTC.

Devido ao movimento que Ball considera necessário às análises de políticas, o autor apresenta o método da Etnografia de Redes (ER) como possibilidade teórica-metodológica para o aprofundamento dos estudos envolvendo as redes transnacionais de política educacional. Nesse estudo define-se que Ball compreende o método de Etnografia de Redes como complementar ao Ciclo de Políticas.

Conforme apontado por Ball e Mainardes (2024), a concepção tradicional do Estado e dos governos como entidades burocráticas, estáticas e racionais não oferece uma compreensão adequada da atuação dos novos atores políticos no campo educacional na contemporaneidade. Empresas iniciantes (*Startups*), novos investidores filantrópicos, capitalistas de risco, empresas educacionais internacionais e Organizações Não Governamentais Internacionais (Ongi) agora desempenham um papel na "governança" educacional. Como defendem Ball e Mainardes (2024):

É preciso desconstruir e desnaturalizar o Estado - e levar em conta os diversos grupos e atores que agora participam dos processos de políticas públicas, bem como suas diversas técnicas e métodos de governo [...]. Isso não significa que não se deva reconhecer o papel crucial do Estado no processo da política, mas sim, que ao mesmo tempo, devemos tratar das práticas ou dos processos de produção de conhecimento e de governo/governamentalidade que, se unidos e articulados, formam o que chamamos e entendemos como o Estado (Ball e Mainardes, 2024, p. 16)

Ao enxergarmos o Estado como sendo moldado e influenciado por redes políticas sociais complexas e dinâmicas, que incluem atores do setor privado como parte da estrutura que administra serviços públicos, começamos a compreender melhor como a política é efetivamente conduzida.

Essas mudanças, que implicam na transferência de parte do poder público para gestores privados, marcam uma transição do conceito tradicional de governo, centrado no papel exclusivo do Estado como agente único das políticas, para o conceito do que Ball reconhece como governança. A governança reconhece a participação de diversos atores, provenientes de diferentes setores da sociedade,

principalmente dos setores privados, na elaboração e implementação de políticas públicas e educacionais. Os limites entre Estado, mercado e sociedade tornam-se mais complexos do que meras hierarquias, envolvendo relações econômicas, perpassando os Estado-nação. Essas relações apresentam-se em redes políticas, onde a distinção entre os diversos participantes e suas relações muitas vezes se torna difusa devido aos elementos hierárquicos que subsidiam esses sistemas sociais. Investigar essa nova governança demanda, portanto, adaptações teóricas e metodológicas específicas, tornando a Etnografia de Redes um método adequado para atender a esses requisitos (Ball e Mainardes, 2024).

Aliado ao conceito de governança, a Etnografia de Redes (ER) destaca a importância de não apenas observar os movimentos das redes políticas em níveis locais, mas também de reconhecer que esses processos estão interligados a contextos globais. É fundamental delimitar que o método reconhece que as redes possuem um duplo sentido significativo para a análise desses fenômenos sociais. O termo "rede" é empregado tanto como um dispositivo conceitual, representando um conjunto de mudanças 'reais' nas formas de governança da educação em nível nacional e global, quanto como uma técnica analítica para examinar a estrutura das comunidades políticas e suas relações sociais.

Com base nessa perspectiva, a ER volta sua atenção para as relações de poder e para o trabalho investido na mobilização de políticas em variados contextos e locais, perpassando países e compreendendo que contextos globais exercem influência e moldam as políticas em múltiplos níveis e territórios. Ao observar relações inicialmente mundanas investidas e associadas às redes políticas de governança globais, torna-se possível entender as conexões e regimes de políticas locais, elucidando os processos de glocalização⁹ e do neoliberalismo na prática (Avelar e Ball, 2017; Ball, 2022; Ball e Mainardes, 2024)

Na Etnografia de Redes, as políticas públicas são concebidas como móveis e fluidas, ou seja, com mobilidade, uma vez que se desenvolvem em processos contínuos e em constante metamorfose das conexões complexas interpessoais, objetos e tecnologias em diversos espaços, tanto próximos quanto distantes. Esses

⁹ Refere-se a um produto ou serviço concebido e distribuído globalmente mas adaptado aos hábitos e costumes locais, retendo a ideia de que o global se expressa e se afirma pelo local enquanto o global emerge como uma particularização do local (Lourenço, 2014).

processos, segundo Ball (2022), envolvem uma variedade de atores provenientes de diferentes setores, com interesses diversos e que normalmente exibem uma grande mobilidade entre setores e posições, apresentando contradições e conciliações que se transformam ao longo do tempo e estão entrelaçados aos contextos em que estão inseridas.

Ao adotar a ER, pode-se aprofundar a compreensão da complexidade da glocalização, ou seja, da interação e influência das formas globais, formas de pensamento e ação que são construídas globalmente, com as consequências locais, ou seja, os diferentes elementos dos contextos locais que se mesclam e difundem com as formas globais para a formulação de políticas. Como discorrem Ball e Mainardes (2024):

Isso significa que a análise se baseia na necessidade de pensar nas maneiras pelas quais o "global" impacta o "nacional" e, ao mesmo tempo, reconhecer como o nacional é crítico na formação de agendas de políticas globais, em outras palavras, na interdependência dos atores e do movimento de ideias em ambientes locais, nacionais e globais (Ball, Mainardes, 2024, p.18).

Dessa forma, ao considerar que as políticas vão além dos municípios, estados e países, permite que os pesquisadores, ao utilizarem a ER, possam rastrear os movimentos globais das políticas, além de entender seus efeitos nas políticas locais. Importante demarcar que as políticas públicas em contextos globais, nacionais e locais são feitas por pessoas, dessa forma o foco em indivíduos é inevitável. Ao observar suas práticas aparentemente normais e cotidianas, pode-se aprofundar o entendimento da construção de políticas. Isso requer analisar o trabalho dos atores políticos, os “quem” da política, de maneira crítica e reflexiva.

Ao observar com atenção os atores e suas ações, se torna possível inferir em como se dão suas relações, quais influências os moldam e como influenciam suas produções. A ER tem sido usada para investigar as interações entre atores públicos e privados em governança política educacional, em diversas esferas, com foco na global. Além disso, o método também defende que pode-se aprofundar o conhecimento do “*como*” os processos de neoliberalização ocorrem, fluem, são delimitados e difundidos, se possuem resistência ou conciliação, etc. Neste estudo entende-se que os processos de neoliberalização são práticas, processos, estruturas e relacionamentos que constituem o fazer, ou seja, “como” o neoliberalismo avança e se materializa na sociedade (Ball e Mainardes, 2024).

O método da Etnografia de Redes (ER) emprega uma variedade de estratégias e técnicas de pesquisa que examinam a estrutura e os processos das interações em rede. Um de seus aspectos é que o método se baseia na análise de redes sociais (ARS), que se concentra nas conexões sociais entre indivíduos e instituições, representadas geralmente por meio de Diagramas de Redes¹⁰. Apesar disso, a Etnografia de Rede se diferencia da ARS ao buscar entender o significado, o contexto e os potenciais efeitos dessas relações, aspectos que não são centrais em abordagens mais convencionais da ARS (Avelar e Ball; 2017).

Trata-se de uma abordagem adaptativa com intuito de permitir o aprofundamento nas diversas transformações resultantes da entrada de novos atores na gestão das escolas públicas e nos processos de formulação de políticas públicas que estão operando em diferentes espaços e escalas, abrangendo o âmbito local, nacional até o supranacional. Ao ser aliada com a Abordagem do Ciclo de Políticas, permite compreender e aprofundar diversas facetas envolvidas nas políticas, possibilitando trazer à tona atores envolvidos na política curricular, tornando possível investigar as redes de relações que envolveram, no caso desta pesquisa, a elaboração do CBEMTC.

Na prática, o método da ER faz uso de pesquisas online em publicações digitais com mapeamento de redes sociais, podendo estar aliado a outras ferramentas etnográficas, como entrevistas e observações em campo. Tem o objetivo de acessar e retratar a natureza instável, elusiva, móvel e, às vezes, fugaz da nova governança (Ball, 2022).

Ao utilizar a ER é necessário explorar inúmeras páginas da *web*, currículos pessoais, notícias e outras páginas *online*, especialmente dos atores altamente conectados e que transitam entre os setores público e privado, jornais e mídias sociais pertinentes, blogs e documentos relevantes. Além disso, como defendem Ball e Mainardes (2024), o método segue os princípios gerais da pesquisa qualitativa, com a investigação sujeita a um planejamento e replanejamento contínuo que é indissociável com o decorrer da pesquisa. Ao abordar a Etnografia de Redes,

¹⁰ Um diagrama de rede, no contexto de relações entre agentes, é uma representação gráfica que ilustra as conexões uns aos outros. Esse tipo de diagrama é utilizado para visualizar e analisar as interações sociais, mapeando as conexões e influências dentro de um grupo ou comunidade, representando em grafo. Ele pode revelar padrões de comunicação, alianças, e o papel de cada pessoa na rede social, facilitando a compreensão das dinâmicas de relacionamento e poder (Avelar e Ball, 2017).

Ball e Mainardes (2024), argumentam que, quando possível, entrevistas e participação e observação de eventos podem ser realizadas para qualificar e aprofundar os dados obtidos através das pesquisas online.

Entretanto, devido às restrições temporais e financeiras associadas à condução desta pesquisa de mestrado, será necessário limitar a análise exclusivamente à pesquisa em documentos e páginas online. Embora reconheçamos o valor agregado que outras formas de coleta de dados poderiam proporcionar, a natureza pragmática deste estudo requer um foco específico na pesquisa online para garantir sua conclusão dentro dos prazos e recursos disponíveis.

Assim, inicialmente, são realizadas buscas exploratórias sem restrições específicas, procurando por indícios de relacionamentos. Quando algo é identificado - seja uma pessoa, instituição, política, história ou evento - a pesquisa se aprofunda na tentativa de obter mais dados e evidências sobre os membros da rede e elementos associados como eventos, discursos, conexões e outros aspectos relevantes (Ball e Mainardes, 2024).

Ball e Mainardes entendem que durante a prática da pesquisa, a coleta e a análise de dados ocorrem simultaneamente. Ao selecionar o que investigar, são feitas escolhas analíticas aliadas à epifanias ou interpretações por parte dos pesquisadores (Ball, 2022; Avelar e Ball, 2023; Ball e Mainardes, 2024). Além de capturar telas, salvar arquivos em PDF e registrar informações em planilhas, há constantes questionamentos e decisões sobre como prosseguir a pesquisa. Ao desenvolver o levantamento das redes, deve-se ter como plano de fundo a perspectiva de que pontos de intersecção nas redes, ou seja, as pessoas, são profundas e complexas, estão sempre em fluxo e não são estáticos, como as representações gráficas podem sugerir em algumas ocasiões. Ao explorar as páginas da web, os pesquisadores procuram compreender a organização em foco dentro das possibilidades e objetivos de sua pesquisa; quais suas atividades, valores, funcionários, colaborações e fontes de financiamento. Nesse processo, é tão crucial identificar e compreender as conexões e relacionamentos, quanto entender as próprias instituições e as pessoas envolvidas (Ball e Mainardes, 2024).

À medida que o pesquisador explora as páginas da web e são encontradas informações sobre pessoas e organizações, começam a surgir padrões e certos

atores principais se destacam por sua repetição. Esse é um dos principais benefícios da análise de redes. Destaca-se que a identificação desses atores não se baseia unicamente em métodos quantitativos, como identificar nós com métricas de densidade ou centralidade mais altas, embora aliar esses dados possa ser útil na análise de Diagramas de Rede. Em vez disso, trata-se de uma percepção qualitativa de relevância. A importância dos atores é reconhecida ao vê-los repetidos em diferentes situações relevantes, relatórios, comitês, eventos, histórias de políticas, entre outros contextos sozinhos ou acompanhados de outros atores vinculados à rede política estudada (Ball e Mainardes, 2024).

Conforme mencionado, a Etnografia de Redes (ER) propõe uma abordagem etnográfica das redes, combinando pesquisa etnográfica e Análise de Redes Sociais (ARS). Isso permite aos pesquisadores capturar os detalhes e significados das relações políticas, as interações, práticas e significados compartilhados pelos atores políticos, além de compreender as participações envolvidas nos processos políticos. A ER permite identificar e analisar a criação e operação das redes de políticas educacionais globais quanto dos anexos que as constituem em níveis locais (Ball e Mainardes, 2024).

Na investigação, os Diagramas de Redes Sociais são utilizados como ferramentas para identificar indivíduos, instituições e relacionamentos relevantes em relação às políticas ou redes específicas estudadas. Isso resulta na elaboração de um mapa que registra o “esforço” dedicado à criação e manutenção de uma rede social ao longo do tempo, em que o pesquisador deve dedicar grande atenção às organizações e aos atores envolvidos no campo da política educacional global, bem como as suas conexões, contextos e eventos nos quais ideias e estratégias políticas são mobilizados e desenvolvidos na construção da política.

Os Diagramas de Rede são fundamentais para rastrear e estruturar os relacionamentos entre pessoas, instituições, políticas e eventos. Eles possibilitam a visualização das conexões emergentes, relações e comunidades mais definidas em redes que, de outra forma, seriam confusas e complexas, auxiliando nas decisões sobre como conduzir a coleta e análise de dados. (Ball e Mainardes, 2024).

Portanto, os fundamentos teórico-metodológicos desta pesquisa, delineados pela Abordagem do Ciclo de Políticas e pelo método da Etnografia de Rede, se configuram como pilares essenciais para a exploração da rede de relações

envolvidas na produção do documento curricular de SC do ensino médio, o CBEMTC.

2.4 CAMINHO METODOLÓGICO.

Em virtude do objetivo desta pesquisa, investigar as redes de relações envolvidas na construção do Currículo Base do Território Catarinense do Ensino Médio, foi adotada uma abordagem qualitativa do tipo exploratória para a condução do estudo. A pesquisa qualitativa, conforme defendido por Silveira e Gerhardt (2009), permite a investigação de fenômenos humanos que não podem ser traduzidos apenas em números e indicadores quantitativos e concentra-se na compreensão e elucidação das dinâmicas sociais. Martin (2004) alerta para uma preocupação básica dos cientistas que trabalham com a pesquisa qualitativa. Deve-se buscar estreitar a aproximação e correlação dos dados permitindo que “falem” de forma mais completa possível, abrindo-se à realidade social para melhor apreendê-la e compreendê-la. Nesse sentido, a pesquisa qualitativa busca atribuir significados aos dados coletados, estabelecendo conexões e construindo uma análise que se aproxime o máximo possível da realidade do objeto de estudo. Ao abrir-se à complexidade da realidade social, permite a exploração das dinâmicas envolvidas na construção do Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense (CBEMTC), contribuindo assim para uma abordagem mais ampla e consistente no campo da educação.

A pesquisa qualitativa vai além da mera classificação de opinião dos informantes. Envolve a descoberta e construção de significados com base na análise de símbolos, observações e discursos. Essa abordagem busca compreender e interpretar os dados coletados à luz da teoria, resultando em uma contribuição única e contextualizada por parte dos pesquisadores (Deslandes, Gomes e Minayo, 2009).

Os pesquisadores desempenham um papel central na pesquisa qualitativa, pois suas perguntas e abordagens têm um impacto direto nos resultados e na interpretação dos dados. Conforme destacado por Fávero e Centenaro (2019), não é possível estabelecer uma separação sólida e imparcial entre o pesquisador e o objeto de estudo, bem como os resultados dessa pesquisa. É importante reconhecer que o pesquisador não é neutro no processo de pesquisa, pois está intimamente

envolvido com o objeto de estudo, seus fatos e fenômenos, aliando aos conhecimentos teóricos que teve contato e que estabelece. Isso demonstra que as perspectivas, crenças e experiências do pesquisador influenciam o processo de pesquisa e podem afetar a maneira como os dados são interpretados.

Esta pesquisa também apresenta natureza exploratória, conforme proposto por Gil (2008). Segundo o autor, a finalidade desse tipo de estudo foca em desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, visando a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores, sendo realizada especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil formular hipóteses precisas e operacionalizáveis. As pesquisas exploratórias podem fornecer uma visão geral, aproximativa, sobre um determinado fenômeno. Esse processo exploratório permite a identificação de outros problemas evidentes, que podem ser investigados de forma mais aprofundada e direcionada por meio de pesquisas posteriores mais sistematizadas. Os estudos exploratórios geralmente envolvem a revisão de literatura, análise de documentos, entrevistas não padronizadas e estudos de caso, evitando técnicas quantitativas de amostragem e coleta de dados.

Portanto, ao investigar a rede de relações envolvidas na produção do Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense (CBEMTC), esta pesquisa não apenas permite a formulação de problemas mais precisos, mas também proporciona o aprofundamento sobre as questões que permeiam o objeto de estudo. Ao investigar os atores que moldam a elaboração desse documento de orientação curricular, este estudo lança luz sobre aspectos anteriormente obscurecidos ou subestimados, contribuindo para um entendimento mais abrangente e fundamentado desta política educacional.

Ainda em consonância com Gil (2008), esta pesquisa inicialmente se concentrou na análise documental no Caderno 02 do CBEMTC, seguido da exploração de outras fontes empíricas de dados online.

Baseado na compressão de Fávero e Centenaro (2019), a pesquisa documental é um processo que utiliza métodos e técnicas para apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos, dos físicos aos digitais, dos públicos aos privados, devendo estar alinhados com os objetivos da pesquisa e teorias que a tem como ferramenta. A pesquisa em documentos vale-se

de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reavaliados de acordo com os objetivos da pesquisa (Gil, 2008). Ao explorar esses materiais, é possível não apenas conhecer, descrever e caracterizar os objetos de pesquisa, mas também analisá-los e sintetizá-los. Os documentos, enquanto fontes de informação e fontes de dados, oferecem um vasto campo de investigação, especialmente no âmbito educacional, permitindo adicionar a dimensão do tempo à compreensão do contexto social. Eles possibilitam observar o surgimento, a maturação ou a evolução de práticas, mentalidades, conceitos, conhecimentos, comportamentos, indivíduos e grupos, além de outros elementos, como as redes políticas, foco desta pesquisa (Cellard, 2008).

As diretrizes políticas para a educação configuradas em documentos oficiais e ofícios publicados por meios digitais ou físicos de papel, oriundos do aparelho de Estado, de organizações multilaterais e de agências e intelectuais que gravitam em sua órbita, expressam não apenas diretrizes para a educação, mas, como afirma Evangelista (2012), articulam interesses, projetam políticas e produzem intervenções sociais. Documentos governamentais espelham também as relações envolvidas na sua produção, apresentando marcações que permitem entender diversas dimensões envoltas nas relações de poder e interesses projetados, conscientemente ou não, na política.

Ainda que a atenção principal do estudo fosse voltada para o Caderno 2, a pesquisa não se restringiu aos atores apenas desse documento. O processo de análise do documento curricular catarinense permitiu a percepção de conexões que exigiram a análise exploratória, como destacado por Ball e Mainardes (2024), Ball (2022) e Da Rosa, Ferreira e Silva (2020) como a principal fonte de dados, o meio online para pesquisa na Etnografia de Rede.

Portanto esse estudo expandiu o escopo de fonte de informações, partindo da análise centrada no texto do Caderno 02 do CBEMTC, para a análise exploratória de dados online, essenciais para a Etnografia de Rede (Ball, 2022). Essa segunda etapa exploratória avançou organicamente, incorporando os recursos disponíveis em plataformas online como fonte de dados adicionais e essenciais para essa pesquisa, utilizando dados empíricos de primeiro ou segundo grau para construir a análise. Ao fazê-lo, pode-se construir uma análise mais detalhada e abrangente das interações entre os autores envolvidos na elaboração do documento do currículo estadual,

explorando dados relevantes para o mapeamento das redes de relações do CBEMTC.

A pesquisa online, como defendem Da Rosa, Ferreira e Silva (2020) e Gil (2008), proporcionou nesta pesquisa acesso amplo a uma vasta gama de dados, facilitando a análise dos diversos movimentos e relações de figuras públicas ou privadas nos seus contextos particulares. Além de enriquecer a compreensão das dinâmicas envolvidas na produção do CBEMTC, a pesquisa online oferece a oportunidade de contextualizar as contribuições individuais dos autores dentro de um cenário mais amplo. Isso permitiu uma análise abrangente das diferentes perspectivas, agendas e interesses durante o processo de elaboração do currículo.

Apesar da análise exploratória online ter sido orgânica, algumas plataformas foram utilizadas como ponto orientador para a análise exploratória e estão embasadas nos estudos de Ball e Mainardes (2024), Ball (2022), Seemann (2022), Macedo (2021) e Novaes (2023). As plataformas online descritas a seguir foram utilizadas e identificadas como fornecedoras de dados relevantes e abrangentes para a compreensão das relações de atores nas pesquisas mencionadas devido à somatória de dados associados à vida pessoal e atividades profissionais desses indivíduos, muitas vezes pessoas públicas.

Assim foram utilizados as plataforma Lattes, Orcid, Escavador e LinkedIn. Caso um ator não tivesse nenhuma informação nessas páginas, a pesquisa seguiu para a consulta ampla do nome do indivíduo na plataforma de pesquisa Google, buscando informações sobre o ator. Logo, diante do exposto neste capítulo, a pesquisa foi desenvolvida com base nas etapas processuais descritas a seguir.

Inicialmente, como sugeriram Evangelista e Shiroma (2019), o pesquisador procurou imergir no documento que estão analisando; foram realizadas leituras exaustivas, com uma visão ainda não organizada do conjunto de dados, buscando a aclimatação com o objeto de pesquisa. Diante da aclimatação com o novo ambiente de dados, foi possível iniciar a segunda etapa para a análise, a identificação dos atores nos textos de interesse para a pesquisa pela suas menções nos textos. Importante mencionar que um grande grupo de atores foi identificado no texto do documento e outros atores foram identificados pela presença de seus nomes em outros documentos, processos e cargos importantes para construção do Caderno 02. Dessa forma, foi possível identificar de forma exploratória, corroborando com

Ball (2022), organizações e grupos sociais diversos, com os atores conectados com representantes no contexto de influência da elaboração do documento de orientação curricular, permitindo observar a presença de diferentes grupos nos processos envolvendo a política curricular.

Para identificá-los, foi utilizada uma abordagem que combina a consulta de fontes secundárias com a observação contextual dos dados, explorando pareceres e documentos oficiais junto de plataformas que foram acessados e utilizados como fontes de dados com o desenvolver da pesquisa, o Diário Oficial do Estado de Santa Catarina e o Portal da Transparência do Poder Executivo de Santa Catarina.

Essas fontes de dados foram reconhecidas e agregadas organicamente com base nas interligações e outros dados reconhecidos nas investigações de atores políticos do texto da Formação Geral do CBETMC.

O segundo grupo de informações são os “**Elementos de Relações**”, definidos neste estudo como as informações e conceitos que expressam relações entre os autores. Essa busca foi feita online com base nos estudos de Avelar e Ball (2017), Ball (2022) e Ball e Mainardes (2024). Segundo os autores, as marcações do texto que denotam elementos de relações devem expressar cargos ou execuções de trabalhos para entidades, ações em eventos políticos sem fins lucrativos, a identificação de parcerias em atividades diversas nas páginas pesquisadas, assim como a origem dos recursos financeiros investidos nas atividades dos autores, principalmente os ligados a entidades não governamentais. Salienta-se que os Elementos de Relação não são imutáveis. Unidas representam um fio condutor para a exploração online, podendo ocorrer alterações, inclusões e reformulações com o avanço da pesquisa e das necessidades que surgirem para o aprofundamento das análises. Entende-se que desenvolver a pesquisa online, seguir um link disponível na página ou realizar uma nova busca usando ferramentas de pesquisa na internet configuram atividades que conectam elementos indissociáveis (Ball e Mainardes, 2024).

Portanto, foram definidos e encontrados **Elementos de Relações** em torno de: 1. parcerias dos atores em atividades e eventos educacionais; 2. atividade profissional nos mesmos órgãos, grupos de trabalho, entidades e instituições durante o período de 2019 até 2021; 3. Menções explícitas entre os autores registradas em plataformas digitais. Cabe ressaltar que, diante do extenso volume

de dados analisados, incluindo esforços que levaram a links indisponíveis ou inacessíveis, e dos prazos para conclusão desta dissertação, muitos aspectos relacionados às dinâmicas investigadas não puderam ser explorados em profundidade. Essas limitações, contudo, abrem caminho para pesquisas futuras que possam aprofundar os processos envolvidos na elaboração dos documentos do CBEMTC.

Com base nas definições e elementos apresentados, bem como nos procedimentos metodológicos delineados nas pesquisas de Ball e Mainardes (2024), Avelar e Ball (2017), Ball (2022), Seemann (2022), Macedo (2021) e Novaes (2023), foi desenvolvida uma sequência metodológica de procedimentos para orientar a elaboração desta pesquisa. Importante ressaltar que esses passos foram seguidos organicamente; não seguiram uma ordem rígida e linear, pelo contrário, essa abordagem processual foi fluida e flexível, na qual os passos permitiam retornos e revisões das etapas conforme necessário. A sequência é elaborada a seguir:

1. **Leitura imersiva nos documentos do CBEMTC:** Inicialmente ocorreu a familiarização e aclimação com o texto do Caderno 02 e suas informações. Ao decorrer desse processo, foram identificadas as seções com os nomes dos redatores e outros contribuintes à elaboração do documento.
2. **Análise qualitativa dos atores do texto do Caderno 2:** Foi realizado o levantamento dos atores, organizações ou instituições mencionadas no texto da Formação Geral Básica manualmente pelos pesquisadores com base na leitura cuidadosa do documento. Importante mencionar que nesta etapa foram desprezados os agentes demarcados nos capítulos das áreas, especificamente os Professores colaboradores-elaboradores-formadores, visto a grande quantidade de dados envolvidos e limite temporal da pesquisa. Dessa forma, foram delimitados os atores centrais para a consolidação e escrita do texto analisado.
3. **Associação dos atores identificados com plataformas e dados online:** Após o levantamento e identificação dos atores envolvidos na produção do texto curricular, eles foram associados às buscas nas plataformas online Lattes, Orcid, Escavador e LinkedIn. Neste momento já foi iniciado o processo de traçar o perfil dos indivíduos, em conjunto com os grupos e instituições associados aos atores. Nesta etapa, como já mencionado, caso um ator não tivesse nenhuma

informação nessas páginas, a pesquisa seguiu para a consulta ampla do nome do indivíduo na plataforma de pesquisa Google, buscando informações sobre o ator em conjunto ao uso das plataformas Diário Oficial do Estado de Santa Catarina e o Portal da Transparência do Poder Executivo de Santa Catarina quando necessário.

4. Levantamento dos Cargos, Funções e Afiliações dos autores: Com base nas plataformas e outros dados online associados com os atores, foram levantados os cargos, funções e afiliações destes indivíduos entre 2019 e 2021. Isso permitiu a associação dos autores com instituições educacionais, órgãos governamentais e organizações da sociedade civil.

5. Busca em plataformas de notícias e divulgação relacionadas à produção do CBEMTC: Na etapa de Busca em plataformas de notícias e outros meios de divulgação online relacionadas ao CBEMTC e aos Redatores Oficiais investigados, direcionando atenção para os atores e relações vinculados ao contexto de influência e produção de texto do documento curricular.. Importante mencionar que, buscando complementar o fluxo da política e seus contexto anteriores, notícias e divulgações anteriores à 2019 também foram analisadas quando envolveram atores importantes para a construção do documento curricular do estado.

6. Análise qualitativa das marcações que identifiquem autores não oficializados no documento: esta etapa envolveu a investigação de notícias disponíveis online, Diários Oficiais do Estado de Santa Catarina, pareceres técnicos e produções acadêmicas que focaram no contexto influência e produção de texto do CBEMTC. Esses dados foram investigados com base na exploração contínua dos dados da pesquisa, agregando informações conforme forem sendo encontradas interligações com os atores.

7. Organização e Processamento de dados iniciais: durante as investigações em plataformas online e coleta dos dados dos documentos com o objetivo de obter informações sobre os perfis dos autores, os dados foram associados e organizados através de planilhas no software Excel.

8. Análise dos perfis dos atores: com base no processamento de dados inicial, a análise qualitativa buscou as marcações denominados de Elementos de Relação nos documentos online das plataformas associadas aos autores em

busca de dados para inferências de ligações entre os envolvidos na produção dos Cadernos do CBEMTC. Como definido anteriormente, essas marcações no texto são as parcerias dos atores em atividades e eventos educacionais e atividade profissional nos mesmo órgão, entidades e instituições identificadas. Salienta-se que essas marcações estiveram passíveis de refinamento na medida que ocorresse o processo de pesquisa que as envolvia. As ligações foram feitas com muita atenção e responsabilidade ética, demandando um longo investimento de tempo e estudo caso a caso dos atores da rede, conforme demarcam Avelar e Ball, (2017). Importante mencionar que uma das principais dificuldades encontradas no processo metodológico está inserida nesta etapa, a análise do perfil dos atores demandou a leitura de muitas informações, além da busca de informações de difícil acesso ou que, após busca exaustiva, não foram encontradas.

9. Organização e Processamento de dados finais: após o levantamento das informações para inferências de ligações pelas marcações presentes nos textos, todos os dados coletados foram associados com os autores e organizados via planilhas no software Excel tendo em vista o próximo passo, qual seja: a produção do Diagrama de Rede representativo da política curricular. Os dados foram incorporados em duas tabelas, que irão representar os nós (atores) e as arestas (inferências de ligações) na produção visual da rede dos autores. Nesse momento, outros passos anteriores foram revisitados dependendo das necessidades encontradas no processo de pesquisa.

10. Produção do Diagrama de Rede com uso do *software* Gephi: a representação gráfica das redes consiste em um conjunto de nós (ou vértices) conectados por linhas (ou arestas). Cada nó representa os atores políticos, organização pública, organização privada, ou programa/projeto, e os Elementos de Relação que os conectam. Cada linha representa uma ligação entre dois nós, ou seja, entre os atores envolvidos na produção do documento curricular em conjunto com os elementos que os relacionam. Para a produção do Diagrama de Rede, cada autor, organização de origem e elementos de relação (label) recebeu um número de identificação (id) que constituíram os nós (nodos). Na sequência, foram definidas as conexões ou arestas (edges) com o tipo de ligação (type), neste estudo sempre tipificadas como diretas, ou seja, sem a mensuração de seu

peso (weight). A distribuição dos dados no Gephi foi realizada com base em Yifan Hu¹¹, a qual distribui os nós com base na quantidade de relações estabelecidas com outros nós. Com base nesta configuração, os dados foram submetidos ao software Gephi¹² para a produção da reprodução visual da rede de relações envolvidas na produção do texto do Currículo Base do Território Catarinense do Ensino Médio.

A produção do Diagrama de Rede foi central para alcançar o objetivo geral desta pesquisa, qual seja: investigar as redes de relações que envolveram a produção do Currículo Base do Território Catarinense do Ensino Médio - CBEMTC. Entende-se que o Diagrama e Redes produzido representa um desenho gráfico da rede naquele momento, com base no contexto do pesquisador elaborador, visto o caráter metamórfico das redes, com atores em constante movimentação e novas configurações de rede se estabelecendo a todo momento. Porém, a representação gráfica não é o ponto central da pesquisa, como alerta Ball (2022), é o ponto de partida para análises mais profundas do como estão ocorrendo as relações nos espaços de construção das políticas curriculares atuais. Essas análises serão apresentadas no Capítulo 4 desta dissertação.

As redes dão suporte para o repensar das relações, distâncias e espaços envolvidos nas políticas públicas estudadas, além de permitirem abordar a complexa configuração das políticas como empiria. Assim, a rede representada pelo Diagrama no método da ER, emerge como uma ferramenta heurística essencial para investigar e compreender a governança em redes, levando em consideração as restrições

¹¹ O algoritmo de layout multinível desenvolvido por Yifan Hu destaca-se por sua eficiência computacional e capacidade de gerar visualizações de grande porte com excelente qualidade gráfica. Este método integra um modelo de força direcionada com uma abordagem de simplificação de grafos em múltiplos níveis, o que permite reduzir significativamente a complexidade das representações. Uma característica distintiva é sua utilização do método de Barnes-Hut para calcular forças repulsivas, tratando grupos distantes de nós como unidades únicas ("super nós"). Diferente de outros algoritmos disponíveis no Gephi, a distribuição de Yifan Hu possui a vantagem de finalizar automaticamente após a geração do layout. Sua operação ocorre em duas etapas principais: inicialmente agrupa os nós e posteriormente aplica às forças de atração e repulsão. Como é típico nos métodos de layout baseados em forças (que consideram pesos das arestas), as representações visuais resultantes refletem as relações de similaridade e diferença nos dados subjacentes. O algoritmo oferece flexibilidade na configuração dos parâmetros, permitindo destacar tanto a independência entre os vértices individuais quanto sua proximidade relativa. Esta abordagem multinível mostra-se particularmente eficaz e intuitiva para visualizar dados que envolvem relações de transição, estruturas hierárquicas ou diferentes níveis de organização, proporcionando uma compreensão quase imediata dessas relações complexas (Taveira, 2019).

¹² Gephi é um software de código aberto usado para analisar e visualizar redes complexas, permitindo importar dados de redes, aplicar algoritmos analíticos e visualizar redes de forma interativa com uso de fácil interface intuitiva.

temporais e financeiras da pesquisa e de seus pesquisadores. Apesar de suas limitações, os Diagramas de Redes desempenham um papel central na estruturação da coleta e análise dos dados, ao mesmo tempo em que materializa a rede estudada, destacando e organizando suas conexões. Além disso, eles se mostram mais úteis quando comparados a textos e tabelas de dados, proporcionando uma representação visual dinâmica e acessível das relações em rede. O material visual é um ponto crucial para organização e representação dos atores na rede, permitindo a expansão da análise de suas capacidades, aliados, relações de poder e de que forma estão presentes na rede de relações pesquisadas. (Ball e Mainardes, 2024).

Para realizar essa análise atravessada pela produção do Diagrama de Redes, este estudo seguirá se apoiando na Abordagem do Ciclo de Políticas e da Etnografia de Rede. Nesse sentido, o capítulo a seguir irá aprofundar aspectos teóricos necessários visando a qualificação da análise dos dados e desenvolvimento desta pesquisa. O próximo texto objetiva localizar o documento do CBEMTC diante das reformas educacionais brasileiras, contextualizando o documento estadual no conturbado campo de disputas vinculado à etapa do ensino médio brasileiro.

3 O CBEMTC NO CONTEXTO DAS REFORMAS EDUCATIVAS BRASILEIRAS

O Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense (CBEMTC) se insere em uma longa e histórica disputa pela hegemonia sobre o ensino médio no Brasil, uma etapa crucial para a formação social e identitária da sociedade catarinense, originário do desdobramento da Reforma do Ensino Médio vinculada à BNCCC. Contudo, o estabelecimento desses currículos e a construção das políticas vinculadas aos seus textos não ocorrem de forma linear ou desprovida de tensões e conflitos. Demarca-se a compreensão que diversos grupos sociais, cada qual com seus interesses específicos, influenciados por seus momentos históricos, participam ativamente desses processos, complexificando os contextos de influência e produção de textos. Dessa forma, o texto a seguir irá realizar uma breve retomada desse contexto histórico de reformas, necessária para visualizar com mais nitidez o contexto e plano de fundo que o documento curricular de Santa Catarina está alocado, seguindo para a delimitação do documento estadual no contexto das reformas educacionais brasileiras, aprofundando a compreensão de sua origem e elementos associados à sua elaboração.

Importante trazer à discussão a compreensão do ensino médio como uma etapa em que é estabelecido um campo de disputa pela hegemonia político-ideológica preponderante na sociedade, envolvendo o sentido, as finalidades e o formato desta etapa de ensino no Brasil. Essa disputa, que possui raízes históricas, muta-se de acordo com os contextos sociais e políticos ao longo do tempo, entretanto esteve atrelado às tendências econômicas dominantes e as exigências do mercado de trabalho, como discutem Iwasse, Araujo e Ribeiro (2021), ao analisarem as reformas educativas no país em diferentes momentos históricos. O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932, como demonstram os autores, foi um marco ao defender a educação pública como instrumento civilizatório, mas que foi rapidamente substituído por um modelo pragmático e tecnicista durante a Era Vargas, especialmente com as reformas de Capanema na década de 1940. Essas reformas estabeleceram um sistema educacional dualista, com ensino propedêutico para as elites e formação profissionalizante para as classes trabalhadoras,

moldando a escola como apêndice do processo de industrialização (Iwasse; Araujo; Ribeiro, 2021).

Segundo a análise das autoras, esse alinhamento entre educação e demandas produtivas se intensificou nas décadas seguintes. Iwasse, Araujo e Ribeiro (2021) destacam como o governo JK (1956-1961) priorizou o ensino técnico para atender às necessidades dos avanços de multinacionais, enquanto o regime militar (1964-1985) institucionalizou essa lógica através da Lei nº 5.692/1971, fundamentada na teoria do capital humano¹³. Os pesquisadores argumentam que esse processo transformou a educação em mero instrumento de formação de mão-de-obra, subordinando completamente a escola aos interesses do capital industrial em ascensão (Iwasse; Araujo; Ribeiro, 2021).

A partir de 1990 esse modelo assumiu novas configurações sob as políticas neoliberais, que aumentavam em influência na América Latina pela infiltração de políticas transnacionais de cunho neoliberal. A ofensiva de grupos hegemônicos para a consolidação de políticas baseadas em modelos globais de governança, forçaram a materialização de elementos para a expansão de sua influência, incentivando constantes reformas educativas para alinhamento de políticas (Iwasse; Araujo; Ribeiro, 2021).

Implementou-se em vários países, principalmente ocidentais, um “consenso político” sobre a política macroeconômica; os governos construíram agendas políticas neoliberais para os Estados-nação. Sob a influência predominante da hegemonia dos Estados Unidos, foi estabelecida a direção da política externa e os programas de desenvolvimento econômico para os países latino-americanos, com o objetivo de promover um modelo econômico capitalista, globalizado, periférico, associado e dependente dos poderes globais ocidentais nestes territórios. As reformas macroeconômicas e políticas adotadas nos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) têm apresentado muitos dos aspectos fundamentais do neoliberalismo nos Programas de Ajuste Estrutural

¹³ A teoria do capital humano, difundida a partir das décadas de 1960 e 1970, compreende a educação como um investimento econômico no indivíduo, no qual o conhecimento e as habilidades adquiridas aumentariam sua produtividade no trabalho, justificando assim políticas educacionais voltadas para a formação técnica e profissional. Essa perspectiva é criticada por reduzir a educação a uma lógica mercadológica, tornando-a um produto e não direito humano, subordinando-a às demandas do capital e negando seu papel na formação como bem humano (Iwasse; Araujo; Ribeiro, 2021; Nogueira; Lole; Carrara, 2024)

(PAEs) aplicados no Terceiro Mundo e no Leste Europeu com grande intensidade (Viana, 2008).

Em variados contextos, as políticas macroeconômicas não se restringem apenas à influência dos elementos puramente econômicos da sociedade; atravessam diversos espaços e articulam-se com outras áreas, como o meio ambiente, saúde e educação. As políticas educacionais internas receberam a pressão de políticas externas como argumentam Barbosa e Francisco (2024) Nogueira, Lole e Carrara (2024) e Laval (2004). A educação recebe pressões por meio de incentivos financeiros internacionais. Esses movimentos muitas vezes estão acompanhados de exigências para o alinhamento e promoção de medidas internas direcionadas aos princípios do neoliberalismo, resultando em uma mercantilização que não apenas submete a educação aos princípios do mercado, mas também a instrumentaliza como meio de perpetuar os interesses neoliberais (Laval, 2004).

No Brasil, esse movimento ganhou força na reforma do Estado de 1995 conduzida pelo ministro Bresser-Pereira, no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC). Essa reforma modificou a máquina pública com princípios do mercado, como eficiência, qualidade total, competitividade, polivalência, produtivismo, individualismo e flexibilização, aspectos aprofundados nas instituições públicas com o passar dos anos. Durante esse período, o Banco Mundial teve papel significativo ao influenciar as políticas do governo brasileiro, promovendo reformas fundamentadas na teoria do capital humano, apegado às perspectivas dos anos 70. Essa influência levou à redução de recursos destinados à educação pública, favorecendo a transferência de recursos públicos para o setor privado. Como resultado, a educação foi convertida em mercadoria, adequando-se às exigências do mercado global e consolidando o controle da classe dominante sobre o sistema educacional (Barbosa e Figueirêdo, 2023; Barbosa e Francisco, 2024). No espaço educacional, instâncias neoliberais globais encontram meios e oportunidades de alinhamento dos Estado-nação quanto às suas pautas.

Esses processos políticos no Brasil, apesar de medidas e ação contra corrente, como defendem Barbosa e Figueirêdo (2023), permitiram o nascimento e consolidação de um arcabouço legal que possibilitasse “novas” reformas e prescrições para a educação brasileira no que diz respeito à alteração curricular ao longo dos anos. Desdobrando desse processo, o Plano Nacional de Educação

(2014-2024) é homologado, alinhando os últimos elementos necessários para formação de um currículo nacional comum para o território brasileiro.

Com os respaldos legais construídos no Brasil, a Base Nacional Comum Curricular é desenvolvida rapidamente e é homologada em 2017, firmando a Reforma do Novo Ensino Médio instituída pela lei federal 13 415 de 2017. A Base permitiu reformas de interesses dos capitalistas e organismos internacionais, objetivando atingir todos os territórios do país às exigências do capital pela adaptação dos cidadãos aos novos modelos de acumulação flexível, com intensas pressões no ensino médio, etapa essencial para a formação dos sujeitos (Barbosa e Figueirêdo, 2023; Silva, 2018; Barbosa e Francisco, 2024).

Neste contexto, a agenda educacional no Brasil se firmou historicamente, em reação a esses processos, como um campo de intensas disputas entre dois grupos principais com visões divergentes: os educadores profissionais e os reformadores empresariais da educação. Como argumenta Souza Neto (2019), o conflito é atravessado pela percepção, no âmbito da racionalidade neoliberal, de que a educação é um território estratégico demais para ser deixado exclusivamente nas mãos dos educadores.

Atualmente os conflitos em torno do campo curricular seguem centrais, especialmente em relação ao ensino médio, etapa em que diferentes concepções sobre o propósito da educação colidem. Por um lado, há aqueles que defendem um projeto educacional que priorize a relação entre ensino e aprendizagem e promova a formação humana integral; por outro, há uma forte pressão para alinhar o ensino médio a uma agenda global, influenciada por modelos transnacionais de políticas educacionais predominantemente moldados por interesses econômicos e mercadológicos. Esta agenda propõe, como já mencionado, uma educação instrumental voltada para a formação de trabalhadores e técnicos que atendam às demandas do mercado global, muitas vezes em detrimento de uma formação mais ampla e crítica (Souza Neto, 2019; Barbosa e Francisco, 2024).

A série de reformas e intervenções na etapa do ensino médio refletem a crescente influência e pressão de atores associados aos interesses mercadológicos. Utilizando um repetitivo discurso de crises na educação e dados baseado nas

avaliações em larga escala como IDEB e PISA¹⁴, diversos atores vinculados a interesses neoliberais articulam argumentos para legitimar poder dentro dos contextos de influência e produção de texto e referendar a necessidade das reformas no ensino médio às nuances do mercado. Cabe então aos mecanismos do Estado dar celeridade à implementação de políticas reformistas (Silva, 2022).

Um discurso antigo, porém renovado, ressurge, defendendo a necessidade de adaptar a escola às supostas exigências do mercado de trabalho, para o preparo para cargos que “ainda não existem”, vinculadas de maneira simplista e direta às inovações tecnológicas e organizacionais. As políticas educacionais, especialmente as curriculares, têm sido moldadas por essa lógica, priorizando a formação de um trabalhador mais sofisticado em comparação com outros momentos históricos do país, em consonância com as transformações advindas do neoliberalismo nas esferas econômica e político-cultural (Ferreti e Silva, 2017; Silva, 2018). Dessa intensa pressão quanto a adequação ao grande negócio global (Ball, 2022), viabilizada por plataformas midiáticas, políticas, econômicas e sociais, surge, a exemplo do Brasil, a Reforma do Ensino Médio ou Novo Ensino Médio, com pauta intensa na consolidação de uma base curricular e normativa, a BNCC, para todo o ensino médio nacional (Souza Neto, 2019).

A normatização e centralização de uma base curricular com impacto nacional, em discussão a BNCC, reflete os movimentos nacionais e transnacionais direcionados ao currículo. A rede de influência envolvida na homologação da base apresenta organismos e grupos internacionais e nacionais articulados com interesse comum que se posicionaram de diferentes formas para a consolidação de reformas na educação brasileira, como demonstra Araújo (2022). Dentre os principais agentes que exerceram pressão pela consolidação da BNCC, estão o Banco Mundial e a OCDE, entidades internacionais que financiaram os avanços da nova política curricular nacional, como exemplo, aliados a grupos como *Movimento Pela Base* e *Todos Pela Educação*. Essas organizações apoiaram agendas e grupos reformistas voltados mais para objetivos de natureza econômica e política para a educação

¹⁴ O IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) e o PISA (Programa Internacional de Avaliação de Alunos) são dois indicadores distintos que avaliam a qualidade da educação, mas com enfoques diferentes. O Ideb é um indicador nacional que mede o desempenho escolar, enquanto o Pisa é um programa internacional que compara o desempenho de alunos de diferentes países (Villani e Oliveira, 2018).

antes de qualquer aspecto epistemológico pedagógico ou próximo à educacional para o Brasil (Thiesen e Durli, 2021; Araujo, 2022). A consolidação do discurso neoliberal de educação para a formação de capital humano é de interesse do Banco Mundial e da OCDE, realizando pressões diversas, principalmente de natureza econômica, que permitiram a infiltração de seus interesses nas reformas vinculadas à BNCC, principalmente no trecho referente à etapa do Ensino Médio (Soares, 2020).

É importante definir que, neste estudo, o currículo é compreendido como uma produção humana, passível de questionamentos e reflexões, já que sempre decorre de um processo seletivo de um amplo universo de saberes e conhecimentos, a qual elege-se aquela parcela que irá compor, especificamente, o currículo (Silva, 2010). O currículo ao ser entendido como uma construção social, não se limita a um conjunto estático de conteúdos escolares, mas se materializa como uma prática dinâmica. Ele se articula em diversos subsistemas voltados às práticas pedagógicas nas instituições de ensino, espaço onde se concretiza o ato educativo (Sacristán, 2017).

Trata-se de um fenômeno prático, cujo significado emerge em meio a ações que dialogam com dimensões políticas, científicas, filosóficas e culturais. Como destaca Gimeno Sacristán (2017), é essencial adotar uma visão sistêmica para analisá-lo, abrangendo desde as políticas curriculares e os materiais por elas gerados até o planejamento escolar, os recursos didáticos e outras produções educativas. Assim, o currículo se organiza dentro de um sistema complexo, no qual interage com múltiplos fatores e contextos, desde sua elaboração até sua aplicação nos espaços educativos.

As articulações de organizações internacionais e nacionais fazem parte de um conjunto amplo que busca influenciar políticas educacionais, como as políticas curriculares. Com base nas reflexões de Ball e Mainardes (2011), a política pode ser vista como uma maneira social de interpretar e agir sobre o mundo. Trata-se de um processo que ocorre ao longo do tempo, envolvendo discursos e relações que refletem a realidade dos grupos sociais, suas percepções, falas e formas de ação. Esse processo é marcado por disputas e relações de poder, estando sempre envolto em comunicações e interações humanas, o que o caracteriza como político (Mainardes, 2015).

As políticas servem para representar ou mediar diferentes valores sociais, que são instáveis e carregam consigo significados, práticas e formas de autoridade. Esses valores se manifestam em declarações, modos de expressão e símbolos que refletem as condições e estruturas sociais dos grupos envolvidos. Quando incorporados às políticas, esses valores são projetados para a realidade vivida pelos sujeitos (Mainardes, 2015).

Normalmente, as políticas públicas estão ligadas ao Estado, um dos principais agentes políticos, e podem ser expressas em declarações ou diretrizes oficiais que indicam decisões sobre determinada questão. Além disso, podem ter um caráter mais simbólico, demonstrando a existência de uma política sobre um determinado tema e consolidando consensos sobre como agir e proceder, reforçando demandas e expectativas sociais. No entanto, a formulação das políticas não segue um caminho linear, pois envolve tensões constantes, resultantes da interação entre métodos administrativos, condicionantes históricos, grupos sociais e conflitos políticos (Oliveira e Destro, 2005).

A política também pode estar relacionada a diferentes organizações e princípios, sendo um processo dinâmico e em constante transformação. No contexto curricular, as políticas se voltam para o currículo escolar, e, conforme apontado por Ball e Mainardes (2011), sua construção não é simplesmente definida pelo controle estatal. Em vez disso, ela ocorre em múltiplos níveis, onde interagem influências nacionais, avaliações internacionais e tendências globais, sendo reinterpretada e ressignificada por atores locais. Dessa forma, a política curricular não é algo fixo e imposto, mas um processo que passa por diversas reformulações até sua implementação, sendo continuamente contextualizada e modificada nos diferentes espaços em que é aplicada.

Diante dessas reflexões, a política curricular pode ser compreendida como um processo que envolve diferentes atores, com suas próprias visões culturais e sociais, em distintos momentos históricos. Esse processo gera tensões na produção, circulação, consolidação e interpretação do que se entende por currículo escolar (Oliveira e Destro, 2005).

O CBEMTC, como frisado anteriormente, teve o seu desenvolvimento estimulado no estado catarinense pela homologação da Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Médio, em 2018. No movimento da formulação da BNCC,

foi normatizada a criação de currículos específicos para as redes de ensino municipais, estaduais e do Distrito Federal por meio de um "pacto federativo". Esses documentos curriculares locais deveriam ser elaborados seguindo as diretrizes da BNCC e as especificidades da rede de ensino. Esse movimento de "referenciamento" permite o alinhamento curricular, ou seja, a centralização e normatização das redes de ensino nacionais.

Desse processo, como consequência, deu-se a elaboração do CBEMTC no ano de 2019 e aprovação final no Conselho Estadual em 2021 como já frisado. Vinculado à Reforma do Novo Ensino Médio atrelado à BNCC, o documento do CBEMTC definiu as competências e objetivos de aprendizagem para o ensino médio da rede pública de ensino do Estado de Santa Catarina, fazendo parte do movimento de alinhamento da política nacional aos níveis locais nas recentes ondas reformistas educacionais brasileiras (Santa Catarina, 2019a; 2020b).

Construir o plano de fundo reformista alinhado à produção do texto do CBEMTC é essencial para agregar na compreensão dos atores e das relações envolvidas na construção do documento estadual para o ensino médio. A pressão neoliberal expande sua influência de forma transnacional, porém seus efeitos, processos, redes e influências são pouco explorados, principalmente a níveis locais (Ball, 2022).

Entende-se que, apesar do reconhecimento das pressões neoliberais transnacionais, diversos outros atores, principalmente a nível local, apresentam grande articulação e se entrelaçam nos contextos de influência e produção de texto das políticas. Eles se apropriam das exigências oriundas de contexto de influências acima de suas posições e apropriam as novas diretrizes para os seus contextos locais. Com diferentes origens, perspectivas, intenções e relações, os atores podem influenciar o processo de elaboração de uma política de diversas formas, inclusive com contradições e incoerências. Entretanto, poucos estudos buscam compreender as políticas curriculares locais e as redes políticas envoltas em sua produção, investigação extremamente necessária para a compreensão e análise de políticas curriculares locais. Possivelmente a Etnografia de Rede do CBEMTC pode ser de grande ajuda no aprofundamento dos conhecimentos envoltos ao questionamento e será apresentado no próximo capítulo.

4 ETNOGRAFIA DE REDES DO CURRÍCULO BASE DO ENSINO MÉDIO DO TERRITÓRIO CATARINENSE

A construção do Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense (CBEMTC) mobilizou uma rede de atores políticos que, em diferentes esferas de atuação, foram fundamentais para a concepção dos documentos. Essa rede de relações integrou desde técnicos e redatores responsáveis pela elaboração do currículo até gestores, consultores e representantes institucionais que garantiram a articulação política, o apoio técnico-pedagógico, a legitimidade institucional do processo e as alterações na modalidade do ensino médio do estado catarinense.

É importante mencionar que a rede teve suporte financeiro, essencial para sua construção e permanência, via o Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular, o ProBNCC. Em março de 2018, como expõe o Observatório da Implementação da BNCC e do Novo Ensino Médio em seu site (Movimento Pela Base, 2020), o Ministério da Educação lançou o ProBNCC com o objetivo de apoiar as redes a realizarem o regime de colaboração entre estado e municípios instituído pela Portaria do MEC nº 331, de 5 de abril de 2018.

O ProBNCC foi um programa importante para o início da implementação da BNCC e a regionalização do currículo nacional em todo o país. Como reforça o Observatório da Implementação da BNCC e do Novo Ensino Médio (Movimento Pela Base, 2020), os resultados atuais de redes educacionais com referenciais e professores alinhados à proposta foram conquistas diretas do trabalho das equipes estaduais sob coordenação do ProBNCC. A Portaria teve como objetivo apoiar as Secretarias Estaduais e Distrital de Educação (Seduc) e as Secretarias Municipais de Educação (SME) no processo de revisão ou elaboração e implementação de seus currículos alinhados à BNCC, em colaboração entre estados, Distrito Federal e municípios.

Cabe mencionar que no mesmo ano foi lançada a Portaria nº 649, de 10 de julho de 2018, do Ministério da Educação (MEC), que instituiu o Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio (ProNEM). Esse Programa se articulou com o ProBNCC e objetivou estabelecer diretrizes, parâmetros e critérios para participação no programa, oferecendo auxílio técnico, financeiro e formativo para a construção dos currículos regionalizados para o Novo Ensino Médio e embasados pela BNCC.

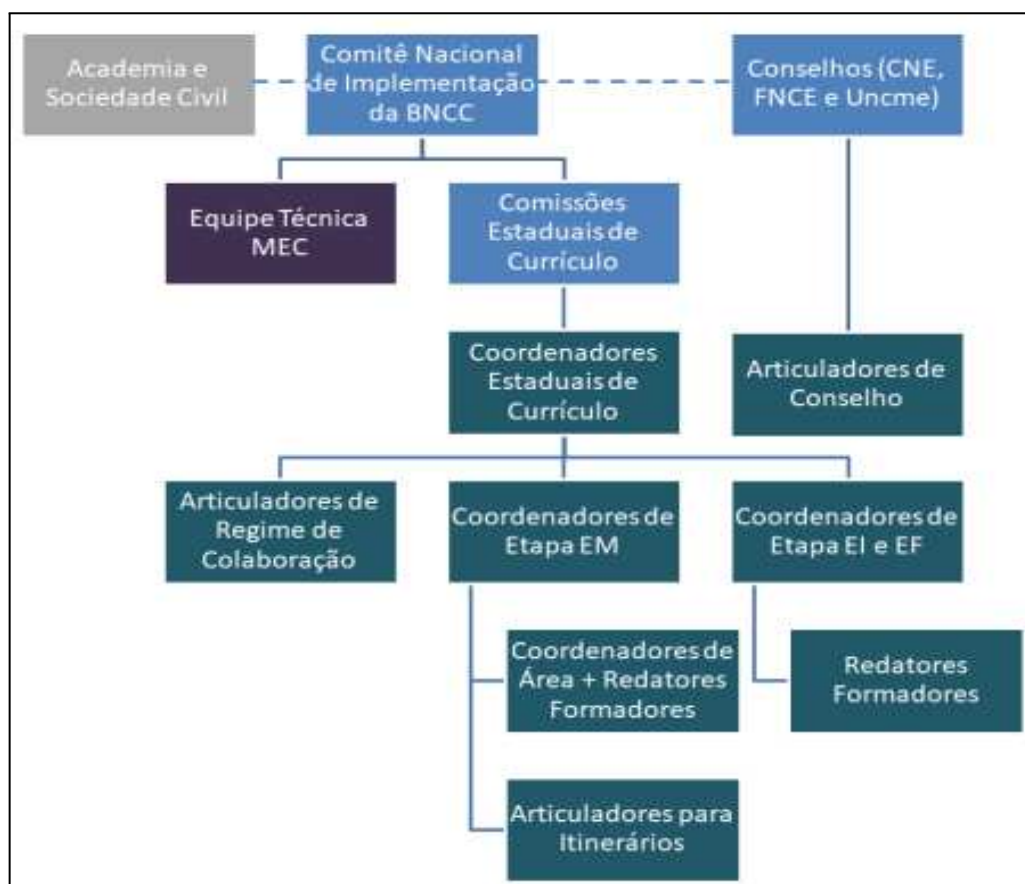
Nesta Portaria foi instituída a necessidade de presença de membros dos Conselhos Estaduais de Educação (CEE) das secretarias estaduais no processo de regionalização dos documentos curriculares do Novo Ensino Médio.

Posteriormente, a Portaria nº 331, de 5 de abril de 2018, que institui o Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular (ProBNCC) foi alterada pela Portaria MEC nº 756, de 3 de abril de 2019. Essa nova Portaria buscou inserir aspectos específicos da implementação da BNCC para o Ensino Médio no ProBNCC, adicionando elementos definidos na Portaria MEC nº 649 de 2018.

O ProBNCC teve origem em um grupo composto pelas as entidades: Ministério da Educação (MEC), Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), que formam o Comitê Nacional de Implementação da BNCC¹⁵, com o apoio da Sociedade Civil (por meio de Organizações), e das representações institucionais dos Conselhos Nacionais, Estaduais e Municipais (Conselho Nacional de Educação - CNE, Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação – FNCE e União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação - UNCME). O Comitê Nacional de Implementação da BNCC teve como principal função coordenar e articular as ações para a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) nos contextos locais de todo o território nacional, garantindo a padronização do processo. O Comitê deu suporte, norteou e coordenou a equipe técnica do MEC e as Comissões Estaduais de Currículo, articulando uma rede de suporte para os níveis locais (estaduais e municipais) implementarem a BNCC, rede representada na Figura 1:

¹⁵ O Comitê Nacional de Implementação da BNCC foi instituído via Portaria MEC nº 268, de 22 de março de 2018, alterada pela Portaria MEC nº 757, de 3 de abril de 2019.

Figura 1 - Hierarquia de Grupos e Funções no ProBNCC.



Fonte: Disponível no Documento Orientador ProBNCC (Brasil, 2019). Título elaborado pelo autor (2025).

O Diagrama da Hierarquia de Grupos e Funções no ProBNCC demonstra uma estrutura estabelecida pelo Programa que refletiu na estrutura da rede política envolvida na construção do CBEMTC, elemento que será aprofundado posteriormente neste capítulo.

Na parte inicial do ProBNCC, cada secretaria estadual trabalhou em conjunto com a seccional da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) para elaborar um documento referencial que poderia ser usado como referência pela rede estadual e pelas redes municipais no estado. O ProBNCC definiu a oferta de bolsas¹⁶ correspondentes a até R\$ 1.100,00 mensais pelo período de dezoito meses aos chamados perfis (nesta pesquisa entendidos como cargos),

¹⁶ Somente poderiam se candidatar às bolsas os professores que cumprirem com os requisitos estabelecidos no § 1º, do artigo 1º, da Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006.

delimitados para as redes estaduais pelo Programa (Brasil, 2019). Os perfis definidos foram:

1. Coordenador Estadual;
2. Coordenador de Etapa – Educação Infantil;
3. Coordenador de Etapa – Ensino Fundamental;
4. Coordenador de Etapa – Ensino Médio;
5. Redator Formador de Currículo – Educação Infantil;
6. Redator Formador de Currículo – Ensino Fundamental – Componentes Curriculares;
7. Redator Formador de Currículo – Ensino Médio – Área/Componente;
8. Articulador de Regime de Colaboração; IX – Articulador dos Conselhos de Educação;
9. Coordenador de Área – Ensino Médio;
10. Articulador de Itinerários Formativos – Ensino Médio;
11. Articulador entre Etapas, Ensino Médio.

A cada perfil voltado para a implementação dos novos currículos para o Ensino Médio, foram concedidas no máximo 8 bolsas por estado para os calendários de 2019 e 2020, como delimitou o Documento Orientador do Programa de Apoio à Implementação da BNCC – ProBNCC (Brasil, 2019). Muitos desses cargos poderiam ser preenchidos por indicação pelas entidades vigentes delimitadas no Programa, como Secretarias de Educação Estaduais, UNCME, Consed e UNDIME.

A participação no Programa deu-se mediante assinatura do Termo de Adesão pelo respectivo Secretário Estadual ou Distrital de Educação e pelo Presidente da Seccional da UNDIME de cada Estado. No estado de Santa Catarina não ocorreu grande resistência a esse processo, visto que, como discutem Martini, Silva e Dias (2024), a adesão oficial às mudanças no Ensino Médio no Estado Brasileiro ocorreram desde a apresentação do Novo Ensino Médio (NEM) nacionalmente, em 22 de setembro de 2016, pelo então Ministro da Educação Mendonça Filho e pelo Presidente Michel Temer, teve com um dos participantes Eduardo Deschamps, que ocupava nesse período os cargos de Presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE) e de Secretário de Estado da Educação de Santa Catarina.

Após a adesão, a Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina (SED/SC) trabalhou fortemente na elaboração do Currículo Base do Território

Catarinense (CBTC), entregando aos educadores e à sociedade um novo texto curricular, forjado por diferentes atores da política educacional, entre docentes, gestores da SED/SC e consultores de instituições públicas e não públicas com concepções nem sempre convergentes (Silva; Martini; Dias, 2024; Santa Catarina, 2025)

Apesar do recorte temporal desta pesquisa ser definido entre 2019 e 2021, período de elaboração do CBEMTC, é importante trazer elementos e atores anteriores a esse período devido a sua importância para a construção dos textos curriculares estaduais. Uma figura de centralidade anterior ao período de produção do CBEMTC é, justamente, Eduardo Deschamps. Ele permaneceu até 2018 na pasta da Secretaria de Estado da Educação, assumindo no mesmo ano cargo no Comitê Nacional de Implementação da BNCC como representante da região sul¹⁷, tornando-se um dos atores centrais vinculados ao movimento ProBNCC. No mesmo ano, foi substituído na SED por Simone Schramm, presente no cargo até o final de 2018. Em 2019, a então Secretária de Educação, foi substituída por Natalino Uggioni, o qual permaneceu no cargo até 2021 (Martini; Silva; Dias, 2024).

O Secretário à época (2019) aderiu à ProBNCC rapidamente, instituindo a Portaria nº 731 de 03 de maio de 2019 e criando a Comissão Estadual de Mobilização para Implementação da Base Nacional Comum Curricular no Estado de Santa Catarina - BNCC/SC, delegando seus membros. O movimento do secretário de educação catarinense acompanhou a já mencionada Portaria MEC nº 756, de 3 de abril de 2019 e consolidou nos trabalhos de construção do CBEMTC, o alinhamento e integração da UNCME/SC, UNDIME/SC, a FECAM, Consed, o CEE/SC e a SED/SC.

Conforme o Parecer CEE/SC nº 040 de 09 de Abril de 2021 uma equipe inicial de vinte e cinco profissionais da Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina, apoiados por uma consultoria geral de currículo realizou o estudo dos principais documentos de referência, a Proposta Curricular de SC, o Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense, a Base Nacional Comum Curricular e as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (2018), possibilitando, assim, a construção da primeira versão do documento, denominado "Marco Zero", com disponibilização para a consulta pública. Após esse

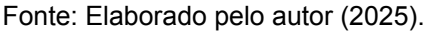
¹⁷ Para aprofundamento recomenda-se UNDIME/SC (2018).

primeiro documento, foi lançado o Processo Seletivo Simplificado Seminários BNCC do Ensino Médio no estado, via Edital SED nº 284 de 07 de janeiro de 2020. No final deste mesmo ano, o Secretário de Educação modificou parte dos membros da comissão anterior, formando a Comissão Estadual de Mobilização para Implementação do Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense pela Portaria nº 2.240 de 14 de dezembro de 2020.

O Edital SED teve como foco estabelecer os procedimentos, abrir inscrições sobre o Processo Seletivo Simplificado e fixar as normas para a Seleção de profissionais da educação para participação do Ciclo de Seminários para elaboração do Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense (CBEMTC). Após esse movimento foi estabelecido um Ciclo de três Seminários que ocorreram de forma online devido a pandemia de COVID-19, a partir do mês de junho de 2020, com a participação de representações de gestores e professores efetivos, intitulados professores elaboradores/colaboradores/formadores, que constituíram um Grupo de Trabalho (Santa Catarina, 2021a).

Com a aplicação dos métodos propostos pelo Etnografia de Redes, foram identificados 113 atores chaves¹⁸ ligados à elaboração do currículo estadual, constituindo o que denomina-se nesta pesquisa Rede Política do contexto de influência e produção de texto do Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense, conforme Grafo representando na Figura 2:

¹⁸ Todos os atores listados no Apêndice A.



O Grafo da Figura 2 revela a dinâmica das relações entre os atores envolvidos na elaboração do CBEMTC, onde cada nó orbita o Caderno 02 e representa um elemento da rede; atores políticos, entidades e instituições, programas, cargos e funções, com as arestas simbolizando as relações entre os nós. A representação visual destaca a **centralidade** dos nós: quanto mais conexões um ator possui, maior e mais destacado ele aparece no Grafo, refletindo seu papel estratégico e articulações na rede. Aplicando o algoritmo Yifan Hu já mencionado, a distribuição espacial dos nós não apenas evidencia a densidade das relações (proximidade entre atores frequentemente conectados), mas também a independência relativa de grupos menos articulados. Essa abordagem permitiu identificar núcleos de influência, além de revelar assimetrias na rede, como a menor integração de representantes de modalidades específicas, elementos que serão abordados posteriormente neste capítulo.

A análise quantitativa dos dados referentes aos atores envolvidos na implementação da Base Nacional Comum Curricular em Santa Catarina revela um cenário marcado por significativa participação institucional. Como observado no Grafo da Figura 2, a Secretaria de Estado da Educação (SED/SC) destacou-se como a instituição com maior representatividade, concentrando 56% dos participantes, o que equivale a 64 atores relacionados dentre os 113 identificados. Esse predomínio evidencia o papel exercido pela secretaria na condução do processo de implementação curricular.¹⁹ Além da SED, outros órgãos do Governo do Estado estiveram representados por sete atores (6%), desempenhando funções diversas que iam desde cargos comissionados até assessoramento técnico.

As entidades municipais também tiveram participação relevante no processo. A União dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME/SC) contou com sete representantes (6%), enquanto a Federação Catarinense de Municípios (FECAM) esteve presente através de cinco membros (4%). Os órgãos normativos e fiscalizadores, como o Conselho Estadual de Educação (CEE/SC) e a União

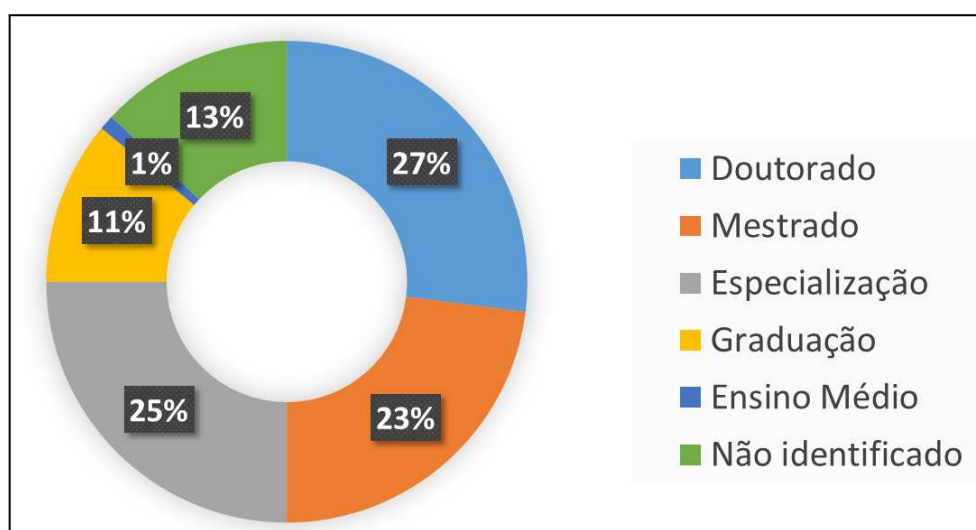
¹⁹ Importante acrescentar, conforme apontado pela banca examinadora desta dissertação, que a atuação da Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina (SED/SC) no processo teve um caráter mais operacional do que decisório. Os membros da banca destacaram que as atividades da SED/SC estiveram vinculadas principalmente a oferta de estruturas necessárias para viabilizar as diretrizes curriculares definidas pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), que, por sua vez, exerceu influência determinante sobre as deliberações das Comissões Estaduais do Território Catarinense.

Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME), participaram com cinco (4%) e dois (2%) representantes respectivamente, atuando principalmente nas instâncias estratégicas e de articulação. Além dessas instituições, o Conselho Nacional dos Secretários de Educação (Consed) apresentou dois (2%) atores políticos ligados à instituição na rede identificada, como pode-se observar no Grafo da Figura 2. Um caso particular foi o de Sônia Regina Victorino Fachini, que além de representar a UNDIME/SC, atuou como Embaixadora da BNCC pela Região Sul, organização que será aprofundada à frente.

O meio acadêmico esteve presente no processo, com vinte atores (18%) vinculados a instituições de ensino superior, entre as mais representativas, observa-se a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Universidade Regional de Blumenau (FURB) e Universidade do Vale do Itajaí (Univali).

Quanto à formação acadêmica dos participantes, os dados revelam um quadro de elevada qualificação profissional, como observa-se na Figura 3.

Figura 3 - Formação Acadêmica dos Atores Políticos.



Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

. Do total de atores, 31 (27%) possuíam título de doutorado, 26 (23%) até mestrado e 28 (25%) contavam com apenas a especialização. A graduação foi o nível máximo de formação para 12 participantes (11%), enquanto apenas um ator (1%) possuía formação até o nível de ensino médio. Em 15 casos (13%), não foi possível identificar o nível de formação acadêmica. Essa distribuição demonstra que o processo contou predominantemente com profissionais altamente qualificados,

sendo que cerca de 95% dos atores possuíam pelo menos graduação completa, e cerca de 83% tinham formação em nível de pós-graduação.

A diversidade de formações acadêmicas entre os participantes foi notável, abrangendo desde áreas tradicionais da educação até campos interdisciplinares como gestão do conhecimento, engenharia de produção e linguística aplicada. Profissionais com formação em direito, administração e outras áreas não diretamente ligadas à pedagogia também estiveram presentes, principalmente em funções relacionadas à gestão e articulação institucional.

A análise desses dados em conjunto com o Grafo da Figura 2 permite compreender que a implementação da BNCC em Santa Catarina caracterizou-se por um modelo de governança que combinou forte liderança da secretaria estadual de educação com participação estratégica de entidades municipais e conselhos de educação. O processo ainda acompanhou a presença de atores com atuação em redes nacionais, como o Programa Embaixadores da BNCC, além dos incentivos provenientes da ProBNCC, demonstrando a conexão entre diferentes contextos.

É necessário seguir com atenção os movimentos de todos os níveis das redes, como realça Macedo (2024), inclusive os pequenos deslocamentos que surgem dentro dos fluxos das redes de políticas curriculares, visto que por meio deles podem ser produzidos aspectos interessantes e potencialmente ligados a hegemonias. Dessa forma, o texto a seguir busca identificar a rede política envolvida na construção do CBEMTC, destacando o papel de atores políticos centrais, as dinâmicas institucionais e as influências que moldaram o contexto de influência ligada à produção dos documentos iniciais do CBEMTC em Santa Catarina.

4.1 A REDE POLÍTICA NA CONSTRUÇÃO DO CBEMTC: ESTRUTURA, CONTINUIDADES E RUPTURAS NO CONTEXTO DE INFLUÊNCIA NA CONSTRUÇÃO DOS DOCUMENTOS CURRICULARES CATARINENSES.

A elaboração do CBEMTC, como mencionado anteriormente, apresentou seus atores ligados às Comissões Estaduais de Mobilização do CBEMTC. As comissões estaduais foram previstas no ProBNCC e estavam ligadas em Santa Catarina, principalmente ao Ex-Secretário de Educação Natalino Uggioni. Natalino foi uma figura importante no processo de construção dos documentos do CBEMTC, principalmente dos primeiros Quatro Cadernos já mencionados, sendo interessante

explorar o perfil do ator. Segundo seu currículo Lattes²⁰ Natalino Uggioni possui formação acadêmica que combina educação básica e gestão tecnológica. Sua trajetória profissional, conforme registrado na plataforma, revela três eixos principais de atuação: educação, gestão pública e inovação tecnológica.

Na área educacional, como já mencionado, é destacado em seu Lattes duas experiências significativas: como Secretário de Estado da Educação de SC (2019-2021) e atual conselheiro titular do CEE/SC (2020-presente). Antes disso, acumulou 20 anos de experiência no SENAI/SC (1985-2005), onde atuou como docente em cursos técnicos de automação industrial e coordenou programas de inovação tecnológica.

Entre 2005-2018, conforme registrado no Lattes, atuou como Superintendente do Instituto Euvaldo Lodi de Santa Catarina (IEL/SC), onde liderou iniciativas de articulação entre setor produtivo e formação profissional. Seu currículo destaca ainda diversas formações complementares em instituições internacionais como Stanford University, HEC Paris e INSEAD, com foco em gestão estratégica e inovação tecnológica e industrial.

A análise do perfil acadêmico-profissional revela um profissional com formação em uma área de educação básica, com especialização em gestão tecnológica, seguindo uma trajetória profissional vinculada à educação profissional e gestão pública, com articulação entre educação e setor produtivo. Embora seu Lattes não apresente produção acadêmica recente na área educacional, registra sua atuação decisiva na implementação da BNCC em SC durante sua gestão na SED.

O então Secretário de Educação, durante sua gestão frente a SED/SC, implementou várias portarias relacionadas ao processo, entretanto as Portaria nº 731 de 03 de maio de 2019 e Portaria nº 2240 de 14 de dezembro de 2020 se destacaram como as mais relevantes, induzindo o envolvimento de grande fluxo de atores políticos.

Inicialmente foram instauradas duas portarias com pequena diferença de tempo, Portaria nº 264, publicada em 01 março de 2019 e Portaria nº 347 publicada em 27 de março 03 de 2019. A Primeira definiu a primeira Comissão Estadual de Mobilização para Implementação da Base Nacional Comum Curricular no Estado de Santa Catarina - BNCC/SC. A Portaria nº 264 definiu uma estrutura para a rede,

²⁰ Natalino Uggioni (ID: 6655084071549497).

seguindo o ProBNCC, que sofreu alterações em cargos, atores e funções na instauração de novas Portarias relacionadas ao processo de elaboração do CBEMTC.

No Art.5º da Portaria nº 264 foi definido que os membros da Comissão *Estratégica* de Mobilização para Implementação da Base Nacional Comum Curricular - BNCC/SC seria integrada pelos seguintes membros:

- 1.Secretário de Estado de Educação SED/SC;
- 2.Presidente da União dos Dirigentes Municipais de Educação de Santa Catarina - UNDIME/SC;
- 3.Presidente do Conselho Estadual de Educação - CEE/SC;
- 4.Presidente da União dos Conselhos Municipais de Educação - UNCME/SC.

Apesar de mencionados os cargos, os indivíduos que os ocupavam não foram mencionados. A Portaria nº 264 define ainda que as entidades mencionadas e seus respectivos representantes participariam da Comissão na condição de interessados e teriam a função de decidir o encaminhamento do documento final da Base Nacional Comum Curricular - BNCC/SC, bem como validar e encaminhar o mesmo às instâncias necessárias para sua regulamentação.

A Portaria nº 264 também instituiu a Comissão *Executiva* de Mobilização para Implementação da Base Nacional Comum Curricular - BNCC/SC. Essa equipe foi composta por atores escolhidos por suas respectivas instituições, com a possibilidade de inclusão de pessoas que não fossem servidores públicos do Governo de Santa Catarina, os convidados. A Comissão Executiva foi composta pelos seguintes membros:

- 1.Quatro representantes da Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina:
- 2.Quatro representantes da UNDIME/SC:
- 3.Um representante da UNCME/SC:
- 4.Um representante do CEE/SC:

A Comissão Executiva focou em prestar assessoramento técnico, mobilizando, operacionalizando e encaminhando as ações necessárias para consolidar o Plano de Trabalho aprovado pela Comissão Estratégica de Mobilização para Implementação da BNCC/SC.

Esta Portaria seguiu a estrutura proposta na Portaria nº 529 de 22 de Fevereiro de 2018, instituída pelo então Secretário da Educação de Santa Catarina Eduardo Deschamps. Curiosamente, a Portaria de 2018 teve cargos (perfis) definidos em seu texto alinhados à posterior Portaria do MEC nº 331, de 5 de abril de 2018²¹, apresentando arquitetura muito semelhante à da portaria institucionalizada pelo Secretário de Educação à época. Os dados permitem sugerir que a Portaria nº 529/2018 de Santa Catarina antecipou e pode ter influenciado a arquitetura da Portaria nº 331/2018 do MEC, revelando um alinhamento estratégico entre as políticas curriculares estaduais e federais ainda antes da formalização nacional. Como anteriormente mencionado, o Secretário de Educação à época ocupou, em 2018, uma cadeira no Conselho Nacional de Educação.

A Portaria nº 529 de 2018 já definia a presença de ambas as Comissões na elaboração dos documentos curriculares catarinenses, definindo muitos dos cargos que foram implementados na portaria posterior do MECs, entretanto sem instituir membros. Esses movimentos observados nas Portarias estaduais e nacionais permitem inferir o fluxo de políticas e ideias (Ball, 2022) que se mesclam e se influenciam entre os níveis e contextos no processo de formulação de políticas educacionais.

A Portaria nº 347, publicada em 27 de março de 2019, teve como propósito inserir na Rede Política de elaboração do currículo estadual a Presidente da Região Sul da UNDIME, Patrícia Lueders, como representante da UNDIME/SC na Comissão Estratégica. Como observado no Grafo presente na Figura 2, posteriormente a Presidente se relacionou à rede ocupando outras funções. Patrícia Lueders ocupou o cargo de Presidência da entidade de 2019 a 2023, sendo figura que surge no processo de elaboração dos documentos do CBEMTC.²² Posteriormente, Patrícia ocupou cargo de secretária adjunta na SED/SC.

²¹ Como previamente mencionado instituiu o Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular (ProBNCC), estabelecendo diretrizes, parâmetros e critérios para sua implementação.

²² É relevante destacar que, após a defesa desta dissertação, os membros da banca examinadora complementaram as informações, ressaltando que a participação de Patrícia no processo analisado foi mais limitada e pontual, concentrando-se principalmente na elaboração do Currículo Base do Território Catarinense para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental. Sua atuação no contexto específico do ensino médio ocupou papel secundário, com menor envolvimento direto nas etapas decisórias.

Ambas as portarias mencionadas foram revogadas pela Portaria nº 731 de 03 de maio de 2019. Essa Portaria estabeleceu a criação de uma nova Comissão Estadual de Mobilização para Implementação da BNCC/SC, também denominada Comissão Estadual em Regime de Colaboração com os Sistemas de Ensino. Essa comissão, como definido pela própria Portaria, teve como objetivo principal coordenar o processo de adequação das políticas educacionais catarinenses às diretrizes nacionais, promovendo a articulação entre os diversos atores envolvidos no sistema de ensino.

As atribuições da comissão incluíram a representação dos diferentes segmentos da comunidade escolar e da sociedade civil, com ações articuladas em conjunto com o Fórum Estadual de Educação de Santa Catarina (FEE/SC) e o Fórum Permanente de Apoio à Formação Docente. Além disso, coube ao grupo discutir e planejar as estratégias de mobilização para a implementação da BNCC nas escolas de Educação Básica, validando as decisões estratégicas relacionadas ao processo de implementação.

Como Mainardes (2006) discute, no processo de elaboração de políticas educacionais há um conjunto de arenas públicas mais formais, como comissões e grupos representativos, que são lugares com solo fértil para a articulação de influência entre os atores que as compõem. As Comissões estruturam a rede em um contexto de influência formal, como pode-se observar no Grafo da Figura 1, permitindo institucionalizar a negociação de significados sobre os documentos curriculares recontextualizados à rede de ensino básico catarinense em conjunto com a restrição parcial desse processo de negociação a entidades e atores políticos que compuseram essas Comissões.

A estrutura organizacional adotada, como já mencionado, caracterizou-se pelo regime de paridade, com participação equitativa da SED/SC, da UNDIME/SC, do CEE/SC, da UNCME/SC e, inserindo na rede de elaboração dos documentos do CBEMTC, a Federação dos Municípios (FECAM/SC), entidade que não havia sido inserida posteriormente. Importante ressaltar que a coordenação dos trabalhos da Comissão de Mobilização ficou a cargo do Secretário de Estado da Educação, em conjunto com a Presidente da UNDIME/SC.

Para operacionalizar as ações, a comissão dividiu-se em duas instâncias principais: a Comissão Estratégica de Mobilização e a Comissão Executiva. A

primeira, composta por representantes de alto nível das instituições envolvidas, teve como função principal deliberar sobre as diretrizes macro do processo e validar o documento curricular final. A Comissão Estratégica foi composta por:

- 1.Secretária Adjunta da SED/SC;
- 2.Presidente UNDIME/SC;
- 3.Presidente CEE/SC;
- 4.Presidente UNCME/SC;
- 5.Presidente da FECAM.

Já a Comissão Executiva ficou responsável pela assessoria técnica, mobilização e operacionalização das ações necessárias, conforme plano de trabalho aprovado pela instância estratégica, semelhante ao que já havia sido instaurado na Portaria anterior, nº 264. Essa comissão teve como indicados:

- 1.Quatro representantes da SED/SC,
- 2.Quatro representantes da UNDIME/SC,
- 3.Um representante da UNCME/SC;
- 4.Um representante do CEE/SC;
- 5.Um representante da FECAM.

A inserção de uma nova entidade no processo trouxe consigo alterações na alta cúpula dos cargos presente no contexto de influência de elaboração do CBEMTC à época, modificando e inserindo novos atores no processo, representados no Grafo da Figura 2. Apesar da inserção da FECAM/SC na rede, a presente pesquisa não identificou o que levou a articulação da entidade na elaboração do CBEMTC.

A rede de relações envolvendo a elaboração dos documentos do CBEMTC apresentou um contexto de influência com uma estrutura subdividida e hierarquizada, definindo um grupo com funções deliberativas para a regionalização curricular e outro grupo, sujeito ao primeiro, que seria responsável pelas funções prática e de materialização do planejamento. Apesar da estrutura ser fortemente linear e encabeçada por lideranças da UNDIME e SED/SC, cabe ressaltar a grande variedade de entidades, com atores exercendo funções em ambas as comissões concomitantemente. Isso corrobora com os argumentos de Ball (2022) de que as redes políticas educacionais apresentam alta conectividade, tanto com outras redes como para conexões dentro da própria rede de atuação dentro de tempos definidos.

Outro aspecto importante foi a implementação da Coordenação Estadual. Esse cargo teve como função acompanhar os coordenadores e redatores de acordo com a modalidade de ensino, porém foram mencionadas e definidos indivíduos coordenadores apenas para as etapas de Educação Infantil e Ensino Fundamental, sem menção ao Ensino Médio, aos redatores das modalidades de ensino e de etapas. A Coordenação foi composta por:

1. Uma representante do CONSED/SED;
2. Uma representante da UNDIME.

A Portaria nº 731 de 03 de maio de 2019 ainda instituiu a equipe de Articuladores do Regime de Colaboração, composta por:

1. Dois representantes do CEE/SC;
2. Uma representante da UNCME;
3. Uma representante da UNDIME.

As Articuladoras tinham como função atuar como um elo que articulasse a colaboração entre as diferentes entidades e as diferentes coordenações, aumentando a representatividade das instituições durante a elaboração dos documentos curriculares. Além dos cargos descritos, o texto da Portaria também definiu a possibilidade de criação Grupos de Trabalho (GT) temporários para atender demandas específicas que surgissem durante o processo de elaboração do documento curricular estadual. Aspectos sobre os Grupos de Trabalho serão apresentados à frente.

O processo de elaboração dos cadernos iniciais do Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense (CBEMTC) revelou uma estrutura hierárquica definida. No topo dessa hierarquia na esfera estadual, figuras como Natalino Uggioni, então Secretário de Estado da Educação e posteriormente conselheiro do CEE/SC, e Patrícia Lueders, presidente da UNDIME/SC (2019-2023), atuaram como articuladores políticos, alinhando as demandas regionais às diretrizes nacionais da BNCC. A Comissão Estratégica, por exemplo, foi composta por atores que já ocupavam posições de destaque em outras funções dentro da rede de relações, essas características da rede estudada serão aprofundadas à frente.

Estas Comissões foram responsáveis pela elaboração da versão inicial do documento estadual, anteriormente já mencionado, denominado “Marco Zero”. Após esse primeiro documento ser produzido, foi lançado o Edital SED nº 284 de 07 de

janeiro de 2020. O documento previu que os participantes deveriam ser, obrigatoriamente, do quadro de provimento efetivo, como professor de Ensino Médio, da Rede Estadual e/ou das Redes Municipais do Estado de Santa Catarina. A seleção dos candidatos passou pela avaliação da Comissão Estadual de Mobilização para Implementação da BNCC.

Ao investigar o documento do Edital, informações importantes sobre a estrutura da rede política de construção do CBEMTC puderam ser aprofundadas, como a estrutura dos GTs previamente mencionados.

O Edital SED nº 284 de 07 de janeiro de 2020 instituiu a distribuição das vagas de forma proporcional entre as oito mesorregiões do estado, destinadas a professores e gestores das redes municipal e estadual de educação, formando diferentes Grupos de Trabalho. As vagas foram organizadas da seguinte forma:

Gestores e equipe pedagógica: Grupo de Trabalho de Gestão com 66 vagas, incluindo coordenadores, supervisores, integradores regionais de educação, assistentes técnico-pedagógicos e gestores escolares, além de um representante do Instituto Estadual de Educação (IEE).

Professores por área de conhecimento: 160 vagas, distribuídas entre os Grupos de Trabalho de Ciências da Natureza (33), Ciências Humanas (52), Linguagens (53) e Matemática (22).

Professores de modalidades específicas: 24 vagas, divididos nos Grupos de Trabalho das modalidades de Educação do Campo, Educação Escolar Quilombola, Educação Escolar Indígena, Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos e Educação Ambiental, com uma vaga por área do conhecimento em cada modalidade.

Importante demarcar que o Edital SED sofreu Retificação em 15 de julho de 2020, o qual alterou significativamente a estrutura mencionada acima. Os professores de modalidades específicas inicialmente representavam **24 vagas** para os GTs, entretanto, a Retificação reduziu essa quantidade de vagas para **quatro** e renovou os GTs, consolidando um único Grupo Educação para as Relações Étnico-Raciais. Cabe a crítica a essa redução, a justificativa para a mudança não foi explicitada nos documentos ou encontrada no processo desta pesquisa, deixando apenas a exclusão de vozes essenciais no debate curricular, especialmente de grupos historicamente marginalizados, como comunidades quilombolas, indígenas e

do campo, além de educadores que atuam com Educação Especial, EJA e Educação Ambiental. Além disso, expõe certa contradição entre a proposta do documento (inclusivo, participativo e abrangente) e o seu processo de implementação. Os arquivos contendo as alterações descritas podem ser acessados no site da SED/SC²³ (Santa Catarina, 2020a).

Após o estabelecimento dos GTs e reorganização causada pela Pandemia de COVID-19, como afirma o texto introdutório do Caderno 01 - Disposições Gerais do CBEMTC (Santa Catarina, 2021a), os trabalhos foram retomados a partir de junho de 2020 com a mobilização de equipes da Secretaria de Estado da Educação (SED) e consultores especializados por área de conhecimento. Ainda segundo o documento, paralelo a esse processo, 363 educadores de 120 escolas-piloto do ProNEM, apoiados por técnicos da SED e especialistas externos, elaboraram o portfólio de Componentes Curriculares Eletivos, baseando-se na BNCC e nas experiências do Novo Ensino Médio em suas instituições.

No final do ano de 2020, foi revogada a Portaria nº 731 de 03 de maio de 2019, substituída pela Portaria nº 2.240 de 14 de dezembro de 2020, modificando membros inseridos nos grupos estabelecidos pela Comissão Estadual de Mobilização para Implementação do Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense. As funções e atribuições da Comissão não foram alteradas, incluindo seu caráter paritário entre as entidades previamente mencionadas. Além disso, os Grupos de Trabalho foram mantidos, assim como a Comissão *Estratégica* de Mobilização para Implementação da Base Nacional Comum Curricular - BNCC/SC e a Comissão *Executiva* de Implementação da Base Nacional Comum Curricular - BNCC/SC²⁴. Neste estudo, ambas as comissões da Portaria nº 2.240 serão referidas respectivamente como Comissão Estratégica de 2020 e Comissão Executiva de 2020.

A Comissão Estratégica de 2020 foi composta por entidades e seus respectivos representantes, que, como delimitado pela Portaria nº 2240, participariam na Comissão em condição de interessados. O grupo foi integrado por:

1. Secretário SED/SC;

²³ Disponível em: <<https://www2.sed.sc.gov.br/professores-e-gestores/30576-ciclo-de-seminarios-para-elaboracao-do-curriculo-base-do-ensino-medio-do-territorio-catarinense>>.

²⁴ A Comissão Executiva esteve ligada institucionalmente à Secretaria de Estado da Educação (SED/SC), vinculada à Diretoria de Ensino (DIEN).

2. Presidente UNDIME/SC;
3. Presidente CEE/SC;
4. Presidente da UNCME/SC;
5. Presidente da FECAM/SC.

A Comissão Executiva de 2020 foi integrada pelos seguintes membros:

1. Quatro representantes da SED/SC;
2. Quatro representantes da UNDIME/SC;
3. Um representante da UNCME/SC;
4. Um representante do CEE/SC;
5. Um representante da FECAM.

Mantendo o estabelecido na Portaria nº 731 de 2019, os representantes supracitados foram escolhidos por suas respectivas entidades, podendo ser substituídos caso necessário, e tinham como função prestar assessoramento técnico, mobilizando, operacionalizando e encaminhando as ações necessárias para a formulação do CBEMTC.

A estrutura da rede no contexto de influência, como observado, seguiu o padrão preestabelecido pelo ProBNCC por todo o processo de construção dos documentos curriculares iniciais. As Comissões aqui estabelecidas foram supervisionadas pelo Comitê Nacional de Implementação da BNCC, como já exposto na Hierarquia de Grupos e Funções do ProBNCC presente na Figura 1. Apesar do padrão na rede política de elaboração dos documentos do CBEMTC pré definido pelo Programa, com grupos articulados e coordenados por influências a nível nacional, isso não significa que não ocorreram processos de regionalização mesmo dentro dessa estrutura, com a inserção da FECAM e formação dos GTs.

Ao observar a arquitetura descrita, pode-se inferir um mecanismo de coerção e alinhamento institucional proposto pelo ProBNCC. A adesão ao regime de colaboração era condição indispensável para acesso a recursos e legitimidade institucional da política curricular, Como argumenta Ball (2022) e Avelar e Ball (2023), linhas de financiamento exercem grande influência sobre as decisões envolvidas nos processos de elaboração de políticas educacionais. A presença de um fluxo monetário, neste estudo de origem estatal, influencia não apenas a estrutura da rede política envolvida, mas também condiciona ideais e discursos vinculados aos serviços e parcerias disponibilizadas.

A estrutura proposta na Portaria nº 2.240 instaura a Coordenação Estadual, composta por:

1. Um representante do CONSED/SED;
2. Um representante da UNDIME/SC.

Nesta Portaria a equipe de Coordenação de Etapa para o Ensino Médio foi denominada, ocupando o cargo Maria Tereza Paulo Hermes Cobra. Em conjunto com a Coordenação Estadual, a Coordenação de Etapa teve como função coordenar e acompanhar os redatores dos textos curriculares.

Manteve-se a equipe de Articuladores do Regime de Colaboração, com composição de:

1. Um representante CEE/SC;
2. Um representante da UNCME/SC;
3. Um representante da UNDIME/SC.

Ao analisar as estruturas das comissões em 2019 e 2020, os cargos e atores vinculados ao processo, foi observado mudanças na representação institucional de diversas entidades. Entre 2019 e 2020, houveram mudanças significativas na composição das comissões responsáveis pelas políticas educacionais, com a manutenção de alguns atores estratégicos e a substituição de outros. Na Comissão Estratégica, observou-se a troca do representante da Secretaria de Estado da Educação (SED/SC), enquanto a UNDIME/SC manteve sua representante. A FECAM também teve uma substituição em seu representante, enquanto o Conselho Estadual de Educação (CEE/SC) e a UNCME/SC preservaram os mesmos integrantes.

Na Comissão Executiva, ocorreu uma renovação quase completa dos membros da SED/SC, enquanto a UNDIME/SC manteve a maioria de seus representantes, com apenas uma alteração. Tanto a UNCME/SC quanto o CEE/SC mantiveram seus representantes, mas a FECAM também registrou substituição.

Além disso, em 2020, foi formalizada a Coordenação de Etapa para o Ensino Médio, liderada por Maria Tereza Paulo Hermes Cobra, uma novidade em relação a 2019, quando não havia uma estrutura definida para essa etapa de ensino. Essa mudança reforçou a organização do regime de colaboração, com ajustes também na Coordenação Estadual e entre os articuladores, onde alguns cargos tiveram

representantes substituídos, enquanto outros permaneceram em suas posições na rede.

Ao investigar os atores presentes no contexto de influência da elaboração do CBEMTC, percebeu-se o fluxo dos atores políticos associados ao processo, refletindo certa rotatividade natural em cargos públicos, como discutido por Ball (2022), onde atores políticos migram e/ou ocupam cargos entre o público e o privado. Entretanto, o processo manteve um núcleo sólido de atores, principalmente ligado à estabilidade nos cargos de suas entidades representativas, mantendo os altos cargos institucionais na rede política da elaboração dos documentos iniciais do CBEMTC.

Outros atores estiveram relacionados à rede ocupando posições administrativas, comunicativas e legislativas: Rodrigo de Souza Comin assumiu posição de Consultor Executivo do processo de elaboração do documento; Rafael do Nascimento e Jéssica Campos Savi, ambos advogados, trabalharam como consultores jurídicos do processo; Gabriel Duwe de Lima foi Assessor de Comunicação do governo do estado, trabalhando com divulgação e propaganda voltados para a implementação do Novo Ensino Médio; Jean Paulo Cimolin esteve na posição de Diretor de Administração Financeira; Marcos Vieira esteve na posição de Diretor de Gestão de Pessoas. Estes atores não estiveram ligados com produção do documento ou até mesmo com as escolhas institucionais para a elaboração do texto, entretanto, se inseriram ativamente no contexto de influência, realizando atividades essenciais para a manutenção do processo de elaboração dos cadernos iniciais do CBEMTC no período estudado.

Cabe destacar que os representantes da FECAM variaram consideravelmente; provavelmente, isso ocorreu pela própria dinâmica interna da instituição que teve uma grande substituição de presidentes durante o período de elaboração do CBEMTC até sua publicação em março de 2021. Em ordem cronológica os Ex-Presidentes foram Joares Carlos Ponticelli (2019-2020), Orildo Antônio Severgnini (2020), Saulo Sperotto (2020), Paulo Roberto Weiss (2020-2021) e Clenilton Carlos Pereira (2021-2022).

Nesta pesquisa não foram identificados os motivos específicos que levaram às alterações na composição dos atores envolvidos na construção do Currículo Base da Educação Municipal e Territorial Catarinense (CBEMTC). No entanto, é plausível

inferir que essas mudanças estejam relacionadas a dinâmicas políticas internas, realinhamentos partidários ou até mesmo a rotatividade natural de atores políticos, que migram entre cargos dos setores públicos e privados.

A formação dessa rede não foi aleatória, mas seguiu uma lógica institucional com nomeações formais, editais internos (Edital SED/SC nº. 284/2020) e em articulações promovidas no âmbito das políticas nacionais, estaduais e municipais. Ao explorar as articulações dessa lógica, observou-se que a seleção de atores não foi aleatória, mas sim articulada em torno de três eixos centrais: o primeiro **organizacional**, com regime de paridade entre SED/SC, UNDIME/SC, CEE/SC, UNCME/SC e FECAM, assegurando representação técnica e política de várias organizações; o segundo **institucional**, com o alinhamento das diretrizes do ProBNCC, que exigia a participação de entidades federativas e consolidação de uma estrutura institucional para o processo de regionalização do currículo e a criação do Edital/SED de 2020; e o terceiro **político**, com as indicações das entidades para as posições em consonância com a manutenção de núcleos estáveis de atores políticos, mesmo com trocas, garantindo continuidade às decisões estratégicas.

Em síntese, o processo de construção do CBEMTC foi marcado por ajustes constantes na arquitetura de sua rede política, registrados em portarias que organizavam comissões e fluxos de trabalho, como apresentado no Quadro 2 a seguir:

Quadro 2 - Estrutura, Continuidades e Rupturas no Contexto de Influência da elaboração do Texto do CBEMTC.

Ano	Marco Normativo	Principais Mudanças	Atores/Instituições Chave
2018	Portaria SED/SC nº 529	Modelo inicial de comissões (Estratégica e Executiva)	SED/SC, UNDIME, CEE, UNCME
2019	Portaria SED/SC nº 264 (março)	Criação da Comissão Estadual BNCC/SC	SED/SC, UNDIME/SC, CEE/SC, UNCME/SC, Consed.
	Portaria SED/SC nº 347 (março)	Inclusão da UNDIME/SC no núcleo decisório	Patrícia Lueders (UNDIME/SC)
	Portaria SED/SC nº 731 (maio)	Inserção da FECAM; Divisão estratégica/operacional	FECAM, articuladores do regime de colaboração.

2020	Edital SED nº 284 (janeiro)	Formação de GTs por área (160 vagas) e modalidades (24 vagas).	Professores, gestores regionais.
	Retificação do Edital (julho)	Redução para 4 vagas em modalidades. GT único para Relações Étnico-Raciais.	Exclusão de vozes marginalizadas.
	Portaria SED/SC nº 2.240 (dez.)	Atualização de membros. Formalização da Coordenação do Ensino Médio.	Maria Tereza Cobra (Coord. Ensino Médio)
2021	Publicação do CBEMTC (março)	Documento final consolidado	Todos os atores envolvidos

Fonte: Elaborado pelo autor com base na análise dos resultados da pesquisa, 2024.

A Portaria SED/SC nº 529/2018 (fevereiro) estabeleceu o modelo inicial de comissões. Em 2019, sob gestão do Secretário da Educação à época Natalino Uggioni, a Portaria nº 264/2019 (março) criou a Comissão Estadual da BNCC, complementada semanas depois pela Portaria nº 347/2019, que incluiu a UNDIME/SC no núcleo decisório. A Portaria nº 731/2019 (maio) consolidou um novo desenho, incorporando a FECAM e formalizando a divisão entre instâncias estratégicas e operacionais.

Em 2020, o Edital SED nº 284 (janeiro) definiu os Grupos de Trabalho por áreas, posteriormente reduzidos por retificação. O ciclo se encerrou com a Portaria nº 2.240/2020 (dezembro), que manteve a estrutura anterior, porém atualizou a composição dos membros, incluindo a formalização da coordenação para o Ensino Médio.

Esses fluxos normativos não apenas expressam as mudanças na estrutura da rede de elaboração dos textos ao longo do tempo, mas expõem também um processo de concentração de influência em atores e instituições centrais na rede, como SED/SC e UNDIME/SC, os quais mantiveram-se estáveis nas comissões estratégicas. Por outro lado, houve a redução de representação em GTs, como ocorreu com as modalidades específicas após a retificação do Edital 284/2020, o que limitou a diversidade de vozes no debate curricular. A rede, portanto, operou sob uma lógica de controle institucional, onde ajustes formais reforçaram a estrutura hierárquica difundida entre núcleos decisórios e grupos operacionais, com diversas

articulações e contradições (Ball, 2022), alinhando-se às diretrizes nacionais do ProBNCC.

A estrutura da rede de relações investigada esteve atravessada pela presença de diversas instituições, algumas já mencionadas, as quais possuíam influência significativa no processo de elaboração dos cadernos iniciais do CBEMTC. Dessa forma, o texto a seguir aprofunda os programas e entidades que estiveram associados à rede política observada com base no Caderno 02 - Formação Geral Básica.

4.2 ENTIDADES E PROGRAMAS NA REDE POLÍTICA DE ELABORAÇÃO DO TEXTO DO CBEMTC - FORMAÇÃO GERAL BÁSICA.

A análise identificou 19 entidades e programas que mantinham relações diretas com os atores centrais do processo de construção do Caderno 02 - Formação Geral Básica. Entre as organizações nacionais e estaduais destacam-se: o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), o Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina (CEE/SC), o Programa Embaixadores da BNCC, a Federação Catarinense de Municípios (FECAM), o Governo de Santa Catarina, com forte presença de sua Secretaria de Estado da Educação (SED/SC), os Institutos Federais Catarinense (IFC) e de Santa Catarina (IFSC), o Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular (ProBNCC), a União dos Dirigentes Municipais de Educação de SC (UNDIME/SC) e a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME/SC).

Complementando esta rede, oito instituições de ensino superior catarinenses tiveram representantes associados a rede: a Universidade Regional de Blumenau (FURB), a Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), a Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (Feusp), a Universidade do Vale do Itajaí (Univali) e a Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó).

Essa articulação entre diferentes esferas (municipal, estadual e federal) e setores (governamentais, educacionais e programas específicos) demonstra a complexidade das relações envolvidas na rede política de elaboração do Caderno 02

- Formação Geral Básica. A presença de instituições de ensino superior reforça certo vínculo entre as entidades e as políticas públicas na área da educação, entretanto, observou-se que esses profissionais estiveram, em grande parte, vinculados à rede de elaboração do CBEMTC como consultores.

A articulação institucional e o perfil dos atores envolvidos estão diretamente ligados aos mecanismos formais que viabilizaram a participação desses sujeitos na elaboração do CBEMTC. A vinculação dos atores ao processo, portanto, não se deu de maneira espontânea, como já analisado. Os representantes indicados por suas instituições de origem dentro do contexto de influência, formalizaram a atuação de diferentes entidades no processo, refletindo fluxos de influência internos das políticas educacionais, como argumenta Avelar e Ball (2022), Ball e Mainardes (2024), Ball (2022), além de somarem a dinâmica de colaboração entre diferentes entidades estaduais. A composição da comissão, com representação paritária entre SED/SC, Consed, UNDIME/SC, CEE/SC, UNCME/SC e FECAM, revela como as decisões políticas e os arranjos institucionais moldaram a rede de atores responsáveis pela construção do texto curricular.

Importante contextualizar as entidades ligadas aos atores identificados neste estudo na Rede Política da construção do CBEMTC. A Secretaria Estadual da Educação (SED/SC) se configura como a principal protagonista da construção do texto do Caderno 2 - Formação Geral Básica. A SED/SC, como define o site do Governo de Santa Catarina (2024), é o órgão central do Sistema Estadual de Educação, responsável pela formulação, controle e avaliação das políticas educacionais, bem como pela coordenação das atividades, ações, programas e projetos da educação básica, profissional e superior em Santa Catarina, em consonância com as Diretrizes Nacionais e com o Plano Estadual de Educação (PEE/SC). Ainda no site do Governo de Santa Catarina (2024), é apresentado como missão do órgão promover uma educação escolar de qualidade para todos os catarinenses, visando elevar a Educação de Santa Catarina ao mesmo patamar dos países desenvolvidos. É um órgão constitutivo do Governo Estadual de Santa Catarina, que no período de elaboração do documento (2019-2021) esteve sob a administração do governador Carlos Moisés da Silva e da vice-governadora Daniela Cristina Reinehr, ambos filiados ao Partido Social Liberal (PSL). Este alinhamento partidário com o governo federal da época, chefiado pelo ex-presidente Jair Messias

Bolsonaro (também do PSL), criou um contexto político favorável à rápida²⁵ apropriação das diretrizes da Reforma do Ensino Médio pelo estado (O Globo, 2020).

Outro órgão muito presente nos documentos explorados sobre a elaboração do CBEMTC foi o Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina (CEE/SC). O Conselho é o órgão normativo e consultivo responsável pela regulamentação e acompanhamento das políticas educacionais no estado. Com mais de 60 anos de atuação, o conselho tem como atribuição principal estabelecer diretrizes para o sistema estadual de ensino, como consta em no site da entidade (CEE/SC, 2025a). Desde sua criação, no Governo Celso Ramos, o Conselho “traz em suas ações a proposta alinhada ao Plano de Metas daquela auspiciosa gestão, ou seja, a educação para o desenvolvimento com caráter de inovação” (CEE/SC, 2020, p. 4).

De acordo com o site do CEE/SC (2025a), sua atuação abrange desde a normatização da Educação Básica até o credenciamento de instituições de ensino superior, sempre em conformidade com as legislações federal e estadual. Entre suas competências, destacam-se a elaboração de normas complementares para modalidades como Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Educação Profissional, além da regulamentação de diretrizes curriculares adaptadas às especificidades regionais.

No contexto do Novo Ensino Médio, o Conselho participou dos debates sobre a flexibilização curricular e a implementação dos itinerários formativos, que visam, ao que conta no site do CEE/SC (2025a), oferecer aos estudantes diferentes possibilidades de aprofundamento em áreas de conhecimento ou formação técnica e profissional. O conselho, apesar atuar tanto na discussão sobre a elaboração do Currículo Base do Território Catarinense do Ensino Médio, assim como da Educação Infantil e Ensino Fundamental (CEE/SC, 2020), teve, como apontado pela banca examinadora desta dissertação, um papel mais observador e menos ativo em

²⁵ A SED/SC, sob a liderança de secretário Eduardo Deschamps e posteriormente Natalino Uggioni, demonstrou notável capacidade de mobilização institucional, estabelecendo rapidamente a estrutura da Comissão Estadual de Mobilização e pareceres anteriores voltados para a implementação da BNCC em todas as etapas básicas de ensino (Portaria nº 529, de 22/02/2018, publicada em 26/02/2018, no Diário Oficial do Estado nº 20717; Portaria nº 264, publicada em 01/03/2019, no DOE nº. 20967; Portaria nº 347 publicada em 27/03/2019, no DOE nº. 20983; Portaria nº 731 de 03/05/2019, publicada no DOE nº 21.009).

relação ao documento para educação infantil e fundamental, não apresentando grande articulação nos debates em torno do ensino médio.

Pode-se observar que instâncias representativas do Estado continuam presentes, mesmo que de forma menos ativa, dentro dos contextos decisórios para políticas educacionais. Há, como Ball (2022) chama atenção, uma nova configuração do estado, com a estabilização de formas de governança que variam entre contexto específicos. Não há, no contexto investigado, uma negação do exercício de Estado na condução das políticas, há um deslocamento nas formas de governar. Emerge uma nova modalidade de poder público, agência e ação social, onde observa-se no contexto de elaboração dos documentos curriculares para o ensino médio catarinense, a expressão e articulação de uma nova forma de Estado.

Entidades da sociedade civil sem fins lucrativos também foram identificadas na rede, sendo elas a UNDIME/SC, UNCME/SC e Consed.

A União dos Dirigentes Municipais de Educação de Santa Catarina (UNDIME/SC), instituição presente na formulação do CBTCM, é uma organização representativa que atua há mais de 35 anos congregando os secretários e dirigentes municipais de educação do estado. Como entidade da sociedade civil sem fins lucrativos, tem como objetivo principal fortalecer a educação pública municipal, defendendo os interesses e promovendo a qualidade do ensino em Santa Catarina (UNDIME/SC, 2025).

Segundo informa o site da UNDIME/SC (2025), seu trabalho é realizado de forma abrangente junto às administrações municipais, oferecendo suporte técnico e político para a melhoria contínua da educação pública. Sua atuação se estende a todas as modalidades de ensino, incluindo educação infantil, ensino fundamental, educação de jovens e adultos, educação do campo, educação indígena, educação quilombola e educação inclusiva. A organização mantém uma agenda permanente que engloba temas fundamentais para a educação pública, como a formação e valorização dos profissionais da educação; implementação de políticas públicas educacionais; gestão democrática nas escolas; articulação intersetorial entre diferentes níveis de governo; com a promoção da participação social e comunitária.²⁶

²⁶ A análise documental revela a frequente menção a UNDIME/SC nos registros oficiais. No entanto, conforme destacado pela banca examinadora desta dissertação, sua influência efetiva mostrou-se substancialmente menor no processo de elaboração do currículo do ensino médio quando comparada à sua participação na construção do documento para a educação infantil e fundamental.

A União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME/SC), outra instituição com participação na elaboração dos documentos curriculares, em seu Estatuto Interno (2017), expõe no seu Art. 1, ser uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos, com sede central no Distrito Federal e sedes regionais por estado, representando nacionalmente os Conselhos Municipais de Educação dos municípios brasileiros. Criada em 1992 e organizada em todos os estados brasileiros, tem como finalidade incentivar e orientar a criação e o funcionamento dos Conselhos Municipais, suas pautas e atuação para reforçar a atuação dos Conselhos nos princípios da universalização do direito à educação, da gestão democrática da política educacional e da inclusão social. Defende a concepção de Conselhos de Educação como órgãos de Estado, de participação, representatividade e controle social, com caráter plural, desenvolvendo ações de formação, assessoramento e intercâmbio entre Conselhos dos diversos municípios brasileiros, além de participar na formulação de políticas educacionais, com representação em instâncias decisórias. Durante os mais de vinte anos de atuação, a UNCME de Santa Catarina vem participando de maneira muito incisiva nas discussões e encaminhamentos das agendas educacionais do estado, articulada com a organização nacional da entidade (UNCME/SC, 2025).

As próximas duas entidades com participação na formulação do CBEMCT, são respectivamente o Consed e a Fecam. Ambas foram estabelecidas como participantes do processo de elaboração do CBEMTC pela Portaria nº 731 de 03 de maio de 201 instituída pelo Secretário de Educação à época.. Apesar de terem sido emitidas portarias anteriores²⁷, elas não mencionam essas entidades. Compreende-se que o Consed esteve articulado a nível nacional e buscou ter representantes a nível local, entretanto não foi possível identificar com precisão o que mobilizou a inserção dessas entidades no processo de elaboração do currículo naquele momento. Conta-se que a inserção de ambas ocorreu pela demanda da participação de diferentes entidades sociais no processo de elaboração do documento social. Além disso, outros atores foram inseridos no processo, como

Os examinadores ressaltaram que, no contexto do ensino médio, a instituição assumiu papel mais coadjuvante na construção textual do CBEMTC.

²⁷ Portaria nº 264, publicada em 01/03/2019, no DOE nº. 20967; Portaria nº 347 publicada em 27/03/2019, no DOE nº 20.983.

representantes dos sindicatos das escolas particulares²⁸, de universidades e dos órgãos de controle, o Ministério Público e Tribunal de Contas, como consta no site do Movimento Pela Base (2021b).

O Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) é uma entidade de direito privado²⁹, sem fins lucrativos, com sede na cidade de Brasília, que reúne os titulares das Secretarias de Educação dos Estados e do Distrito Federal. A entidade foi fundada em 1986 e reúne as Secretarias de Educação dos Estados e do Distrito Federal. Entre suas finalidades está a integração das redes estaduais de educação e a participação dos estados na construção das políticas nacionais, além da colaboração entre as unidades federativas (Faria, 2010). Segundo o Consed (2025), a pluralidade de ideias é uma de suas principais marcas, com o objetivo comum de seus integrantes na manutenção de Educação Pública de Qualidade.

A Federação de Consórcios, Associações de Municípios e Municípios de Santa Catarina (FECAM) apresenta articulações amplas com os municípios, atuando em diferentes áreas de interesse. É uma entidade que representa os 295 municípios de Santa Catarina, atuando desde 1980 na defesa do municipalismo, articulação política e apoio técnico às prefeituras. Sua atuação abrange áreas como educação, assistência social e gestão pública, visando fortalecer a autonomia municipal e promover políticas descentralizadas com uma atuação no setor público, em articulações políticas e atuação no privado com associações e consórcios (FECAM, 2021).

Cabe analisar que as redes que produzem políticas públicas em educação no Brasil, como aponta Macedo (2024) ao discutir políticas curriculares locais, agregam atualmente diferentes grupos em articulação com o Estado e suas burocracias responsáveis pela produção das políticas. Muitos desses grupos constituem entidades que, como observado na rede de relações envolvidas na elaboração do Caderno 02, há muito tempo se dedicavam à pauta educacional e foram adaptando

²⁸ Além da relação anteriormente referenciada de Natalino Uggioni com o SENAI, apenas foi identificado nesta pesquisa relação de Maria Tereza Paulo Hermes Cobra com o sistema de ensino privado Escola da Sesi (Serviço Social da Indústria), com 25 anos de atuação; entretanto, no período em que esteve à frente de cargos de diretoria da SED/SC e de elaboração do currículo estadual, não esteve inserida profissionalmente no sistema privado.

²⁹ São assim denominadas, pois as relações e interesses são particulares, não tendo o Estado interesse direto na relação político-econômica. Dessa forma, elas são constituídas para um objetivo específico, seja ele lucrativo, ou filantrópico (Artigo 44 do Código Civil Brasileiro) .

suas formas de agir às novas maneiras de governança. A autora ainda afirma que, desde 2006 com a criação do Todos pela Educação (TPE), reuniu-se de maneira sistemática, a nível nacional, o capital social privado às burocracias do Estado, como a UNDIME e o Consed, articulando influências para contextos locais. Observando o Grafo na Figura 2, percebe-se que muitas das entidades descritas até o momento se articularam com representantes principalmente no contexto de influência, relacionadas, principalmente com cargos executivos e estratégicos

Como observado neste estudo, somando à UNDIME e o Consed, outras instituições atingem e se infiltram em contextos locais, a exemplo o caso catarinense, ampliando sua influência na elaboração dos documentos orientadores curriculares.

Além das entidades descritas, outras articulações também estiveram presentes. Somando ao ProBNCC já mencionado, foi identificada ligação com o Programa Embaixadores da BNCC. Este programa é uma extensão do Movimento Pela Base, o qual formou e financiou um grupo de técnicos municipais e estaduais de todo o Brasil, ao que conta no site Movimento pela Base (2021a), mobilizados pela implementação da BNCC, um caminho para garantir uma educação de qualidade e com mais equidade para todos os estudantes do Brasil³⁰ nos diversos contextos brasileiros (Chaves e Evangelista, 2021).

Como já analisado é perceptível que a construção dos documentos iniciais do Currículo Base do Ensino Médio Territorial Catarinense (CBEMTC) foi um processo descentralizado, envolvendo uma complexa rede de 19 entidades de diferentes esferas (municipal, estadual e federal) e naturezas (públicas, privadas e da sociedade civil). A participação de órgãos como a SED/SC, CEE/SC, UNDIME/SC, FECAM e Consed, além de oito instituições de ensino superior, demonstra como a política educacional em Santa Catarina foi orquestrada por meio de arranjos diversos. Esses mecanismos não apenas legitimaram a atuação institucional dos atores políticos, mas também refletiram a influência de diretrizes nacionais, como a Reforma do Ensino Médio.

³⁰ Compreende-se que existe uma ampla discussão sobre os conceitos de 'educação de qualidade' nos quais as entidades pró-implementação da BNCC se apoiam. Para aprofundamento do tema, sugere-se a consulta de Martini, Silva e Dias (2024), Araújo (2022), Seemann (2022) e Silva, Lima e Silva (2019).

A presença de entidades como o Movimento pela Base e os Embaixadores da BNCC evidencia ainda o papel de agentes externos de viés neoliberal na mobilização técnica e financeira, reforçando a presença de certa influência dos interesses de grupos organizados no contexto estadual catarinense de elaboração dos documentos curriculares.

Outras instituições não menos importantes foram observadas em relações na rede. As instituições de ensino superior e pesquisa tiveram representantes que atuaram no processo de elaboração do Caderno 02. Entretanto foi observada a limitação das influências de grande parte dos atores vinculados às universidades por consultorias, estando subordinados aos arranjos políticos, organizacionais e institucionais da rede. Enquanto entidades como a FECAM e a UNDIME/SC atuaram como mediadoras entre o estado e os municípios e participaram ativamente do contexto de influência, os atores vinculados às instituições de ensino superior e pesquisa, estiveram, em grande parte, com influência reduzida e limitada ao contexto de produção de texto.

Em entrevista realizada por Voigt e Corrêa (2024), a Prof^a Dr^a Cássia Ferri, atriz política relevante na elaboração do documento, expõem informações sobre o processo de construção do documento curricular em Santa Catarina, tanto do contexto de influência, quanto de produção do texto. A Professora chama atenção sobre a ausência da participação das instâncias do MEC, em que no caso do ensino médio, as orientações de elaboração do documento vieram do Consed, apesar da participação da UNDIME e de outros setores no comitê gestor. Segundo a entrevistada, é preciso considerar que tanto Consed quanto UNDIME são organizações não governamentais, apesar de serem formadas por agentes públicos, ou seja, os secretários estaduais e municipais de educação. No site do Consed é possível identificar as parcerias com institutos e instituições privadas de diferentes setores da sociedade. Especificamente no período de orientações para elaboração dos documentos estaduais para o ensino médio, o Consed apresentou intensa relação com o Instituto Reúna, a qual, por sua vez, também mantém parcerias com várias outras instituições de caráter filantrópico. Segundo a entrevista, a rede de governança, denominada Frente Currículo e Ensino Médio e gerenciada pelo Consed, é que teceu e colocou em pauta as orientações que foram consideradas para a formulação dos documentos estaduais, “ou seja, não são orientações do

Ministério da Educação e de seus representantes, e sim desses grupos que determinaram o destino dos referidos documentos” (Voigt e Corrêa, 2024, p. 34).

O caso catarinense entre 2018 à 2021 permite observar que a descentralização educacional no Brasil não elimina hierarquias, mas, como defende Ball (2022), as reconfigura em redes políticas onde entidades diversas negociam visões de educação, movimentando-se dentro de limites institucionais e políticos predefinidos. Apesar de presenças diversas, os mecanismos burocráticos e institucionais articulam disparidade de influência entre as entidades e atores da rede. As instituições de ensino superior, como exposto no Grafo da Rede Política presente na Figura 2, apresentaram uma posição distante do contexto de influência, apresentando pouca articulação das entidades com outras posições da rede. Entretanto, esse aspecto será abordado no próximo texto, que abordará com maior foco os cargos e atores presentes no contexto de elaboração do texto do Caderno 02 - Formação Geral Básica.

4.3 A REDE DE ATORES POLÍTICOS NA ELABORAÇÃO DO CADERNO 02 DO CBEMTC: PERFIS, ARTICULAÇÕES E INFLUÊNCIAS NO CONTEXTO DE ELABORAÇÃO DE TEXTO.

O texto oficial do Caderno 02 - Formação Geral Básica, como já mencionado, foi disponibilizado em 2021, momento em que o cargo de secretário da educação de Santa Catarina já havia sido ocupado por outra gestão³¹. Apesar das mudanças, o documento seguiu com sua publicação no mesmo ano, mantendo o processo de implementação do Novo Ensino Médio em todo o sistema de ensino estadual de Santa Catarina.

O Caderno 02 apresenta em sua estrutura organizacional a "Equipe de Elaboração BNCC/SC", anunciando os atores políticos envolvidos nos grupos e funções constituintes da rede de elaboração do Caderno 02 do CBEMTC. Os textos analisados, tanto a versão preliminar disponibilizada no site do CEE/SC (2025b) datado em 2020, quanto a versão oficial de 2021, descreveram atores vinculados ao contexto de influência e ao contexto de elaboração do texto. O texto do Caderno 02,

³¹ Vitor Fungaro Balthazar posteriormente atuou como Secretário da Educação do Estado de Santa Catarina. Atualmente é servidor da Secretaria de Educação de Santa Catarina a disposição da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC) e Conselheiro da Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina (ARESC).

a sua Equipe de Elaboração BNCC/SC, subdivide o grupo no documento em subgrupos que elaboraram o texto da Formação Geral Básica. Esses subgrupos foram definidos como:

1. Consultoria de Currículo;
2. Coordenadora de Etapa;
3. Articuladoras do Regime de Colaboração;
4. Articuladora entre Etapas;
5. Articuladora de Itinerários Formativos das Áreas do Conhecimento;
6. Articulador de Itinerários Formativos da Educação Técnica e Profissional;
7. Coordenadores das Áreas do Conhecimento; Redatores de Currículo;
8. Colaboradores no ano de 2019;
9. Consultores;
10. Equipe SED;
11. Revisão de Conteúdo;
12. Revisão Linguística.

Cada cargo apresentou funções distintas e interconectadas no processo de elaboração do texto, com atores políticos atuando em um ou mais subgrupos, articulando diferentes espaços da rede política de elaboração do CBEMTC. Diferente do contexto de influência, com atores possuindo altos cargos e funções institucionais, com uma parcela configurada em figuras públicas (recorrentes no contexto político estadual) e/ou ligadas a altos cargos dentro de suas instituições, o contexto de produção do texto apresenta atores com perfis e articulações distintas. Mainardes (2006) chama atenção a esse aspecto observado na rede, descrevendo o contexto de produção de texto como integrado por atores com cargos institucionais em posições mais básicas, como professores, diretores e técnicos em relação ao contexto de influência. O autor ainda salienta a importância dos atores no contexto de produção de texto, os quais trazem consigo suas experiências, perspectivas, perfis e posições, somando pluralidade ao contexto de produção de texto e, no documento curricular foco deste estudo, constituindo a Equipe de Elaboração BNCC/SC. Dessa forma, essa seção busca analisar os atores políticos envolvidos na elaboração do texto do Caderno 02 - Formação Geral Básica do CBEMTC,

destacando perfis, funções, articulações e influências no contexto de elaboração de texto do documento.

O texto do Cadernos 02, como previamente mencionado, define um grupo denominado Colaboradores no Ano de 2019. Menciona figuras que não seguiram atuando na construção do documento em 2020 e 2021, tanto do contexto de influência, como Coordenadores e integrantes do CEE/SC, quanto do contexto de produção de texto, como elaboradores de áreas de conhecimento. Como é perceptível no Grafo da Figura 2, esse grupo teve maior proximidade ao contexto de elaboração do texto e demonstrando o já constatado fluxo de atores políticos na rede. Em entrevista (Voigt e Corrêa, 2024), a Prof^a Dr^a Cássia Ferri, expõem que o contexto de produção do documento oficial do estado pode ser definido como complexo e conturbado, reflexo do momento político à época. O mapeado desta pesquisa de mestrado corrobora com a entrevista; os acontecimentos desse período envolvendo a elaboração do documento curricular tem como plano de fundo muitos movimentos, até mesmo troca das equipes e responsáveis pelo processo, o que sempre gera descontinuidades e conflitos. Se o documento for analisado, como salienta a entrevistada, ele vai revelar esse movimento contraditório, um movimento de enfrentamento entre essas concepções e posicionamentos, característica observada e discutida por Martini, Silva e Dias (2024).

O Caderno da Formação Geral Básica também demarca os atores de outros momentos do processo de elaboração dos textos curriculares e que ainda estavam inseridos na rede no momento de publicação dos documentos. Dentre estes atores, é mencionada Maria Teresa Paulo Hermes Cobra, importante articuladora na produção do texto para o ensino médio em 2020 e 2021, aspecto que pode ser observado no Grafo da Rede de Relações do Caderno de Formação Geral Básica exposta na Figura 2.

Maria Tereza Paulo Hermes Cobra teve uma trajetória marcante na Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina (SED/SC) e na elaboração dos documentos do CBEMTC entre 2019 e 2022. Em 2020, assumiu um papel estratégico no desenvolvimento do CBEMTC, acumulando as funções de Coordenadora de Etapa para o Ensino Médio e Representante da SED/SC na Comissão Executiva. Além disso, seu trabalho foi reconhecido no Caderno de

Formação Geral Básica, citada como uma das revisoras do documento final, destacando sua contribuição na construção curricular.

No processo de elaboração do texto do CBEMTC em 2020, como Coordenadora de Etapa para o Ensino Médio, Maria Cobra foi responsável por articular as discussões sobre a organização curricular desta etapa, garantir o alinhamento entre as diretrizes nacionais (BNCC) e as especificidades locais de Santa Catarina, além de supervisionar tecnicamente os redatores do documento. Como definido pelo ProBNCC (Brasil, 2019), uma de suas funções envolvia acompanhar o trabalho dos Coordenadores de Área, Redatores, Articuladores de Itinerário e Articulador entre Etapas. Paralelamente, como Representante da SED/SC na Comissão Executiva, participou ativamente da operacionalização das decisões da Comissão Estratégica, da validação técnica dos documentos e da interface entre a SED/SC e outras instituições envolvidas, como UNDIME/SC e CEE/SC. Sua atuação foi fundamental para a construção do documento da Formação Geral Básica do CBEMTC..

Outra atriz política chave na elaboração do Caderno 02 - Formação Geral Básica, descrita no documento, e que já mencionada é Prof^a Dr^a Cássia Ferri, docente da Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB) e Doutora em Educação pela PUC/SP. A Professora desempenhou o importante papel de consultora curricular e revisora de conteúdo do documento, trazendo consigo uma trajetória consolidada no campo dos estudos curriculares, incluindo sua participação na atualização da Proposta Curricular de Santa Catarina em 2014 (Santa Catarina, 2014). Sua atuação reforça a importância da interlocução entre o meio acadêmico e as políticas públicas educacionais, adicionando um perfil especializado à diversidade de atores com perfis gerencialistas e técnicos envolvidos na rede explorada em posições estratégicas. Como já analisado anteriormente, a rede política responsável pela elaboração do CBEMTC contou com não apenas representantes da SED/SC, mas também com entidades da sociedade civil, configurando um cenário plural, porém com certo distanciamento das instâncias de ensino superior. Um grupo que teve intensa representação dessas instâncias, entretanto, como observa-se no Grafo da Figura 2, foram os Consultores.

O grupo dos Consultores apresentou perfil geral de atores com cargos de docência e pesquisa em instituições de ensino superior de diversas regiões do

estado de Santa Catarina. Nota-se que a UFSC foi a instituição desta natureza com mais representantes no grupo e na rede. Entretanto, a FURB teve uma atriz política, Prof^a Dr^a Cássia Ferri, como representante, figura com maior articulação na rede que outros professores de instituições de ensino superior. Não foi possível compreender nesta pesquisa como foram inseridos na rede e quais foram suas funções no contexto de elaboração do texto, entretanto, conforme destacado pela banca examinadora desta dissertação, o processo de seleção dos consultores foi realizado via um acordo entre a SED/SC e a Associação Catarinense das Fundações Educacionais (ACAFE) com financiamento do ProBNCC. Seguindo a análise do Grafo da Figura 2, é visível que este grupo teve pouca articulação em comparação a outros grupos da rede no contexto de elaboração do texto, sem relações profundas com o contexto de influência. Thiesen (2021b) discute que os espaços acadêmicos, em especial universidades públicas e setores sindicais do Estado, apresentaram grande parte dos pontos de crítica para a regionalização curricular. Mesmo sem alcançar força suficiente para atuar com os mecanismos efetivos de resistência, tampouco para alterar encaminhamentos oficiais, como reforça Thiesen (2021b), observa-se neste estudo a presença de atores políticos ligados às universidades, porém, como é visível no Grafo da Figura 2, as articulações desses indivíduos e suas influências estiveram restritos e constrictos na rede analisada.

O Caderno 02 - Formação Geral Básica também expressa as posições de Articuladores, definidos no texto curricular e reforçando posições e atores anteriormente mencionados ligados às Portarias de 2019 e 2020. Os Articulares do Regime de Colaboração foram compostas por um representante do CEE/SC, um representante da UNCME/SC, e um representante da UNDIME/SC. Interessante observar, como representado no Grafo da Figura 2, a alta articulação das integrantes deste grupo em outros cargos e funções na rede. Analisando seus perfis na Plataforma Lattes³², foi possível observar uma trajetória na área educacional, porém, com diferentes focos e níveis acadêmicos distintos, atingindo especializações e mestrado. A análise dos atores envolvidos em posições de coordenação e articulação durante a produção do documento curricular revelou um perfil híbrido, marcado pela atuação em múltiplos contextos, semelhante ao observado em outros

³² Andréa Daux Boabaid (ID: 1102576266209517); Darli de Amorim Zunino (ID: 9333159148248572); Luana Costa de Córdova (ID: 3123552006183924).

processos de elaboração de políticas educacionais (Ball e Mainardes, 2024; Ball, 2022). O Grafo da Figura 2 demonstra que entidades com proximidade ao núcleo de influência também concentram atores responsáveis por funções de coordenação e articulação na produção textual. Essa dinâmica não apenas amplia sua atuação no processo decisório, mas também consolida seu papel na construção do texto curricular.

Além disso, foi identificado padrão de perfil profissional com expertise técnica, vinculado a entidades da sociedade civil, e que acumula experiências de gestão em contextos complexos e multiescalares (locais, estaduais e nacionais). Essa característica, destacada por Araújo (2022), Ball (2022) e Seemann (2022), sugere uma sobreposição entre competências técnicas e influência política, comum em redes de elaboração de políticas educacionais.

A Articuladora entre Etapas foi Olíres Marcondes do Espírito Santo, exercendo função proposta pelo ProBNCC (Brasil, 2019) e presente na rede do CBEMTC. Seu cargo consistiu em mediar a articulação entre a equipe de currículo do Ensino Médio e a equipe de currículo da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, além de atuar como ponte com as redes municipais relacionadas ao Ensino Médio, incluindo aquelas com escolas próprias ou em convênio com a rede estadual, para a (re)elaboração do novo currículo do Ensino Médio na UF. Além dessa função, Olíres Santo também exerceu a revisão de conteúdo e foi mencionada como integrante da Equipe SED/SC. Integrou ainda as equipes responsáveis pela construção do Currículo Base do Ensino Fundamental (Anos Iniciais e Finais).

Sua atuação na Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina reforça seu perfil técnico e de gestão, perfil semelhante ao de grande parte dos investigados no contexto de influência. Olíres, entretanto, apresenta experiência direta em exercícios de docência por longo tempo em Santa Catarina.

A Articuladora de Itinerários Formativos das Áreas do Conhecimento (Articuladora de IFAC) foi definida como Letícia Vieira. Já o Articulador de Itinerários Formativos da Educação Técnica e Profissional (Articulador de IFETP) foi Pierry Teza. Ambos cargos definidos pelo ProBNCC (Brasil, 2019), com função de articulação entre a equipe de currículo e outras entidades associadas aos itinerários formativos do Ensino Médio, como escolas, comunidades escolares, instituições de

ensino superior, instituições de ensino técnico, associações etc., para a (re)elaboração e implementação dos novos currículos em Santa Catarina.

Letícia Vieira atuou também como redatora e revisora dos conteúdos do texto Formação Geral Básica, relações que permitem inferir considerável influência dentro do contexto de produção do texto do Caderno 02. Como menciona em seu perfil na Plataforma Lattes³³, a Doutora em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), apresenta um longo trajeto acadêmico. Mestre em Educação e Graduada em Pedagogia pela UDESC, apresenta experiência em trabalhos de consultoria educacional.

O Articulador de IFETP, Pierry Teza, também atuou como redator do texto do Caderno 02 - Formação Geral Básica. Diferentemente de outros envolvidos na política, como consta em seu Currículo na Plataforma Lattes³⁴, Pierry possui uma trajetória vinculada ao Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) e consultoria em órgãos diversos, sem vinculações anteriores na Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina (SED/SC) até 2018, um ano antes da elaboração do Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense (CBEMTC).

Com formação em Administração e pós-graduações em Engenharia de Produção e Gestão do Conhecimento, Teza atuou em projetos de inovação, gerencialismo e eficiência na educação profissional, com experiência nas áreas de Inovação, Estratégia, Marketing, Gestão Educacional e Métodos de Pesquisa.

A nomeação para articulador de itinerários profissionais parece refletir tanto sua expertise em educação profissionalizantes e tecnológica quanto a estratégia de incorporar visões externas à rede estadual no processo curricular, representando uma instituição federal de ensino. Entretanto chama atenção sua participação como redator do Caderno 02 - Formação Geral Básica por contrastar com seu perfil predominantemente técnico profissionalizante.

Interessante notar como atores centrais na elaboração do Caderno 02, como Olires Santo, Letícia Vieira e Pierry Teza, também estiveram envolvidos em outras etapas-chave da política do Novo Ensino Médio em Santa Catarina. Entretanto, ao analisar o Grafo da Figura 2, é perceptível que a influência de muitos atores explorados nesta pesquisa, apesar das diversas articulações, é voltado para o

³³ Letícia Vieira (ID: 9001604724870592).

³⁴ Pierry Teza (ID: 1651345654499363).

contexto de produção de texto. Estas articulações que tangem diversas funções, não apenas reforçam o caráter interconectado da rede de elaboração do CBEMTC, mas também oferecem pistas sobre mecanismos de coerência, disputas e influência política por trás dos documentos políticos (Mainardes, 2006; Mainardes, 2018; Ball, 2022).

Embora este estudo foque nos autores do texto da Formação Geral, pode-se perceber na coleta de dados que suas trajetórias perpassam diferentes esferas da política curricular, desde a coordenação e redação de diretrizes, até a articulação com redes municipais e a implementação de ações práticas. Essas dinâmicas sugerem que, mesmo quando a análise foca em um único documento, os atores que os compõem refletem um ecossistema mais amplo, onde atores circulam entre funções, cargos e fases da política, do público ao privado, do local ao nacional. O CBEMTC, portanto, não é um produto isolado, mas um nó visível em uma rede menos explícita, porém ampla e decisiva, de governança de políticas curriculares.

Os Coordenadores das Áreas do Conhecimento tiveram um papel importante na produção do Caderno de Formação Geral Básica, assumindo diversas responsabilidades fundamentais para a elaboração do documento. Suas atribuições incluíam auxiliar e apoiar o Coordenador de Etapa do Ensino Médio na definição da estrutura dos documentos curriculares, além de atuar diretamente na elaboração da primeira versão dos materiais. Um aspecto crucial de seu trabalho era coordenar o trabalho dos Redatores Formadores durante todo o processo de regionalização do novo currículo.

O perfil dos Coordenadores da Área de Conhecimento expõem ligações com a SED/SC, como expõe o Grafo da Figura 2. Os atores políticos desse grupo possuem uma trajetória na Secretaria Estadual de Educação, ocupando cargos de docência, técnicos e de gestão, com formações alinhadas às Áreas de Conhecimento que coordenam, perfil definido pelo ProBNCC (Brasil, 2019). Como pode-se observar no Grafo da Figura 2, destaca-se neste grupo, Sirley Damian de Medeiros. Além de atuar como Coordenadora de Ciências da Natureza, exerceu função de revisora do conteúdo e integrou a Equipe SED, ocupando diferentes espaços dentro do contexto de produção do texto do Caderno de Formação Geral Básica.

Interessante que foi identificado um ator prestador de serviços que está isolado na rede, como observado no Grafo da Figura 2. O ator ocupante da função de Revisão Linguística, Joares A. Segalin, que apresenta um longo perfil de trabalhos em outros setores do governo estadual.

É importante destacar que, como analisa Mainardes (2006), todos esses atores estiveram inseridos em um processo marcado por disputas e negociações constantes durante a elaboração do Caderno 02. Diferentes grupos, a partir de seus lugares sociais e posicionamentos políticos distintos, atuaram nos múltiplos espaços de produção textual, imprimindo suas perspectivas e interesses na materialização final da política curricular. Conforme o autor, essa dinâmica revela como a representação textual de políticas educacionais nunca é neutra, mas sim produto de conflitos e acomodações entre os diversos agentes envolvidos no processo (Mainardes, 2006). Com a articulação de atores dentro dos contextos de influência e produção de texto como observado no Grafo da Figura 1, isolados ou ocupando ambos os contextos, como Mainardes (2006) discute, expõem uma relação simbiótica do contexto de influência, não de forma evidente ou simples, com o segundo contexto, o contexto da produção de texto, a depender das especificidades da elaboração de diferentes políticas. Há essa relação simbiótica estruturada por diferentes atores emaranhados em uma rede de influências, poder, interesses e contradições. A própria materialidade do documento curricular carrega, portanto, as marcas dessas tensões e consensos construídos ao longo de sua formulação (Martini; Silva; Dias, 2024; Voigt e Corrêa, 2024).

Uma característica relevante no texto do Caderno 02 é a presença de um grupo intitulado Equipe SED, mencionado anteriormente. Os atores mencionados estão associados à SED/SC como profissionais efetivos, com registros *online* muitas vezes breves e limitados. Grande parte da investigação desses indivíduos e suas relações com a SED/SC foram elucidados apenas pelo Portal da Transparência do Poder Executivo de Santa Catarina. Entretanto, mesmo com informações limitadas, especula-se que esses atores realizaram funções de apoio diversas para a elaboração do documento de Formação Geral Básica; ao analisar o Grafo da Figura 2 é perceptível a articulação em funções no contexto de produção de texto.

Ao observar o Grafo da Figura 2, é expressiva a presença deste grupo, porém não foi possível identificar qual fator foi determinante para integrá-lo, visto que outros

atores com funções técnicas na SED/SC não foram mencionados, a exemplo de Silvania de Queiroz Pfluck. O grupo apresentou muitos atores políticos com um perfil atrelado a trabalhos de gestão e docência em escolas estaduais, com longas trajetórias dentro da instituição.

Um grupo de grande importância é descrito no documento como Redatores, essencial para a elaboração do Caderno 02. Esse grupo apresentou um perfil de docentes ou técnicos com histórico de atividades em instituições educacionais. Observou-se que o grupo teve muitos atores isolados, como observado pelo Grafo na Figura 2; grande parte dos atores ocuparam unicamente essa função dentro da rede de relações da elaboração do Caderno 02 do CBEMTC. Quase todos os atores³⁵ da função de Redatores eram professores efetivos da SED/SC, possuindo cargos técnicos ou, em grande parte, de docência. Os Redatores apresentaram níveis diversos de formação acadêmica, abrangendo diversas áreas educacionais, com formações tanto nas esferas de conhecimento das áreas de conhecimento como também foco em gestão e administração.

Cabe mencionar que o estado de Santa Catarina, na elaboração de seu documento, abarcou diversos professores da rede municipal em seu processo, como afirma a Prof^a Dr^a Cássia Ferri em entrevista já mencionada (Voigt e Corrêa, 2024). Algo marcante no processo de elaboração do documento base para o ensino médio é que houve a participação de profissionais das redes municipais e estadual de educação. Como a Professora afirma, significa dizer que não foi uma construção de gabinete, elaborada isoladamente em altos contextos institucionais. A maioria dos estados contratou especialistas e fez com os seus especialistas, fossem consultores, fossem especialistas da rede. Santa Catarina manteve, mesmo com dificuldades e obstáculos, a tradição que vinha da Proposta Curricular, ou seja, elaborar os documentos com profissionais que atuam nas escolas das redes. Não eram grupos pequenos, com mais de 300 pessoas participando nos documentos do ensino médio. O processo tem essa marca, segundo a Professora, com todos os defeitos e as qualidades que possam ser atribuídos a tais documentos, eles tiveram a participação direta de representantes das escolas no processo de construção curricular catarinense. Quando se analisa o conjunto, é interessante observar essas divergências e considerar a legitimidade do processo, pois foi feito por pessoas

³⁵ Pierry Teza esteve vinculado ao IFSC.

reais, que atuam nas escolas e se posicionam diante de sua realidade e de seus alunos. Com suas contradições ou incômodos, o texto revela o que pensam os professores e outros atores da rede, pelo menos naquele momento (Voigt e Corrêa, 2024).

Nesse sentido, como concluem Paim e Gonçalves (2024) ao investigar os processos de regionalização dos currículos BNCC e CBTC em municípios catarinenses, é necessário garantir a continuidade da participação dos profissionais da educação, independente se atuam na educação básica ou superior, na elaboração das propostas curriculares das redes de ensino. São estes profissionais que atuam cotidianamente nos contextos educativos e, ainda, são aqueles que conhecem as singularidades e necessidades de um currículo para o atendimento de suas especificidades. Estes profissionais que garantem propostas curriculares que analisem e questionem os documentos curriculares nacionais que se configuram em um contexto de interesses econômicos, políticos e pelo viés do neoliberalismo (Paim e Gonçalves, 2024).

A análise da rede de relações da elaboração do Caderno 02 - Formação Geral Básica entre 2018 e 2021, exposta no Grafo da Figura 2, evidencia um processo marcado pela complexidade e contradições, típicas de políticas curriculares em contextos de reforma, neste estudo em foco no período de 2018 à 2021. Se, por um lado, a participação de centenas de profissionais da educação básica conferiu legitimidade ao documento, distanciando-o de uma mera “elaboração de gabinete”, por outro, a centralização das decisões em entidades da sociedade civil, como Consed e UNDIME/SC, e instituições governamentais como, SED/SC, além da adesão aos modelos do ProBNCC, podem ter limitado a autonomia de proposições críticas ou regionais, mantendo-se atrelado às bases neoliberais da reforma e alianças políticas presente no plano de fundo. Diante do exposto, pode-se inferir que há um processo de glocalização; há interação e influência das formas globais, formas de pensamento e ação transnacionais, com as consequências e especificidades locais, os diferentes elementos de suas contradições que se mesclam e difundem com as formas globais para a formulação de políticas (Ball, Mainardes, 2024; Lourenço, 2014).

Foi expressiva a atuação de atores com a sobreposição entre expertise técnica e influência política, ocupando altos e diversos cargos dentro da rede,

enquanto a marginalização relativa de instituições de ensino superior sugere um distanciamento entre o currículo oficial e as perspectivas acadêmicas. Por fim, as marcas dessas disputas em toda a rede política reforçam que políticas curriculares são artefatos políticos, reflexos do momento histórico que surgem, vide influência da Proposta Curricular de Santa Catarina, cuja materialização depende não apenas de diretrizes nacionais, mas das relações de poder e dos atores que as ocupam e se relacionam em contextos diversos (Mainardes, 2006; Ball, 2022). Assim, o caso catarinense demonstra que, mesmo em processos colaborativos e movimentos de resistência, a governança educacional tende a reproduzir assimetrias já consolidadas no campo das políticas educacionais em contextos locais, articulando uma grande rede e mobilizando muitos recursos para atingir seus objetivos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou identificar as redes de relações envolvidas na produção do texto do Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense (CBEMTC), com ênfase no Caderno 2 - Formação Geral Básica. Fundamentado nos aportes teóricos de Ball e colaboradores (Bowe; Ball; Gold, 1992; Ball, 2022; Avelar, Ball, 2023), foi adotada nesta pesquisa a Abordagem do Ciclo de Políticas e o método da Etnografia de Rede, que nos permitiram analisar não apenas os atores envolvidos, mas também as complexas dinâmicas de influência e articulação inseridas no contexto de influência e produção de texto que moldaram o documento curricular, conforme discutido por Mainardes (2006; 2018) em seus estudos sobre políticas educacionais. O estudo partiu de três objetivos específicos: identificar o envolvimento dos atores participantes, mapear suas relações e analisar a rede política à luz dos referenciais teórico-metodológicos escolhidos.

No que se refere ao primeiro objetivo específico, investigar o envolvimento de atores na produção do texto do CBEMTC, os dados revelaram uma rede, no período de 2018 à 2021, composta por 113 atores-chave, com predominância de gestores públicos (56% vinculados à SED/SC), seguidos por representantes de entidades educacionais governamentais ou civis, como UNDIME/SC, UNCME/SC, CEE/SC, FECAM e Consed, além de professores da rede estadual e consultores acadêmicos. Essa configuração corrobora os achados de Ball (2022) e Araújo e Ball (2024) sobre as políticas curriculares contemporâneas, marcadas por uma rede em governança onde há o envolvimento de atores estatais e não estatais que se articulam em diferentes níveis.

A estrutura da rede foi profundamente influenciada pelo Programa de Apoio à Implementação da BNCC (ProBNCC), implementada em 2018, que estabeleceu cargos, fluxos de financiamento e mecanismos de governança, orientando a atuação dos grupos de trabalho. Notou-se que o contexto de influência foi dominado por atores com cargos estratégicos em instituições públicas e entidades da sociedade civil, muitos deles vinculados a agendas nacionais e transnacionais, como o Movimento pela Base. Já o contexto de produção do texto contou com a participação de professores e técnicos da rede estadual, embora sua autonomia para proposições críticas ou regionais tenha sido limitada pelas diretrizes predefinidas,

além da presença de muitos atores com histórico significativo de atuação nas entidades que representavam na rede, com intensidade os indivíduos ligados à SED/SC.

Para atingir o segundo objetivo, mapear as relações entre os atores, foi elaborado, com base na Etnografia de Rede (Ball, 2022), o Grafo da Rede de Relações na Elaboração do Caderno 02 - Formação Geral Básica do CBEMTC, representado na Figura 2. Com base no Grafo foi possível identificar três níveis principais de articulação. O núcleo estratégico, formado por SED/SC, UNDIME/SC, CEE/SC e Consed que concentraram as decisões macro sobre o currículo. O nível técnico-operacional, o qual reunia coordenadores de área, redatores e consultores responsáveis pela materialização textual das diretrizes, com presença expressiva de gestores, técnicos e professores da rede de ensino pública estadual. Foi observada a atuação das universidades e instituições de ensino superior, principalmente como consultores, sem grande influência nas decisões centrais, tomando posição marginalizada na rede identificada. Apesar disso, alguns acadêmicos, como a Prof^a Dr^a Cássia Ferri, tiveram papel destacado na revisão e consultoria do documento, trazendo necessárias perspectivas acadêmicas ao debate curricular. Além disso, foi identificado um fluxo constante de atores entre cargos e funções, o que, por um lado, demonstra a dinâmica das redes políticas, mas, por outro, gerou descontinuidades e contradições no texto final, como demarcaram Martini, Silva e Dias (2024). À exemplo, foi identificada a limitação da atuação de modalidades como Educação do Campo e Educação Indígena, por retificações no Edital SED nº 284 de 2020. Essa hierarquia revela os limites da participação na reforma curricular, conforme apontado por Paim e Gonçalves (2024).

No terceiro objetivo, analisar a rede política à luz da Etnografia de Rede e do Ciclo de Políticas, os resultados demonstraram que a produção do CBEMTC foi um processo glocal, onde diretrizes nacionais e transnacionais foram reinterpretadas no contexto catarinense. Foram identificados ligações com o fluxos transnacionais, com influência de organizações ligadas à como a Fundação Lemann, como o Programa Embaixadores da BNCC, atuando como vetores de políticas que conectam agendas globais aos territórios estaduais, conforme observado e discutido por Araújo (2022). Simultaneamente, foram observados processos de recontextualização local, com a incorporação de elementos da Proposta Curricular de Santa Catarina ao CBEMTC,

demonstrando os processos de glocalização de políticas (Martini; Silva; Dias, 2024; Voigt e Corrêa, 2024).

Entretanto, este trabalho não esgota as possibilidades de análise sobre o tema, pelo contrário, expande o escopo de pesquisas. Futuros estudos poderiam aprofundar os outros Cadernos e o perfil dos professores-redatores, investigando como suas concepções pedagógicas influenciaram os textos. Também seria relevante explorar as razões por trás das mudanças na composição da rede ao longo do processo, bem como analisar a implementação do CBEMTC nas escolas, verificando como os docentes interpretam e ressignificam o documento em sua prática. Além disso, estudos comparativos com outros estados poderiam identificar padrões nas redes de elaboração curricular, contribuindo para uma compreensão mais ampla das políticas educacionais no Brasil em seus contextos locais.

Esta pesquisa reforça a importância de estudos sobre políticas curriculares, especialmente em contextos locais de reformas educacionais, marcadas por disputas entre projetos antagônicos de sociedade. A Etnografia de Rede mostrou-se uma ferramenta valiosa para desvendar essas dinâmicas, revelando não apenas "quem" produz os currículos, mas "como" essas produções refletem jogos de influência e contradições do campo educacional. É importante destacar que a pesquisa enfrentou limitações significativas no acesso aos documentos e registros oficiais. Muitos materiais estavam indisponíveis; links quebrados, arquivos offline ou a ausência de registros desse processo, o que deixou lacunas importantes na reconstituição completa do processo. Essas falhas documentais dificultaram uma compreensão mais ampla da rede de elaboração do currículo. No entanto, essas mesmas lacunas abrem caminho para pesquisas futuras, que poderiam utilizar entrevistas com os participantes diretos como forma de preencher essas brechas.

O documento estadual para o ensino médio apresentou durante sua construção um processo muito conflituoso, contraditório, permeado de influências locais, nacionais e transnacionais, configurando um rompimento com os movimentos curriculares catarinenses anteriores. Embora os formuladores do CBEMTC tenham tentado incorporar elementos da Proposta Curricular de Santa Catarina, a reprodução das competências e habilidades da BNCC no documento estadual manteve a mesma lógica centralizadora do modelo nacional. Essa adoção acrítica não apenas restringiu a autonomia dos profissionais das redes de ensino, mas

também impôs uma formação alinhada a interesses neoliberais, em detrimento de uma educação crítica e emancipadora (Voigt e Corrêa, 2024; Thiesen, 2021b).

Dessa forma, conclui-se que o CBEMTC se configura como um artefato político produzido em meio a tensões entre projetos nacionais, interesses locais e disputas por hegemonia no campo educacional. O caso catarinense ilustra com nitidez como as políticas educacionais são, fundamentalmente, relações de poder que continuam a moldar os rumos da educação e sociedade brasileira. Esta pesquisa, ao articular a Etnografia de Rede com o Ciclo de Políticas, não apenas explorou contextos locais, mas também buscou abrir novas possibilidades para se compreender os complexos processos de elaboração curricular em contextos de reforma educacional.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Hellen Gregol. **A nova filantropia e a Base Nacional Comum Curricular: a política investigada por redes**. 2022. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022. Orientadora: Alice Ribeiro Casimiro Lopes. Disponível em: <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/handle/1/18131#preview-link0>. Acesso em: 18 jun. 2024.
- ARAÚJO, Hellen Gregol; LOPES, Alice Casimiro. **Redes políticas de currículo: a atuação da Fundação Getúlio Vargas**. Praxis Educativa, v. 16, 2021, p. 1–18. DOI: <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.16.18297.067>.
- ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIA (ABC). **Universidades públicas respondem por mais de 95% da produção científica do Brasil**. 2019. Disponível em: <https://www.abc.org.br/2019/04/15/universidades-publicas-respondem-por-mais-de-95-da-producao-cientifica-do-brasil/>. Acesso em: 20 de jan. de 2025.
- AVELAR, Marina; BALL, Stephen J. **Network ethnography: shifting perspectives and approaches to make sense of education governance**. Práxis Educativa, v. 18, p. 1–14, 1 jan. 2023.
- AVELAR, Marina; BALL, Stephen J. **Mapping new philanthropy and the heterarchical state: The Mobilization for the National Learning Standards in Brazil**. International Journal of Educational Development, v. 64, p. 65–73, 2019. doi:10.1016/j.ijedudev.2017.09.007
- AVELAR, Marina. **Entrevista com Stephen J. Ball: Uma análise de sua contribuição para a pesquisa em política educacional**. Archivos Analíticos de Políticas Educativas, 24(29), 2016. doi: <http://dx.doi.org/10.14507/epaa.24.2368>
- BALL, Stephen J. **Educação global S.A.: novas redes políticas e o imaginário neoliberal**. Trad. Janete Bridon. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2022.
- BALL, Stephen. J. **Education reform: a critical and post-structural approach**. Buckingham: Open University Press, 1994.
- BALL, Stephen J.; BOWE, Richard. **Subject departments and the 'implementation' of National Curriculum policy: an overview of the issues**. Journal of Curriculum Studies, v. 24, n. 2, p. 97-115, 1992.
- BALL, Stephen J.; MAINARDES, Jefferson (Org.). **Pesquisa em políticas educacionais: debates contemporâneos**. São Paulo: Cortez Editora, 2024.
- BALL, Stephen J.; MAINARDES, Jefferson (Ed.). **Políticas educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez Editora, 2011.
- BARBOSA, Odéssa Sousa; FIGUEIRÊDO, Arthane Menezes. **Neoliberalismo e as reformas curriculares no Brasil: implicações para a construção da BNCC do Ensino Médio**. Olhar de professor, v. 26, p. 1-20, 2023.

BARBOSA, Everton Koloche Mendes; FRANCISCO, Marcos Vinicius. **A Base Nacional Comum Curricular e o “novo” Ensino Médio (Lei n. 13.415/2017) no contexto internacional das reformas educacionais:** La Base Curricular Común Nacional y la “nueva” Escuela Secundaria (Ley n. 13.415/2017) en el contexto internacional de las reformas educativas . Revista Cocar, [S. l.], v. 21, n. 39, 2024. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/7099>. Acesso em: 26 abr. 2025.

BOWE, Richard; BALL, Stephen J.; GOLD, Anne. **Reforming education & changing schools: case studies in Policy Sociology.** London: Routledge, 1992.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024:** Linha de Base. – Brasília, DF : Inep, 2015.

BRASIL. Lei nº 13.415/2017. **Reforma do Ensino Médio.** Diário Oficial da União, 2017a.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC).** Brasília: MEC, 2017b.

BRASIL. Ministério da Educação. **Documento Orientador do ProBNCC 2019.** Secretaria de Educação Básica, 2019. p. 48.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 3, de 21 de novembro de 2018.** Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 22 nov. 2018a.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução nº 4, de 17 de dezembro de 2018.** Institui a Base Nacional Comum Curricular na Etapa do Ensino Médio (BNCC-EM), como etapa final da Educação Básica. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 18 dez. 2018b.

BRASIL. Ministério da Educação. **Comitê de Implementação.** Portal MEC, 2018c. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/comite-de-implementacao>. Acesso em: 01 de abr. de 2025.

CCE/SC. Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina. **Atribuições do Conselho Estadual de Educação.** Florianópolis, 2025a. Disponível em: <https://www.cee.sc.gov.br/index.php/atribuicoes>. Acesso em: 20 de abr. de 2025.

CEE/SC. Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina. **Conselho Estadual de Santa Catarina (CEE/SC): 60 Anos de História.** Org.: Ana Cláudia Collaço de Mello – Florianópolis. Maio de 2020. Disponível em: <https://www.cee.sc.gov.br/index.php/historico>. Acesso em: 20 de abr. de 2025.

CEE/SC. Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina. **Currículo Base do Território Catarinense.** 2025b. Disponível em: <https://www.cee.sc.gov.br/index.php/curriculo-base-do-territorio-catarinense>. Acesso em: 20 de abr. de 2025.

CELLARD, André. **A análise documental**. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-316.

CHAVES, Priscila Monteiro; EVANGELISTA, Olinda. **Embaixadores da BNCC: o capital educador renomeia seus prepostos**. Contrapoder, 25 jun. 2021. Disponível em: <https://contrapoder.net/colunas/embaixadores-da-bncc/>. Acesso em: 10 abr. 2025.

CONSED. Conselho Nacional de Secretários de Educação. **Sobre o CONSED**. Brasília: CONSED, 2025. Disponível em: <https://www.consed.org.br/conteudos/sobre-o-consed>. Acesso em: 12 de abr. de 2025.

DA ROSA, Luciane Oliveira; FERREIRA, Valéria Silva. **A rede do movimento pela base e sua influência na Base Nacional Comum Curricular Brasileira**. Teoria e Prática da Educação, v. 21, n. 2, p. 115-130, 2018. DOI: <https://doi.org/10.4025/tpe.v21i2.45391>.

DA ROSA, Luciane Oliveira; FERREIRA, Valéria Silva; SILVA, Sandra Cristina Vanzuita da. **Elaboração e análise de redes de política**. Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa, [S. l.], v. 5, p. 1–12, 2020.

DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

DIÓGENES, Elione Maria Nogueira; SILVA, Vanessa Maria Costa Bezerra. **Neoliberalismo e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC): aproximações contextuais**. Revista Plurais – Virtual, Anápolis - GO, v. 10, n. 3, p. 350-366, set./dez.

ESQUINSANI, Rosimar Serena Siqueira; SOBRINHO, Sidinei Cruz. **O retrocesso da reforma do ensino médio, a BNCC, o neoliberalismo educacional e a marginalização dos Institutos Federais-IFs**. Revista Inter-Ação, v. 45, n. 1, p. 151-168, 2020.

ESTORMOVSKI, Renata Cecília. **Antigos atores, novas propostas: o IAS como protagonista na promoção das competências socioemocionais na Educação Básica brasileira**. Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa, [S. l.], v. 8, p. 1–14, 2023. DOI: 10.5212/retepe.v.8.21621.007. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/retepe/article/view/21621>. Acesso em: 20 set. 2023.

EVANGELISTA, Olinda. **Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional**. In: ARAÚJO, Roberta M. L.; RODRIGUES, Daniel S. (Orgs.). **A pesquisa em trabalho, educação e políticas educacionais**. 1 ed. Campinas, SP: Alínea, 2012. v. 1, p. 52-71.

EVANGELISTA, Olinda; SHIROMA, Eneida Otto. **Subsídios teórico-metodológicos para o trabalho com documentos de política educacional: contribuições do marxismo**. In: CÊA, Georgia; RUMMERT, Sonia Maria; GONÇALVES, Leonardo

(Orgs.). **Trabalho e educação: interlocuções marxistas**. Rio Grande: Ed. da FURG, 2019.

FARIA, Geniana Guimarães. **Conselho Nacional de Secretários de Educação - CONSED**. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Adriana Cancelli; VIEIRA, Livia Fraga (Org.). **Dicionário: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. 1 CD-ROM. Disponível em: <https://gestrado.net.br/conselho-nacional-de-secretarios-de-educacao-consed/>. Acesso em: 27 de abr. de 2025.

FÁVERO, Altair Alberto; CENTENARO, Junior Bufon. **A pesquisa documental nas investigações de políticas educacionais: potencialidades e limites**. Revista Contrapontos, v. 19, n. 1, p. 170-184, ago. 2019. DOI: 10.14210/contrapontos.v19n1.p170-184.

FECAM. Federação Catarinense de Municípios. **História FECAM**. 2021. Disponível em: <https://www.fecam.org.br/conheca-a-instituicao/historia-fecam/>. Acesso em: 20 de abr. de 2025.

FERRETI, Celso João; SILVA, Monica Ribeiro da. **Reforma do ensino médio no contexto da medida provisória nº 746/2016: estado, currículo e disputas por hegemonia**. Educação & Sociedade, v. 38, p. 385-404, 2017.

FUNDAÇÃO LEMANN. **Quem somos**. São Paulo: Fundação Lemann, 2025. Disponível em: <https://fundacaolemann.org.br/institucional/quem-somos/>. Acesso em: 15 de maio de 2025.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). **Métodos de pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 120p. 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODIM, Fernanda de Souza; JOHANN, Rafaela Cristina. **Neoliberalismo e universidade pública: reflexões acerca da desvalorização do ensino superior público**. Revista Aurora, Marília, SP, v. 14, n. 1, p. 85–100, 2021. DOI: 10.36311/1982-8004.2021.v14n1.p85-100. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/aurora/article/view/11829..> Acesso em: 20 abr. 2025.

GOVERNO DE SANTA CATARINA. **Secretaria de Estado da Educação**. Florianópolis, 2024. Disponível em: <https://www.sc.gov.br/orgaos/secretaria-de-estado-da-educacao>. Acesso em: 21 abr. 2025.

HATCHER, Richard; TROYNA, Barry. **The “policy cycle”: a Ball by Ball account**. Journal of Education Policy, London, v. 9, n. 2, p. 155-170, 1994. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/0268093940090204>. Acesso em 20. de ago. de 2024.

HENRY, Miriam. **What is policy?** A response to Stephen Ball. Discourse, London, v. 14, n. 1, p. 102-105, 1993. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/0159630930140110>. Acesso em 20 de ago, de 2024.

IWASSE, Lilian Fávaro Alegrância; ARAUJO, Renan Bandeirante; RIBEIRO, Amanda Cristina. **Reformas da educação e trabalho no Brasil:** um breve histórico do ensino em migalhas. Cadernos de História da Educação, v. 20, p. 1-21, 2021.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa:** o neoliberalismo em ataque ao ensino público. Tradução de Maria Luiza M. de Carvalho e Silva. Londrina: Editora Planta, 2004. xxi, 324 p.; 22 cm. Título original: L'école n'est pas une entreprise: le néo-libéralisme à l'assaut de l'enseignement public. Paris: Éditions La Découverte, 2003. Inclui bibliografia. ISBN 85-902002-4-8.

LINGARD, Bob. **Review essay:** educational policy making in a postmodern state. On Stephen J. Ball's education reform: a critical and poststructural approach. The Australian Educational Researcher, Victoria, v. 23, n. 1, p. 65-91, 1996.

LOURENÇO, Nelson. **Globalização e glocalização:** O difícil diálogo entre o local e o global. Mulemba: Revista Angolana de Ciências Sociais, v. 8, n. 4, 2014. Disponível em: <https://journals.openedition.org/mulemba/203>. Acesso em: 20 de mar. de 2024.

MACEDO, Andressa Garcia de. **Políticas curriculares para a educação básica e a participação do 'terceiro setor':** atuação do movimento pela base nacional comum e redes políticas (2013-2018). Orientadora: Prof.^a Dr.^a Jani Alves da Silva Moreira. Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Eunice França Volsi. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11225046#. Acesso em: 09 set. 2023.

MACEDO, Elizabeth. **Políticas curriculares globais e locais.** In: BALL, Stephen J.; MAINARDES, Jefferson (Org.). Pesquisa em políticas educacionais: debates contemporâneos. São Paulo: Cortez Editora, 2024. p. 81-113.

MAINARDES, Jefferson. **A abordagem do ciclo de políticas: explorando alguns desafios da sua utilização no campo da Política Educacional.** Jornal de Políticas Educacionais, v. 12, n. 16, ago. 2018. DOI: <http://10.5380/jpe.v12i0.59217>

MAINARDES, Jefferson. **ABORDAGEM DO CICLO DE POLÍTICAS: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA A ANÁLISE DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS.** Educação e Sociedade, Campinas, v. 27, n. 94, 2006, p. 47-69.

MAINARDES, Jefferson (Trad. Bridon, Janete). **Entrevista com o Professor Stephen J. Ball.** Olh@ares, Guarulhos, v. 3, n. 2, p. 161-171, nov. 2015.

MAINARDES, Jefferson; MARCONDES, Maria Inês. **Entrevista com Stephen J. Ball:** um diálogo sobre justiça social, pesquisa e política educacional. **Educação & Sociedade**, v. 30, p. 303-318, 2009.

MARSIGLIA, Ana Carolina Galvão; PINA, Leonardo Docena; MACHADO, Vinícius de Oliveira; LIMA, Marcelo. **A base nacional comum curricular: Um novo episódio de esvaziamento da escola no Brasil.** *Geminal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 9, n. 1, p. 107-121, abr. 2017. ISSN: 2175-5604.

MARTINI, Tatiane Aparecida; SILVA, Filomena Lucia Gossler Rodrigues; DIAS, Alessandra Vidal. **Contexto e redes de influência na produção do texto do currículo base do Ensino Médio do território catarinense.** *Revista Ponto de Vista*, v. 13, n. 2, p. 01-18, 2024.

MARTINS, Eliezer Alves; FERREIRA, Maira. **Políticas de currículo e as parcerias público-privadas: o movimento pela BNCC e os efeitos para o ensino de Ciências/Química.** *Revista Insignare Scientia - RIS*, v. 5, n. 2, junho de 2022, p. 183–203. DOI: <https://doi.org/10.36661/2595-4520.2022v5n2.12997>.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. **Metodologia qualitativa de pesquisa.** *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 289–300, ago. 2004. DOI: 10.1590/S1517-97022004000200007.

MOREIRA, Antonio Flávio; SILVA, Tomaz Tadeu da. **Currículo, Cultura e Sociedade.** In: CORTEZ, A. (Ed.). **Currículo, Cultura e Sociedade**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 37.

MOVIMENTO PELA BASE. **Conheça os embaixadores da BNCC.** 2021a. Disponível em: <https://observatorio.movimentopelabase.org.br/conheca-os-embaixadores-da-bncc/>. Acesso em: 30 mar. 2025.

MOVIMENTO PELA BASE. **O Programa de Apoio à Implementação da BNCC (ProBNCC).** Observatório da Implementação da BNCC e do Novo Ensino Médio. 2020. Disponível em: <https://observatorio.movimentopelabase.org.br/o-programa-de-apoio-a-implementacao-da-bncc-probncc/>. Acesso em: 10 nov. 2023.

MOVIMENTO PELA BASE. **Regime de colaboração no estado de Santa Catarina para construção dos currículos.** Observatório da Implementação da BNCC e do Novo Ensino Médio, 2021b. Disponível em: <https://observatorio.movimentopelabase.org.br/regime-de-colaboracao-no-estado-de-santa-catarina-para-construcao-dos-curriculos/>. Acesso em: 25 fev. 2025.

NOGUEIRA, Mariana Brito Horta; LOLE, Ana; CARRARA, Virgínia Alves. **Banco Mundial e a Teoria do Capital Humano: educação e conhecimento para o capital.** *Serviço Social & Sociedade*, v. 147, n. 3, p. e-6628389, 2024.

NOVAES, Thaís Andrea Furigo. **Relações público-privadas na (e a partir da) educação do estado de São Paulo: contribuições metodológicas.** Orientador: Prof. Dr. Fernando Luiz Cássio Silva. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do ABC, 2023. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=137498331. Acesso em: 12 set. 2023.

OECD. Organisation for Economic Co-operation and Development. **Who we are**. Paris, 2025. Disponível em: <https://www.oecd.org/en/about.html>. Acesso em: 13 de maio de 2025.

O GLOBO. **Rompido com Bolsonaro, governador de Santa Catarina articula em Brasília e tenta se salvar de impeachment**. Rio de Janeiro, 1 set. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/rompido-com-bolsonaro-governador-de-santa-catarina-articula-em-brasilia-tenta-se-salvar-de-impeachment-1-24616737>. Acesso em: 25 out. 2023.

OLIVEIRA, Nucia Alexandra Silva de; ROSA, Helena Alpini; SILVA, Denize Aparecida da. **A História no Currículo Base do Território Catarinense**. Fronteiras: Revista Catarinense de História, v. 34, p. 196-212, 2019. Universidade Federal da Fronteira Sul. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=672071495013>. Acesso em: 1 jun. 2024.

OLIVEIRA, Ozerina Victor de; DESTRO, Denise de Souza. **Política curricular como política cultural**: uma abordagem metodológica de pesquisa. Revista Brasileira de Educação, n. 28, 2005, p. 140–150.

PAIM, Marilane Maria Wolff; GONÇALVES, Danielle Ferreira. **A BNCC E O CURRÍCULO BASE DO TERRITÓRIO CATARINENSE**: desafios de um currículo específico para a educação infantil. Revista Espaço do Currículo, v. 16, n. 1, p. 1-15, 2023. ISSN21772886. DOI: <https://doi.org/10.15687/rec.v16i1.65544>

PITZ, Iago Weber. **A atuação de docentes de Ciências da Natureza dos Anos Finais do Ensino Fundamental nos processos curriculares no contexto da Rede Municipal de Ensino de São José, Santa Catarina**. 2021. 76 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências da Natureza) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021. Orientadora: Graziella Souza dos Santos.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. **As pesquisas denominadas do tipo “Estado da Arte”**. Diálogos Educacionais, v. 6, n. 6, 2006, p. 37–50.

SACRISTÁN, José Gimeno. **O Currículo**: uma reflexão sobre a prática. Tradução: Ernani F. da Fonseca Rosa. Porto Alegre: Penso, 3 ed. 2017, 352 p.

SANTA CATARINA. **Ciclo de Seminários para Elaboração do Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense**. Secretaria de Estado da Educação, 2020a. Disponível em: <https://www2.sed.sc.gov.br/professores-e-gestores/30576-ciclo-de-seminarios-para-e-laboracao-do-curriculo-base-do-ensino-medio-do-territorio-catarinense>. Acesso em: 01 de abr. de 2025.

SANTA CATARINA. **Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense**. Florianópolis, SC: Governo do Estado, Secretaria de Estado da Educação, 2019a. Disponível em: <http://www.cee.sc.gov.br/index.php/curriculo-base-do-territorio-catarinense>. Acesso em: 15 ago. 2024.

SANTA CATARINA. **Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense**. Florianópolis, SC: Governo do Estado, Secretaria do Estado da Educação, 2020b. Disponível em: <http://www.cee.sc.gov.br/index.php/curriculo-base-do-territorio-catarinense>. Acesso em: 10 jun. 2024.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Currículo base do ensino médio do território catarinense**: Caderno 01 – disposições gerais. Florianópolis, SC: Governo do Estado, Secretaria do Estado da Educação. Gráfica Coan, 2021a. 120 p. : il.

SANTA CATARINA. **Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense**: Caderno 02 - Formação Geral Básica. Florianópolis, SC: Governo do Estado, Secretaria do Estado da Educação, 2021b. Disponível em: <http://www.cee.sc.gov.br/index.php/curriculo-base-do-territorio-catarinense>. Acesso em: 10 jun. 2024.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Galeria de ex-secretários**. Disponível em: <https://www.sed.sc.gov.br/galeria-de-ex-secretarios/>. Acesso em: 3 abr. 2025.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Proposta Curricular de SC - 2014**. Florianópolis: SED/SC, 2014. Disponível em: <https://www.sed.sc.gov.br/professores-e-gestores/proposta-curricular-de-sc-2014/>. Acesso em: 20 abr. 2025.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Novo Ensino Médio**. Florianópolis: SED/SC, 2024. Disponível em: <https://www.sed.sc.gov.br/etapas-e-modalidades-de-ensino/novo-ensino-medio/>. Acesso em: 26 de abr. 2025.

SANTA CATARINA. **Parecer 040/CEE/2021, aprovado em 09 de março de 2021**. Florianópolis: Conselho Estadual de Educação - CEE, 2021c.

SANTA CATARINA. **Resolução CEE/SC nº 004, de 09 de março de 2021**. Institui e orienta a implantação do Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense no âmbito do Sistema Estadual de Educação. Florianópolis: Conselho Estadual de Educação-CEE, 2021d.

SANTA CATARINA. **Resolução CEE/SC nº 070, de 17 de junho de 2019**. Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense e normatiza a adequação à Base Nacional Comum Curricular dos currículos e propostas pedagógicas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental no âmbito do Sistema Estadual de Educação de Santa Catarina. Florianópolis: Conselho Estadual de Educação-CEE, 2019b.

SANTA CATARINA. **1ª Convocação de Suplentes – Processo Seletivo Simplificado do Edital SED/SC nº 284/2020**. Secretaria de Estado da Educação, Florianópolis, 15 jun. 2020d. Documento eletrônico assinado digitalmente por Maria Tereza Paulo Hermes Cobra mediante Sistema de Gestão de Processos Eletrônicos (SGP-e), conforme Decreto Estadual nº 39, de 21 de fevereiro de 2019. Processo

SED 00011188/2020. Código de verificação: S9H41AG4. Disponível em: <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo>. Acesso em: 01 de abr. de 2025.

SEEMANN, Vânio Cesar. **O papel político e intelectual da UNDIME-SC na formação de dirigentes municipais de educação catarinenses**. Orientadora: Prof.^a Dr.^a Geovana Mendonça Lunardi Mendes. 2022. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Estado de Santa Catarina, 2022. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13217700#. Acesso em: 13 out. 2023.

SILVA, Mônica Ribeiro da. **A BNCC da reforma do ensino médio: o resgate de um empoeirado discurso**. Educação em Revista, v. 34, p. e214130, 2018.

SILVA, Radimara Bomfim Ramos da. **A rede de governança do Conselho Estadual de Educação da Bahia: os agentes políticos e atuações na construção das diretrizes de implementação da Base Nacional Comum Curricular**. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências da Educação, Arte e Letras, Universidade Regional de Blumenau, Ipiranga, 2022. Orientadora: Profa. Dra. Cássia Ferri.

SILVA, Tiago Cortinaz da. **A construção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o Ensino Fundamental e sua relação com os conhecimentos escolares**. 2019. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Orientador: Luis Armando Gandin.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SILVA, Simone Gonçalves da; LIMA, Iana Gomes; SILVA, Maria Eloísa da. **Redes de influência em políticas educacionais: o avanço neoconservador e neoliberal em cena**. Teoria e Prática da Educação, v. 22, n. 3, p. 137–154, nov. 2019. DOI: <https://doi.org/10.4025/tpe.v22i3.46255>.

SOARES, Fabiana Perogato. **A influência do Banco Mundial e da OCDE na educação básica no Brasil e no ensino de geografia**. Geografia Ensino & Pesquisa, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul - UFMS, v. 24, p. e15, 2020. DOI: 10.5902/2236499441843. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/41843>. Acesso em: 19 jul. 2024.

SOUZA NETO, Alaim, **ENSINO MÉDIO EM DISPUTA: TENSÕES ENGENDRADAS EM TORNO DO CURRÍCULO**. Revista e-curriculum, v. 17, n. e-ISSN: 1809-3876, 2019.

TAVEIRA, Marcio Taceli. **Capital humano, trabalho e P&D no Brasil: Análise de uma rede complexa: 2006-2016**. Universidade Federal de Pelotas, 2019.

THIESEN, Juares da Silva; DURLI, Zenilde. **Organismos Internacionais: outros sentidos para aprendizagens essenciais e conhecimento escolar**. Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional, v. 16, n. 42, p. 15–34, 2021.

THIESEN, Juarez da Silva. **Currículo base do território catarinense para o ensino médio**: algumas notas sobre o parecer 040/2021/CEE-SC. OEMESC Editorial, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, jun. 2021a. Disponível em: <https://www.udesc.br/ensinomedioemsc/editorialmensal>. Acesso em: 2 jun. 2024.

THIESEN, Juarez da Silva. **POLÍTICAS CURRICULARES DE EDUCAÇÃO BÁSICA**: recontextualização da BNCC no território de Santa Catarina. Revista Espaço do Currículo, [S. l.], v. 14, n. 1, p. 1–9, 2021b. DOI: 10.22478/ufpb.1983-1579.2021v14n1.56496. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/56496>. Acesso em: 15 maio. 2025.

UNCME. UNIÃO NACIONAL DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO. **Estatuto**. Ilhéus, BA: UNCME, 2017. 11 p.

UNCME/SC. UNIÃO NACIONAL DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA. **Apresentação**. Florianópolis: UNCME-SC, 2025a. Disponível em: <https://uncmesc.com.br/apresentacao/>. Acesso em: 16 de abr. de 2025.

UNDIME/SC. UNIÃO DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA. **Comitê vai trabalhar pela implementação da Base Nacional Comum Curricular**. Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://undime-sc.org.br/noticias/comite-vai-trabalhar-pela-implementacao-da-base-nacional-comum-curricular/>. Acesso em: 25 de abr. 2025.

UNDIME/SC. UNIÃO DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA. **Quem somos**. Florianópolis, 2025. Disponível em: <https://undime-sc.org.br/a-undime/quem-somos/>. Acesso em: 24 abr. 2025.

VASCONCELOS, Carolina de Moura; MAGALHAES, Carlos Henrique Ferreira e MARTINELLI, Telma Adriana Pacifico. **A INFLUÊNCIA NEOLIBERAL NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS BRASILEIRAS: UM OLHAR SOBRE A BNCC**. Eccos Rev. Cient. [online]. 2021, n.58 [citado 2025-04-20], e10726. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-92782021000300100&lng=pt&nrm=iso>. Epub 06-Fev-2024. ISSN 1983-9278. <https://doi.org/10.5585/eccos.n58.10726>.

VIANA, Nildo. **Breve história do neoliberalismo**. Revista Enfrentamento, v. 3, n. 05, 2008.

VIDOVICH, Lesley. **Expanding the toolbox for policy analysis**: some conceptual and practical approaches. Hong Kong: Comparative Education Policy Research Unit, University of Hong Kong, 2002.

VILLANI, Marialuisa; OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Avaliação Nacional e Internacional no Brasil**: os vínculos entre o PISA e o IDEB. Educação & Realidade, v. 43, p. 1343-1362, 2018.

VOIGT, Jane Mery Richter; CORRÊA, Shirlei de Souza. **Processo de construção do documento curricular do Novo Ensino Médio em Santa Catarina**: entrevista

com Cássia Ferri. In: PESCE, Marly Krüger de et al. (org.). Novo Ensino Médio em Santa Catarina: itinerários formativos e (des)conexões com o desenvolvimento regional. Joinville, SC: Ed. Univille, 2024. p. 33-48.

WORLD BANK. **Who we are**. Washington, DC: World Bank Group, 2025. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/who-we-are>. Acesso em: 14 de maio de 2025.

APÊNDICE A - ATORES POLÍTICOS IDENTIFICADOS NA REDE POLÍTICA DE ELABORAÇÃO DO CADERNO 02 - FORMAÇÃO GERAL BÁSICA DO CBEMTC.

Ator Político	Formação	Origem	Data de Acesso
Ademir Dietrich	Especialização em Administração e Supervisão Escolar.	SED/SC	11/02/2025
Adriamar Bez Batti Conteratto	Mestrado em Linguística.	SED/SC	06/02/2025
Alex Cleidir Tardetti	Especialização em Conversation e Letras Inglesas.	UNDIME/SC	14/02/2025
Aline Cassol Daga Cavalheiro	Doutorado em Linguística.	UFFS	25/02/2025
Ana Martina Baron Engerhoff	Mestrado em Sociologia Política.	UFSC	25/02/2025
Anderson Luiz Tedesco	Doutorado em Filosofia.	Unochapecó	25/02/2025
André Fabiano Bertozzo	Mestrado em Estudos Linguísticos.	SED/SC	29/02/2025
Andréa Daux Boabaid	Especialização em Gestão Educacional.	CEE/SC	03/02/2025
Angelisa Benetti Clebsch	Doutorado em Educação Científica e Tecnológica.	IFC	26/02/2025
Anilore Fátima dos Santos	Especialização em Fisiologia do Exercício e Treinamento Desportivo.	SED/SC	11/02/2025
Arleide Rosa da Silva	Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento.	FURB	26/02/2025
Avani Estip Fernandes	Não Identificado.	SED/SC	22/03/2025
Beatriz Fátima Naue	Não Identificado.	SED/SC	29/02/2025
Beatriz Verges Fleck	Mestrado em Educação e Cultura	SED/SC	29/02/2025
Blaise Keniel da Cruz Duarte	Doutorado em Educação	FURB	26/02/2025
Cali Ferri	Especialização em Políticas Públicas.	SED/SC	26/02/2025
Camila de Oliveira Galvagni	Graduação em Administração.	SED/SC	29/02/2025
Carla Carvalho	Doutorado em Educação.	FURB	26/02/2025
Carla Cristina Pessotto	Mestrado em Literatura.	SED/SC	28/01/2025
Carla Silvanira Bohn	Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento.	SED/SC; Consed	20/02/2025
Carlos Moisés da Silva	Graduação em Direito.	Governo de Santa Catarina	26/02/2025

Cássia Ferri	Doutorado em Educação	FURB	03/02/2025
Cesar Cancian Dalla Rosa	Especialização em Políticas Públicas.	SED/SC	24/02/2025
Cirlei Marieta de Sena Corrêa	Doutorado em Educação Científica e Tecnológica.	Univali	26/02/2025
Cláudia Elise Mees dos Santos	Não identificado	SED/SC	05/03/2025
Cláudia Siviane Favero	Especialização em Psicopedagogia	UNDIME/SC	12/03/2025
Claudio Luiz Orço	Doutorado em Educação	UNCME/SC	25/01/2025
Cleusa Matiola Petrovci	Não Identificado.	SED/SC	05/03/2025
Clenilton Carlos Pereira	Graduação em Marketing.	FECAM	15/02/2025
Daniela Cristina Reinehr	Graduação em Direito.	Governo de Santa Catarina	12/03/2025
Darli de Amorim Zunino	Mestrado em Educação.	UNCME/SC; Governo de Santa Catarina	04/02/2025
Eduardo Dechamps	Doutorado em Engenharia Elétrica.	SED/SC	12/03/2025
Ediséia Suethe Faust Hobold	Mestrado em Educação.	SED/SC	07/02/2025
Elis Regina Kosloski	Especialização em Metodologia de Ensino e Tradução da Língua Inglesa.	SED/SC	11/02/2025
Fernanda Gabriela Rateke	Especialização em Ed. Prof. Téc. de Nível Médio na Modalidade EJA.	SED/SC	12/02/2025
Fernanda Zimmermann Forster	Mestrado em História.	SED/SC	12/02/2025
Flávia Althof	Mestrado em Educação.	SED/SC	05/03/2025
Gabriel Duwe de Lima	Especialização em Influência Digital (PUCRS); Graduação em Jornalismo.	SED/SC	22/01/2025
Geson Pires	Graduação em Física.	SED/SC	12/02/2025
Hanna Cebel Danza	Doutorado em Educação.	Feusp	26/02/2025
Helena Alpini Rosa	Doutorado em História.	SED/SC	05/03/2025
Isabela Regina Fornari Müller	Doutorado em Engenharia e Gestão de Conhecimento.	SED/SC	20/03/2025
Jean Paulo Cimolin	Graduação em Tecnologia de Segurança Pública.	Governo de Santa Catarina	22/01/2025

Jéssica Campos Savi	Especialização em Direito Administrativo e Executivo.	Governo de Santa Catarina	13/02/2025
Joares A. Segalin	Não Identificado.	Prestador de Serviços	10/03/2025
Joares Carlos Ponticelli	Graduação em Direito.	FECAM	18/03/2025
Jocete Isaltina da Silveira dos Santos	Especialização em História Social no Ensino Fundamental e Médio.	SED/SC	05/03/2025
Joseni Terezinha Frainer Pasqualini	Doutorado em Literatura.	SED/SC	14/02/2025
Kalina Salaib Springer	Doutorado em Geografia.	UFSC	26/02/2025
Ketryn Fabiana Cidade Beseke	Especialização em Educação Especial.	SED/SC	06/03/2025
Letícia Vieira	Doutorado em Educação.	SED/SC	05/02/2025
Lilian Sandin Boeing	Especialização em Educação Infantil e Séries Iniciais.	UNDIME/SC	30/01/2025
Luana Costa de Córdova (da Rocha)	Especialização em Tecnologia da Educação.	UNDIME/SC	31/01/2025
Luciane Schulz	Doutorado em Educação.	FURB	26/02/2025
Luiz Fernando Cardoso	Graduação em Direito.	SED/SC	20/01/2025
Maike Cristine Kretzschmar Ricci	Mestrado em Educação.	SED/SC	24/02/2025
Marcelo Martin Heinrichs	Mestrado em Ciências da Educação.	SED/SC	14/02/2025
Márcia Fernandes Rosa Neu	Doutorado em Geografia.	SED/SC	07/02/2025
Márcia Luzia Sartor Preve	Mestrado Profissional em Ensino de História.	SED/SC	14/02/2025
Marco Aurélio da Cruz Souza	Doutorado em Motricidade Humana.	FURB	27/02/2025
Marcos Rodrigues da Silva	Doutorado em Ciências da Religião.	UDESC	27/02/2025
Marcos Roberto Rosa	Mestrado em Métodos e Gestão em Avaliação; Graduação em Administração.	SED/SC	23/01/2025
Marcos Vieira	Especialização em Administração em Segurança Pública.	SED/SC	22/01/2025
Mareli Poleza	Não Identificado.	SED/SC	06/03/2025
Maria Benedita da Silva Prim	Mestrado em Engenharia de Produção.	SED/SC	06/03/2025
Maria Ester Wollstein Moritz	Doutorado em Inglês.	UFSC	27/02/2025

Maria Hermínia Lage Fernandes Laffin	Doutorado em Educação.	UFSC	27/02/2025
Maria Tereza Paulo Hermes Cobra	Especialização em Finanças Para Executivos.	SED/SC	23/01/2025
Mariana Taube Romero	Mestrado em Educação.	SED/SC	06/03/2025
Marilete Gasparin	Mestrado profissional em Ensino de Ciências Naturais e da Matemática.	SED/SC	15/02/2025
Marilene da Silva Pacheco	Mestrado em Educação.	SED/SC	06/03/2025
Marilse Cristina de Oliveira Freze	Especialização.	SED/SC	06/03/2025
Michely Salum Pontes	Graduação em Pedagogia.	SED/SC	07/03/2025
Mônica Zewe Uriarte	Doutorado em Educação.	UNIVALI	27/02/2025
Natalino Uggioni	Mestrado em Engenharia de Produção.	Governo de Santa Catarina	15/02/2025
Neli Bastezini Kronbauer	Mestrado em Educação e Ensino.	SED/SC	24/02/2025
Noeli Freiburger (Coelho)	Não Identificado.	SED/SC	07/03/2025
Olives Marcondes do Espírito Santo	Mestrado em Literatura.	SED/SC	04/02/2025
Orildo Antonio Severgnini	Não Identificado.	FECAM	18/03/2025
Osvaldir Ramos	Graduação em Pedagogia.	CEE/SC	25/01/2025
Patrícia Lueders	Graduação em Pedagogia.	UNDIME/SC	23/01/2025
Patrícia Ramos Viegas Menegon	Não Identificado.	CEE/SC	25/02/2025
Paulo Roberto Weiss	Especializado em Gestão Financeira e Custos; Graduado em Administração.	FECAM	23/01/2025
Pauline Azambuja Ataíde	Especialização em Formação para a Educação Profissional e Tecnológica.	SED/SC	07/03/2025
Pierry Teza	Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento.	IFSC; SED/SC	06/02/2025
Rafael do Nascimento	Mestrado em Ciências Jurídicas.	Governo de Santa Catarina	23/01/2025
Rafael Rodrigo Mueller	Doutorado em Educação.	UNESC	27/02/2025
Raimundo Zumblick	Mestrado em Administração.	CEE/SC	03/02/2025

Rebeca Amorim	Especialização em Arte e Educação.	SED/SC	17/02/2025
Regiane Elizabete Vieira Reis	Mestrado em Educação.	SED/SC	17/02/2025
Renata Benedet	Especialização em Gestão Escolar.	SED/SC	18/02/2025
Rodrigo de Souza Comin	Não Identificado.	Governo de Santa Catarina	20/01/2025
Rose Cleia Farias Vigolo	Mestrado em Educação.	UNDIME/SC	31/01/2025
Rosemy da Silva Nascimento	Doutorado em Engenharia de Produção.	UFSC	28/02/2025
Rudnéa do Nascimento Limas	Especialização em Gestão Pública.	SED/SC	24/02/2025
Sabrina Schultz	Mestrado em Sociologia Política.	SED/SC	18/02/2025
Sandra Elisa de Oliveira Rosa	Não Identificado.	SED/SC	20/03/2025
Santiago Pich	Doutorado Interdisciplinar.	UFSC	28/02/2025
Saulo Sperotto	Ensino Médio.	FECAM	18/03/2025
Sérgio Luiz de Almeida	Doutorado em Biologia Celular e do Desenvolvimento.	SED/SC	19/02/2025
Sidnei Medeiros Modolon	Graduação em Filosofia.	SED/SC	07/03/2025
Silvania de Queiroz Pfluck	Doutorado em História.	SED/SC	28/01/2025
Simone Citadin Benedet	Especialização em Gestão Escolar.	SED/SC	19/02/2025
Simone Schramm	Especialização em Administração Escolar.	SED/SC; CEE;	13/03/2025
Sirley Damian de Medeiros	Especialização em Gestão Escolar.	SED/SC	07/02/2025
Sônia Regina Victorino Fachini	Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem.	UNDIME/SC; Programa de Embaixadores da BNCC	23/01/2025
Suzy de Castro Alves	Mestrado em Educação.	SED/SC	08/03/2025
Tânia Maurícia Willamil Silva	Especialização em Educação Infantil e Ensino Fundamental.	SED/SC	08/03/2025
Valéria Maria de Oliveira	Mestrado em Teatro.	UNIVALI	28/02/2025
Valmiré de Aguiar	Especialização em Metodologia e Gestão do Ensino.	SED/SC	19/02/2025
Vitor Fungaro Balthazar	Mestrado em Educação.	SED/SC	20/01/2025

Yomara Feitosa Caetano de Oliveira Fagionato	Doutorado em História.	UDESC	28/02/2025
Zaida Jerônimo Rabello Petry	Não Identificado.	Consed; SED/SC	30/01/2025